Balanço do Trabalho Parlamentar

XIII LEGISLATURA

GRUPO PARLAMENTAR DO PCP

Atualizado a 29 de julho de 2019

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Tel.: 800200358 / 213919202
Fax: 213917432
gp_pcp@pcp.parlamento.pt

www.pcp.pt
www.pcp.pt/assembleia-republica

1. Balanço do trabalho do Grupo Parlamentar 5
I - O estado do País depois da política dos PEC e do Pacto de Agressão 5
II – A nova fase da vida política nacional e o papel do PCP 6
III – As limitações que resultaram das opções do PS 9
IV - Andar para trás não. Avançar é preciso! 10
V – O trabalho Parlamentar do PCP 12
VI – Os Orçamentos do Estado 21
VII – Os balanços sectoriais 23
Trabalho e Administração Pública 23
Segurança Social 27
Sinistrados do Trabalho 29
Deficiência 30
Educação Especial 32
Igualdade 33
Famílias e Crianças 34
Associativismo 36
Desporto 37
Juventude 38
Comunicação Social 39
Educação 40
Ensino Superior e Ciência 41
Cultura 43
Saúde 44
Toxicodependência, alcoolismo e outras dependências 46
Economia 47
Fiscalidade 48
Habitação 49
Agricultura 51
Pescas 53
Autarquias 54
Ambiente 56
Comunidades 57
Justiça 57
Proteção Civil 58
Defesa Nacional 59
Administração Interna 60
2. Audições Públicas promovidas pelo Grupo Parlamentar 61
3. Debate do Programa do Governo 65
4. Debates Temáticos / Agendamentos Potestativos / Interpelações ao Governo 66
5. Debate do Orçamento do Estado 78
Debate do Orçamento do Estado para 2019 78
Debate na Generalidade do OE2019 78
Debate na Especialidade do OE2019 – Debate na Comissão 78
A intervenção e as propostas do PCP 79
Debate na Especialidade do OE2019 - Plenário 79
Intervenção de encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2019 80

Medidas aprovadas por proposta ou contributo do PCP – OE2019 80
Debate do Orçamento do Estado para 2018 89
Debate na Generalidade do OE2018 89
Debate na Especialidade do OE2018 – Debate na Comissão 89
A intervenção e as propostas do PCP 90
Debate na Especialidade do OE2018- Plenário 90
Intervenção de encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2018 91
Medidas aprovadas por proposta ou contributo do PCP 91
Debate do Orçamento do Estado para 2017 100
Debate na Generalidade do OE2017 100
Debate na Especialidade do OE2017 – debate na Comissão 100
A intervenção e as propostas do PCP 101
Debate na Especialidade do OE2017- Plenário 101
Intervenção de encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2017 102
Medidas aprovadas por proposta ou contributo do PCP 102
Debate do Orçamento do Estado para 2016 111
Debate na Generalidade do OE2016 111
Debate na Especialidade do OE2016 – debate na Comissão 111
A intervenção e as propostas do PCP 112
Debate na Especialidade do OE2016- Plenário 113
Intervenção de encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2016 114
Medidas aprovadas por proposta ou contributo do PCP 114
6. Debate do Estado da Nação 116
IV Sessão Legislativa 116
III Sessão Legislativa 116
II Sessão Legislativa 116
I Sessão Legislativa 116
7. Debates Quinzenais com o Primeiro-Ministro 118
8. Declarações Políticas 120
9. Jornadas Parlamentares 122
IV Sessão Legislativa 122
III Sessão Legislativa 122
II Sessão Legislativa 123
I Sessão Legislativa 124
10. Comissões Eventuais 125
11. Projetos de Lei 126
12. Projetos de Resolução 137
13. Apreciações Parlamentares 152
14. Votos apresentados pelo PCP 156
15. Perguntas e Requerimentos 162

1. Balanço do trabalho do Grupo Parlamentar

I - O estado do País depois da política dos PEC e do Pacto de Agressão

A Legislatura que agora se encerra iniciou-se com o País marcado pela devastação económica e social provocada pela política dos PEC e do Pacto de Agressão assinado por PS, PSD e CDS com FMI, BCE e União Europeia.

Há 4 anos o País deparava-se com as consequências de um profundo retrocesso social e económico, fruto em particular das política de agravamento da exploração e empobrecimento do Governo do PSD-CDS, de destruição das funções sociais do Estado e dos serviços públicos, de empobrecimento generalizado da população por via de cortes de salários, pensões e pequenos rendimentos, de imposição de alterações gravosas da legislação laboral, de uma política fiscal de benefício ao grande capital e brutal aumento de impostos sobre os trabalhadores e o povo, de apoio à banca e aos grandes grupos económicos e de autêntico saque ao património do Estado que constituiu a política de privatizações. Políticas orientadas para servir os interesses dos grandes grupos económicos e financeiro à custa da liquidação de direitos laborais e sociais, da destruição do emprego e da economia e da degradação do regime democrático.

A aplicação do Pacto de Agressão pelo Governo de coligação PSD-CDS, com o apoio institucional do então Presidente da República, Cavaco Silva, foi responsável por:

- Recessão económica e empobrecimento, com uma queda do PIB de 6.6%, fazendo o País recuar para os níveis de 2001
- Aumento da dívida Pública para 130% do PIB
- Redução do Investimento Público, com uma quebra de quase 50%, passando de 7.2 mil milhões em 2009 para 4.2 mil milhões em 2014.
- Destruição de quase 500 mil postos de trabalho, com o aumento da taxa de desemprego de 9% para 14%, associada à maior vaga de emigração dos últimos 50 anos, com a saída do País de cerca de 500 mil portugueses.
- Deixar 1.2 milhões de pessoas desempregadas, quase 35 % de desemprego jovem, e com apenas 1/5 destes a receberem apoios sociais no desemprego.

- Políticas de alteração à legislação laboral e fomento da precariedade que se traduziram diretamente no aumento da exploração e na redução dos salários, que recuaram 13% no sector privado e quase 26% na Administração Pública entre 2011 e 2013
- Aumento das taxas de pobreza, que passaram de 17.9% para 25.9% entre 2009 e 2013, ano em que a pobreza atingiu 2,7 milhões de portugueses, em resultado dos cortes nas prestações sociais e da redução dos salários, pensões e pequenos rendimentos.
- Um conjunto de políticas destruidoras de direitos que conviveram sempre com as mordomias ao grande capital e que fizeram com que durante este período a balança da distribuição da riqueza se inclinasse ainda mais a favor dos grupos económicos e financeiros.

II – A nova fase da vida política nacional e o papel do PCP

As eleições legislativas de outubro 2015 confirmaram o progresso eleitoral da CDU com a eleição de 17 Deputados e a obtenção de 444.319 votos, e representaram a derrota da coligação PSD/CDS, que perdeu mais de 700 mil votos, viu reduzido o seu peso relativo em mais de 12 pontos percentuais e perdeu 25 deputados, atingindo o 2º pior resultado eleitoral de sempre destes dois partidos.

Foi central e decisivo o papel do PCP nesse período crítico, abrindo caminho ao afastamento de PSD e CDS do Governo e à interrupção da política de agravamento da exploração e empobrecimento. Enquanto PSD e CDS assumiam um ilusório discurso de vitória com o objetivo de se manterem no poder, o PCP afirmava que não só era possível afastar estes dois partidos do Governo como não havia nada que impedisse o PS de formar Governo, desde que fosse capaz de dar expressão institucional à larga vontade do povo português, expressa nos resultados eleitorais, de interromper o rumo seguido pelo anterior governo.

A nova correlação de forças na Assembleia da República, o desenvolvimento da luta de massas e a intervenção do PCP constituíram a base dos elementos políticos que permitiram a identificação de pontos de convergência em relação a matérias concretas, capazes de interromper e inverter as políticas do governo do PSD-CDS, e a criação de condições para a concretização de medidas de devolução de salários, rendimentos e direitos.

A nova fase da vida política nacional demonstrou, tal como o PCP sempre afirmou, que o caminho não era o do agravamento da exploração e do empobrecimento, mas sim o da defesa, reposição e conquista de direitos, da exigência da rutura com a política de direita.

E demonstrou também que todos os votos e deputados contam para as decisões tomadas na Assembleia da República, sejam as decisões necessárias à formação dos governos, sejam as decisões necessárias à construção de uma política alternativa, patriótica e de esquerda.

Os grandes problemas nacionais continuam por resolver porque não está concretizada essa verdadeira política alternativa, mas este foi um tempo de avanços na melhoria das condições de vida do povo português. Um tempo de recuperar e conquistar direitos e rendimentos com inúmeros avanços e conquistas, entre os quais se destacam:

- a reposição de vários direitos roubados, com destaque para os salários, as pensões e os feriados;
- o aumento do Salário Mínimo Nacional, ainda que aquém do que era necessário e possível;
- o fim dos cortes nas pensões e o seu aumento extraordinário, em três anos consecutivos;
- a gratuitidade dos manuais escolares nos 12 anos de escolaridade obrigatória, abrangendo mais de milhão e meio de crianças e jovens, dando um passo mais na garantia de acesso à educação em condições de igualdade;
- o alívio no IRS sobre os rendimentos do trabalho, designadamente dos mais baixos rendimentos e intermédios, com a redução das taxas e a criação de dois novos escalões e com o alargamento do mínimo de existência, bem como com a eliminação da sobretaxa;
- o alargamento do Passe Social Intermodal, com a redução do seu preço, garantindo um significativo alargamento do direito à mobilidade, com impactos positivos no plano ambiental e nas importações do país;
- a valorização do abono de família, o alargamento do abono pré-natal e do apoio às pessoas com deficiência;
- a ampliação da proteção aos desempregados, com a criação do apoio aos desempregados de longa duração e a eliminação do corte no subsídio de desemprego; a reposição do direito ao pagamento por inteiro do subsídio de Natal;

- a redução do IVA na restauração e a eliminação do Pagamento Especial por Conta;
- a redução do preço da energia;
- o corte nos benefícios aos fundos imobiliários, a tributação do património imobiliário mais elevado com a introdução do adicional ao IMI e o aumento da tributação sobre os grandes lucros por via do aumento da derrama estadual do IRC;
- a reposição dos instrumentos de contratação coletiva no Sector Público Empresarial e a eliminação das restrições à contratação de trabalhadores na Administração Local;
- a reversão das privatizações da Carris, do Metropolitano de Lisboa e dos STCP e, ainda que parcialmente, da TAP;
- a valorização das longas carreiras contributivas e a melhoria das condições de acesso à reforma dos trabalhadores das minas e das pedreiras;
- na Administração Pública, a reposição das 35 horas, e a generalização da sua aplicação, e do direito à progressão na carreira, com a valorização remuneratória respetiva e a tomada de medidas de combate à precariedade;
- a contratação de funcionários nas escolas, a redução do valor das propinas e o reforço de componentes da Ação Social Escolar;
- a redução de taxas moderadoras, o alargamento da contratação de médicos e enfermeiros, a redução dos custos com medicamentos, a inscrição, como objetivo, do alargamento de novas vacinas no Plano Nacional de Vacinação, a fixação de compromissos para a construção de novos hospitais;
- a aprovação da nova Lei de Bases da Saúde que permite dar passos significativos no sentido de garantir um SNS de gestão pública, de caracter universal e geral, com a revogação do regime das Parcerias Público-Privadas;
- a reposição do direito ao transporte dos ferroviários e complementos de reforma aos trabalhadores do sector empresarial do Estado;
- a aprovação do objetivo de atribuição de 1% do Orçamento do Estado para a Cultura como objetivo mínimo a atingir no sentido do cumprimento da responsabilidade do Estado para a promoção da Cultura, nos termos da Constituição;

- a gratuitidade do acesso aos museus aos domingos e feriados e a retoma de programas para a sua valorização, o reforço do apoio às artes e à criação artística, a inscrição da valorização e apoio à Cinemateca Portuguesa e ao Arquivo Nacional de Imagem em Movimento, a redução do IVA dos espetáculos e dos instrumentos musicais, a criação, na Fortaleza de Peniche, do Museu Nacional da Resistência e Liberdade, cuja instalação está em curso;
- a garantia do apoio à agricultura familiar, a redução dos custos com combustíveis para agricultores e pescadores.

III – As limitações que resultaram das opções do PS

A XIII legislatura fica também marcada pelo facto de não se ter ido tão longe quanto era necessário e possível na resposta aos problemas do País e nas medidas de reposição e conquista de direitos e rendimentos.

Era possível ir mais longe, ficaram problemas por resolver e expectativas por concretizar. Não foi por falta de ação, de iniciativa, de proposta do PCP que isso aconteceu, mas sim porque a disponibilidade e o contributo do PCP foram muitas vezes recusados por opção do PS.

Na verdade, os últimos 4 anos confirmaram as limitações que o PCP desde o início identificou na nova correlação de forças na Assembleia da República, especialmente as que resultam das opções do PS e do seu Governo.

As possibilidades reais de avanço - -que se confirmaram nas conquistas alcançadas – confrontaram-se com expectáveis limitações resultantes das opções do PS, em especial a sua recusa em afrontar os interesses do grande capital e libertar-se dos condicionamentos e imposições da União Europeia, opções particularmente evidentes nas decisões tomadas em matéria de alterações à legislação laboral ou na prioridade atribuída à redução do défice orçamental em vez da resposta aos problemas do País – problemas que continuam particularmente visíveis nas dificuldades de funcionamento dos serviços públicos.

São inúmeros os exemplos de momentos concretos em que teria sido possível avançar mais, não fossem os bloqueios impostos pelo PS:

- foi assim em relação ao aumento dos salários, quando o PS recusou as propostas do PCP e encontrou outras bases de apoio para retardar o objetivo dos 600 euros e assim impedir que se fosse além disso durante esta Legislatura;

- foi assim em relação à Legislação Laboral, matéria em relação à qual teria sido possível avançar na proteção dos direitos dos trabalhadores com o fim da caducidade da contratação coletiva, o combate decidido à precariedade e à desregulação dos horários, com a reposição das indemnizações por despedimento e do pagamento do trabalho extraordinário, a reposição dos 25 dias de férias, ou a revogação dos mecanismos de adaptabilidade individual e do banco de horas.

  Propostas que foram recusadas pelo PS, que preferiu unir os seus votos ao PSD e CDS, mantendo assim um quadro degradado de direitos laborais, com uma legislação laboral favorável à exploração e ao emprego precário e sem direitos, que nalguns casos ainda piorou o que já existia, do que é exemplo o aumento do período experimental para 180 dias;
- foi assim em relação ao reforço dos serviços públicos, onde teria sido possível, caso o governo do PS quisesse, contratar os trabalhadores em falta e fazer os investimentos necessários em serviços que são essenciais para garantir os direitos à saúde, à educação, à segurança social ou à cultura;

Estes bloqueios, que se foram acentuando ao longo da Legislatura, resultam das opções de fundo do PS e do seu Governo. Opções que determinam a convergência entre com PSD e CDS, que têm por base a submissão às imposições e constrangimentos do Euro e da União Europeia e que representam um obstáculo à concretização de uma política de desenvolvimento soberano capaz de dar resposta aos problemas dos trabalhadores e do povo. Opções também presentes na submissão aos interesses do grande capital.

IV - Andar para trás não. Avançar é preciso!

O momento que vivemos, em especial com a realização das próximas eleições legislativas, será decisivo para decidir o curso que o País tomará no futuro imediato. Aquilo com que todos estamos confrontados é com a escolha entre o caminho da defesa dos direitos conquistados e de novos avanços no sentido do seu aprofundamento e alargamento, no quadro da luta por uma política alternativa, patriótica e de esquerda, capaz de resolver os graves problemas nacionais, ou, em alternativa, andar para trás, regressar a um caminho de incerteza e insegurança, de perda de direitos

e degradação das condições de vida, com o retomar em força das opções da política da direita, seja ela efetivada pelo PSD, pelo CDS ou pelo PS.

As limitações que impediram que se fosse mais longe nesta Legislatura estão identificadas e tornam muito claras as opções a fazer: é necessário construir uma nova correlação de forças, mais favorável aos trabalhadores e ao Povo, com o reforço do PCP e da CDU e da sua influência nas decisões nacionais.

O reforço do PCP e da CDU é a mais sólida garantia de defesa das conquistas alcançadas, de criação das condições para novos progressos nas condições de vida e de trabalho e para ultrapassar os obstáculos que impedem a concretização de uma verdadeira política alternativa que dê resposta aos problemas do Povo e do País.

As responsabilidades e influência do PCP nessa nova correlação de forças dependem obviamente da força que o povo nos der. Está nas mãos de cada um decidir do seu futuro.

A atual Legislatura demonstrou que as eleições servem para eleger deputados e não o primeiro ministro. Ficou demonstrado que é possível, mesmo em circunstâncias muito difíceis, abrir caminho no sentido da defesa dos direitos dos trabalhadores.

A situação do País exige que a próxima legislatura seja um momento de avanço e conquista, pela afirmação de uma política de desenvolvimento soberano que rompa com a política de direita, que liberte o País dos constrangimentos e condicionamentos que resultam da submissão aos interesses do capital monopolista e das imposições da União Europeia e do Euro.

Com a participação e reforço do PCP e da CDU será possível avançar no sentido que o País e o Povo precisam. Só com uma alteração da correlação de forças ainda mais em favor dos trabalhadores e do Povo será possível garantir:

- Uma política alternativa, patriótica e de esquerda, que assuma a valorização salarial como emergência nacional, que permita um aumento significativo do salário médio, o aumento do Salário Mínimo para os 850 euros e a convergência progressiva com a média salarial da zona euro, acompanhado do aumento das reformas e pensões, de forma a garantir que ao longo da próxima legislatura tenham um aumento mínimo de 40 euros;

- uma política de prioridade ao investimento público, com o objetivo de dar um forte impulso ao crescimento económico, assegurar um elevado nível de resposta ao desenvolvimento de infraestruturas e equipamentos do Estado e qualificação de todos os serviços públicos essenciais, mobilizando o excedente orçamental não para o sorvedouro da dívida mas para o investimento, nomeadamente com um programa de investimento na Saúde, seja pela construção dos hospitais em falta, seja pelo contratação de médicos, enfermeiros e outros profissionais e outro programa no sector dos transportes públicos, com a aquisição de novos comboios, barcos, carruagens de metro e autocarros em falta;
- uma política alternativa de justiça fiscal, baseada na efetiva taxação do grande capital e na redução dos impostos sobre os trabalhadores; na progressiva tributação dos rendimentos de elevado valor e o desagravamento dos rendimentos mais baixos; na redução dos impostos indiretos, face aos impostos diretos;
- uma política alternativa capaz de garantir um salto qualitativo e quantitativo no desenvolvimento das forças produtivas, assegurando o controlo público e a dinamização das empresas estratégicas;
- uma política alternativa de estímulo à natalidade que crie condições para crianças e pais com direitos, nomeadamente garantindo a resposta que permita o acesso gratuito para todas as crianças até aos três anos de idade a creches ou soluções equiparadas, a generalização do pré-escolar, bem como a universalização e majoração do abono de família;
- uma política alternativa capaz de assegurar um País coeso e equilibrado, a garantia de progresso e condições de vida em todo o território, a defesa do interior e do mundo rural, com um leque amplo de políticas integradas, assente na regionalização e no ordenamento do território e numa política que salvaguarde a natureza e o equilíbrio ambiental;
- uma política capaz de assegurar um novo rumo para a Justiça que se quer mais igualitária, acessível e próxima dos cidadãos e de firme combate à corrupção e à criminalidade económica e financeira.

V – O trabalho Parlamentar do PCP

A nova fase da vida política nacional deu à Assembleia da República uma indesmentível centralidade. A relevância das decisões tomadas na Assembleia da República, quer em relação à formação do

Governo, quer em relação a todas as conquistas alcançadas nestes quatro anos, revelou a importância da iniciativa política e do trabalho ímpar do Grupo Parlamentar do PCP.

Foi neste exigente contexto que os Deputados do PCP deram resposta aos seus compromissos eleitorais e deram expressão institucional à luta dos trabalhadores e do povo, desde logo na derrota das aspirações do PSD e CDS a manterem-se no poder, interrompendo assim as suas políticas, e, posteriormente, na proposta e aprovação de um conjunto de políticas de recuperação de direitos e rendimentos.

Tendo como base o Programa Eleitoral do PCP, os 15 Deputados Comunistas desenvolveram o seu trabalho apresentando um alargado e valioso conjunto de propostas, seja por via da apresentação de projetos e iniciativas legislativas, da discussão de iniciativas do Governo, ou ainda do processo de discussão e aprovação dos quatro Orçamentos do Estado da Legislatura. A soma de todos estes processos não só permitiu registar avanços consideráveis no sentido da melhoria das condições de vida do povo e dos trabalhadores, como serviu também para afirmar o projeto político do Partido Comunista Português.

É neste quadro que se registam as mais de **1.400 audiências** realizadas na Assembleia da República com entidades e representantes de todos os sectores, ou as cerca de **1350 reuniões e visitas** realizadas semanalmente pelos Deputados Comunistas por todo o País, junto das empresas e locais de trabalho, junto das populações e entidades que intervém na comunidade, incluindo-se aqui as reuniões realizadas com as Comunidades Portuguesas.

É do profundo conhecimento da realidade do País e do Povo, a que se soma a contribuição do coletivo partidário que constitui o PCP e o nosso património de propostas e intervenção, que resulta o nosso trabalho parlamentar e que permite que sejamos capazes de trazer à Assembleia da República a denúncia dos problemas concretos das pessoas e ao mesmo tempo apresentar as propostas que os permitem solucionar.

Destacam-se também as **48 Audições Públicas** realizadas pelo GPPCP, de onde se relevam a audição sobre o **desenvolvimento científico e tecnológico ao serviço do progresso social: redução dos horários de trabalho e emprego com direitos**; as audições sobre **Política Cultural, Apoios Públicos às Artes e sobre as Políticas Públicas para o Cinema**; o debate sobre o **Direito à Habitação e a Lei dos Despejos**; as **Audições Públicas sobre os Cuidadores Informais**, e sobre a **inclusão dos Jovens com**

Necessidades Especiais; sobre **Precariedade na Ciência e Ensino Superior**; a audição realizada sobre a **Lei de Bases da Saúde e o Direito Constitucional à Saúde**; sobre **Legislação Laboral e Direitos dos Trabalhadores**; sobre a **Reforma da PAC**, entre muitas outras.

Assinalamos as **831 iniciativas apresentadas**, que se dividem entre **306 Projetos de Lei**, **67 Apreciações Parlamentares** e **458 Projetos de Resolução**, a que se somam as **3.479 Perguntas e Requerimentos** entregues:

XIII Legislatura

Iniciativas Legislativas	PCP	PS	PSD	CDS	BE	PEV	PAN
Projetos de Lei	306	112	148	176	290	114	174
Apreciações Parlamentares	67	0	14	26	40	0	0
Total I.L. apresentadas	**373**	**112**	**162**	**202**	**330**	**114**	**174**

Projetos de Resolução	PCP	PS	PSD	CDS	BE	PEV	PAN
Apresentados	458	182	345	361	513	209	169

Destas destacamos, pela sua oportunidade e importância política, as seguintes iniciativas propostas pelo PCP:

- Trabalho e Administração Pública:
    - Propostas relacionadas com o fim da caducidade da contratação coletiva e a reposição do princípio do tratamento mais favorável; 35 horas de trabalho para todos os trabalhadores, do público e do privado; fim dos bancos de horas; reposição dos 25 dias de férias; fim dos contratos de muito curta duração e limitação do outsourcing e trabalho temporário; reforço do papel da ACT.
    - As propostas para assegurar a prevenção, proteção e compensação dos trabalhadores com trabalho noturno e por turnos;
    - No âmbito dos direitos de maternidade e paternidade propusemos, entre outras, o alargamento do tempo de licença de maternidade obrigatória de 6 para 9 meses; o alargamento do tempo de licença obrigatória par ao pai de 15 para 30 dias e o alargamento do prazo da licença pago a100% até aos 180 dias. Propusemos também a criação de uma licença específica de prematuridade ou internamento hospitalar do recém-nascido, paga a 100%.

- Segurança Social:
    - As propostas relacionadas com a valorização das longas carreiras contributivas, nomeadamente o direito à reforma por inteiro, sem penalizações, para os trabalhadores com 40 anos de descontos, a eliminação integral e efetiva do fator de sustentabilidade e a reposição da idade legal da reforma nos 65 anos.
    - A proposta de acesso à reforma antecipada para os trabalhadores das pedreiras e das lavarias das minas.
    - As propostas que corrigiam a situação de quem se reformou no passado com fortíssimas penalizações, bem como para as pensões por desemprego de longa duração, procurando garantir o acesso destes trabalhadores às reformas antecipadas em melhores condições.
    - No sentido da garantia do financiamento da Segurança Social, reapresentámos a proposta do PCP de uma contribuição suplementar das empresas com maiores lucros, independentemente do nº de trabalhadores, tendo em conta a referência do Valor Acrescentado Líquido.
    - Em relação aos Sinistrados do Trabalho, o PCP propôs o recalculo das prestações suplementares para assistência a 3ª pessoa; a revisão do regime de reparação de acidentes de trabalho e doenças profissionais; e apresentámos uma recomendação ao Governo no sentido da elaboração do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, que foi aprovado.
- Deficiência:
    - A intervenção em torno da Prestação Social da Inclusão onde, por intervenção do PCP, foi possível garantir o acesso à prestação social para a inclusão a quem tenha adquirido deficiência ou incapacidade antes dos 55 anos de idade, mas cuja certificação tenha sido requerida em data posterior, bem como garantir o compromisso do Governo com o alargamento da prestação a crianças e jovens com idade inferior a 18 anos.
    - As iniciativas relacionadas com a promoção do emprego público para as pessoas com deficiência e medidas para acesso à formação profissional e a emprego com direitos.
    - As propostas do PCP relacionadas com o Modelo de Apoio à Vida Independente, e com os cuidadores informais, processos nos quais o PCP teve uma influência determinante.

- No que diz respeito à Educação Especial, destacamos a Apreciação Parlamentar apresentada pelo PCP que permitiu melhorar o recente Decreto-Lei sobre a Educação Inclusiva.

- Famílias e Crianças
  - As iniciativas que contemplavam o pagamento do subsídio de gravidez por riscos específicos a 100%; a equiparação da licença a filho com deficiência, às situações de doença crónica ou doença oncológica, e o alargamento da licença de acompanhamento a filho com doença até ao limite máximo de seis anos.
  - A proposta de alargamento da rede de creches e de equipamentos de apoio à infância.
  - a proposta de criação da Comissão Nacional dos Direitos das Crianças e Jovens.

- Comunicação Social
  - O Projeto de Lei do PCP de um Estatuto da Rádio e Televisão de Portugal, com o objetivo de melhorar os serviços públicos de rádio e de televisão, garantindo à RTP todos os meios para cumprir a sua missão de serviço público e para assegurar o cumprimento do princípio constitucional da responsabilidade do Estado na garantia dos serviços públicos de rádio e de televisão.

- Educação
  - As propostas para vinculação extraordinária dos professores; para um novo regime de recrutamento e seleção de pessoal docente; para integração de todos os Técnicos Especializados que suprem necessidades permanentes das escolas; e para a revisão do chamado rácio de auxiliares e administrativos, no sentido do seu reforço e contratação com vínculo estável.
  - A proposta para contabilização integral do tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira dos professores e outras carreiras e corpos especiais da Administração Pública.

- Ensino Superior e Ciência
  - A Apreciação Parlamentar do Decreto-Lei 57/2016 (Emprego Científico) e todo o processo de discussão e apresentação de propostas na especialidade, que permitiu melhorar substancialmente a proposta inicial do governo.
  - As propostas do PCP para o fim das propinas e em defesa de uma nova Lei do Financiamento; para uma Lei-Quadro da Ação Social Escolar que superasse as atuais

profundas limitações da ASE no Superior; para o fim do regime fundacional e em defesa da gestão democrática das Instituições de Ensino Superior.

- As propostas para o fim do Estatuto do Bolseiro de Investigação e para a integração de todos os bolseiros que respondem a necessidades permanentes; para o reforço de meios das Instituições de Ensino Superior e dos Laboratórios do Estado e para o respeito e igualdade de tratamento entre trabalhadores no que diz respeito ao descongelamento das progressões.

- Cultura
  - O Projeto de Resolução do PCP que declara a atribuição de 1% do Orçamento do Estado para a Cultura, aprovado em Plenário.
  - As propostas de reforço e contratação de trabalhadores com vínculo estável e em número adequado nos museus e nos vários organismos da Cultura; a dignificação do Parque Arqueológico do Vale do Côa; a salvaguarda e proteção do património arqueológico e edificado com um programa de emergência,
  - A iniciativa legislativa que estabelecia o Estatuto do Bailarino Profissional; proposta relacionada com o financiamento para a criação cinematográfica, e as alterações aos concursos de apoio.

- Saúde
  - As Apreciações Parlamentares com o objetivo de corrigir os aspetos mais gravosos e dar resposta a questões da carreira dos enfermeiros e dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica;
  - Os projetos de lei que revogavam as taxas moderadoras ou alteravam os critérios de atribuição de transporte não urgente; ou ainda as propostas de dispensa gratuita de medicamentos genéricos aos doentes com mais de 65 anos ou de antipsicóticos no SNS.
  - As propostas alterações ao regime jurídico do internato médico
  - A proposta da programação plurianual de investimentos; e a criação do Laboratório Nacional do Medicamento a partir do Laboratório Militar.
  - O projeto de resolução que recomendava o reforço de meios humanos e materiais no Instituto Nacional de Emergência.

- A proposta do PCP de Lei de Bases da Saúde, e todo o processo de discussão na especialidade que se seguiu

- Toxicodependência, alcoolismo e outras dependências
  - As propostas para reforçar as respostas públicas na área da toxicodependência e alcoolismo; para o estudo da evolução dos impactos na saúde do consumo de cannabis.

- Economia
  - Os projetos de lei do PCP no sentido de reverter a fusão das empresas na "Transportes de Lisboa" e a "subconcessão" a privados na Carris, Metropolitano de Lisboa e STCP.
  - As iniciativas parlamentares face à ofensiva da Altice na PT em 2017; as relacionadas com os trabalhadores da segurança aeroportuária e do sector portuário; as propostas para a reversão da privatização dos CTT ou da fusão EP/REFER na IP.

- Habitação
  - A proposta de lei de bases da habitação; o projeto de lei de alteração da renda apoiada; e a proposta de revogação da lei dos despejos.
  - As iniciativas relacionadas com a impenhorabilidade da habitação própria e permanente e a suspensão da execução da hipoteca quando as famílias têm dívidas à banca e não dispõem de outros bens ou rendimentos; a proposta de criação de um Programa Plurianual de Realojamento.
  - A proposta para uma nova redução do IMI de 0,45% para 0,4%.

- Agricultura
  - As propostas de defesa dos baldios e sua devolução às populações; a proposta sobre a Casa do Douro.
  - As iniciativas em torno da defesa da produção leiteira nacional; e o conjunto de propostas no âmbito da defesa e valorização da floresta
  - No seguimento dos incêndios florestais de Pedrogão Grande, as propostas relacionadas com as medidas de apoio às vítimas dos incêndios florestais, a proposta que visava assegurar a reabilitação das segundas habitações afetadas; a monitorização da resposta do Governo em matéria de incêndios e defesa da floresta e a reabertura de candidaturas

aos programas de apoio; as iniciativas relacionadas com os critérios para a concretização das faixas secundárias de gestão de combustível.

  - As iniciativas destinadas à defesa e valorização da produção nacional, com destaque para as propostas no âmbito da valorização da produção florestal e da recuperação das áreas afetadas por incêndios; do apoio à agricultura familiar; do controlo e ordenamento das áreas de produção em regime intensivo e superintensivo; bem como da estratégia e reforço de medidas de combate à seca,

- Pescas
  - As propostas de defesa e promoção da pesca artesanal e costeira; a valorização do pescado; a proteção dos rendimentos dos pescadores face às paragens obrigatórias de atividade; o reforço dos estudos científicos e necessidade de estabelecer quotas de pesca.

- Autarquias
  - O projeto de lei para a devolução das freguesias extintas de acordo com a vontade da população.
  - A intervenção em torno do processo de transferência de competências e a proposta de que a transferência de competências para as autarquias obedecesse a princípios e critérios que permitam identificar objetivos e as condições para o seu exercício.
  - A proposta de criação das regiões administrativas no sentido de avançar com o processo de regionalização; e a proposta de criação das autarquias metropolitanas de acordo com o previsto na Constituição.

- Ambiente
  - O projeto lei para a criação de Centros de Recolha Oficial de Animais, proibição de abate e programa de esterilização de animais errantes.
  - a proposta de lei de bases do ambiente; proposta para uma gestão de proximidade nas áreas protegidas ou a necessidade de adoção medidas de reforço dos meios do Estado para desenvolver uma verdadeira política de defesa da natureza; a proposta de desenvolvimento de alternativas energéticas de domínio público; e as iniciativas relacionadas com o investimento na investigação e desenvolvimento com vista à diminuição da dependência de combustíveis fósseis.
  - A proposta relacionada com o direito à água e a gestão pública da água.

- Em matéria de resíduos, as propostas de reversão da privatização da EGF e a redução de embalagens supérfluas.

- Comunidades
  - A proposta de alteração ao estatuto dos funcionários consulares propondo a aplicação das 35 horas aos trabalhadores das residências.
  - As iniciativas que visavam a valorização do exercício de funções do Ensino Português no Estrangeiro; o acesso gratuito à plataforma eletrónica "Escola Virtual" para o EPE; e o projeto que propõe medidas de apoio aos familiares de cidadãos portugueses falecidos no estrangeiro para efeitos da trasladação para território nacional.
  - As propostas com vista à revogação da propina no EPE e à gratuitidade dos manuais escolares (1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico).

- Justiça
  - As propostas para a reversão dos aspetos mais negativos do mapa judiciário imposto pelo Governo PSD/CDS.
  - No que diz respeito às custas judiciais, a proposta de a criação de uma unidade de missão para apresentar solução para baixar significativamente o valor das custas judiciais; e a proposta de isenção de custas em processos relativos a sinistrados do trabalho.
  - A proposta de adoção de um plano de investimentos a dez anos visando a requalificação das instalações prisionais.
  - O projeto de lei que impede quem tenha interesses em instituições de acolhimento de participar em decisões sobre acolhimento de crianças e jovens; e a iniciativa acerca das medidas preventivas de proteção das vítimas do crime de perseguição.

- Proteção Civil
  - O projeto de resolução "Por uma nova política de proteção civil"; e a apreciação parlamentar apresentada à nova lei orgânica na proteção civil

- Defesa Nacional
  - O Projeto de Resolução dobre o Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas.

- O Projeto de lei que altera a Lei Orgânica da Polícia Marítima e a Autoridade Marítima Nacional.

- Administração Interna
  - O Projeto de Lei que criava uma lei de bases de saúde e segurança no trabalho para as Forças e Serviços de Segurança; o Projeto de lei que criava o Estatuto da Condição Policial.
  - O projeto de lei sobre os direitos associativos na GNR; a iniciativa sobre o horário de referência na GNR e a melhoria do direito a férias nesta força de segurança.
  - O projeto de resolução que propunha medidas para a valorização da participação das mulheres nas forças e serviços de segurança.

VI – Os Orçamentos do Estado

Pela sua importância e abrangência, os processos de preparação da proposta, discussão e votação dos Orçamentos do Estado são marcos centrais desta Legislatura. Neles ficaram plasmadas as principais conquistas alcançadas e, por outro lado, foram também documentos prova das limitações e insuficiências que resultaram dos bloqueios impostos pelo PS e do alinhamento que escolheu fazer com o PSD e CDS num conjunto importante de matérias.

Apesar de ter tido aprovados quatro orçamentos do Estado que permitiam avanços mais significativos na resposta aos problemas dos trabalhadores, do povo e do País, o Governo PS optou por colocar as metas do défice à frente dos direitos dos trabalhadores e do povo.

Como sempre afirmámos e agora se pode comprovar, o PCP não desperdiçou nenhuma oportunidade para aprovar com a sua proposta e os seus votos medidas de recuperação e conquista de direitos favoráveis aos trabalhadores e ao Povo. Da mesma maneira, não hesitámos em rejeitar, em todos os momentos e circunstâncias, as propostas de sentido contrário apresentadas por PS, PSD e CDS, ou melhorar outras que, pelas suas limitações, se mostravam insuficientes face às possibilidades criadas pela correlação de forças na Assembleia da República.

Registam-se como principais avanços alcançados durante estes processos as seguintes conquistas, resultantes das **mais de 150 propostas do PCP aprovadas nos processos de votação dos quatro**

Orçamentos do Estado da Legislatura e também de medidas incluídas nas propostas iniciais dos orçamentos na sequência da discussão com o Governo aquando do seu exame comum:

- a reposição de salários, e o fim dos cortes das pensões e respetivo aumento, tal como do abono de família, do apoio às pessoas com deficiência e aos desempregados;
- a valorização das longas carreiras contributivas;
- a gratuitidade dos manuais escolares em toda a escolaridade obrigatória;
- a reposição do direito ao pagamento por inteiro do subsídio de Natal e a reposição dos feriados roubados;
- na Administração Pública foram repostas as 35 horas, o direito à progressão na carreira, tomadas medidas de combate à precariedade;
- o reforço da ação social escolar e a contratação de funcionários nas escolas;
- a redução de taxas moderadoras, o alargamento da contratação de médicos e enfermeiros e a redução dos custos com medicamentos, bem como os compromissos assumidos para a construção de novos hospitais;
- a gratuitidade do acesso aos museus aos domingos e feriados e o reforço do apoio à criação artística;
- o alívio do IRS sobre os rendimentos do trabalho e os mais baixos rendimentos, a redução e posterior eliminação do Pagamento Especial por Conta que pesava sobre as MPME;
- a redução do IVA da restauração;
- o apoio à agricultura familiar, a redução dos custos com combustíveis para agricultores e pescadores, e as medidas de valorização do pescado e dos rendimentos dos pescadores, entre outras;
- os cortes nos benefícios aos fundos imobiliários, a tributação do património imobiliário de valor mais elevado com a introdução do adicional do IMI e o aumento da tributação sobre os grandes lucros por via do aumento da derrama do IRC. Passos tímidos na hora de taxar com eficácia o grande capital e que, mesmo assim, encontraram resistência, como aliás se provou com o recuo do PS, à última hora, no sentido de não aprovar o novo escalão da derrama para empresas com lucros de muitos milhões.

Registam-se, por fim, os passos positivos contemplados no Orçamento do Estado para 2019, o último da Legislatura, confirmando a importância da persistência e proposta do PCP durante todo o processo, de onde se destacam:

- a gratuitidade dos manuais escolares em toda a escolaridade obrigatória;
- o novo aumento extraordinário de pensões de reforma em janeiro de 2019 e os novos avanços no abono de família e no abono pré-natal;
- a redução do valor das propinas e o alargamento do complemento para alojamento de estudantes com bolsa;
- a redução do IVA na cultura;
- o novo passo no regime de reformas antecipadas para longas carreiras;
- a perspetiva aberta de uma redução significativa nos preços do transporte público, que se veio depois a confirmar com os novos passes;
- a eliminação do Pagamento Especial por Conta para os pequenos e médios empresários;
- a majoração do abono de família até aos seis anos e alargamento do abono pré-natal ao 4.º escalão;
- o início de construção de uma rede pública de apoio a cuidadores informais.

VII – Os balanços sectoriais

Trabalho e Administração Pública

Ao longo da legislatura, o PCP denunciou mais de cinco centenas de ilegalidades e violações dos direitos dos trabalhadores, por todo o país, nas empresas e locais de trabalho: **mais de 500 Perguntas e Requerimentos ao Governo denunciando desrespeito e violação da lei** e exigindo o cumprimento dos direitos dos trabalhadores.

Sobre situações particularmente graves, por iniciativa do PCP, **exigimos a presença do Ministro do Trabalho**, estruturas representativas dos trabalhadores e Inspetora Geral da ACT: *Novo Banco;*

Portway; MEO/Altice; Ryanair; SOMINCOR; *Fernando Couto Cortiças SA*; PREVPAP e combate à precariedade na Adm. Pública.

Numa postura de contacto e auscultação permanente com a realidade do mundo do trabalho, realizamos **Audições públicas** sobre:

- Condições de trabalho e direitos dos Trabalhadores do Sector das Águas e Saneamento;
- Condições de trabalho e direitos dos Trabalhadores dos Transportes;
- Horários de trabalho: combate à desregulação, 35h, respeitar direitos;
- Combate à precariedade, emprego com direitos;
- Direitos laborais: exigências de alteração ao Código do Trabalho e à legislação laboral na Adm. Pública;

Ao longo destes 4 anos, foram **aprovadas propostas do PCP, ou com nosso contributo, sobre direitos de maternidade e paternidade:**

- Pagamento do subsídio de gravidez por riscos específicos a 100%;
- Equiparação da licença a filho com deficiência, às situações de doença crónica ou doença oncológica, e alargamento da licença de acompanhamento a filho com doença até ao limite máximo de seis anos;
- Direito a 3 dispensas, em cada ciclo de tratamentos, para consultas de PMA – Procriação Medicamente Assistida;
- Proibição de discriminação pelo exercício dos direitos de maternidade e paternidade (atribuição de prémios de assiduidade e produtividade, progressão na carreira);
- Direito do pai a 3 dispensas do trabalho para acompanhar a grávida às consultas pré-natais;
- Licença para deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência para realização de parto;
- No caso de internamento hospitalar da criança acresce à licença o período de internamento, até ao limite máximo de 30 dias;

- Nas situações em que o parto ocorra até às 33 semanas inclusive, acresce todo o período de internamento da criança, bem como 30 dias após a alta hospitalar;

Foram igualmente **aprovadas propostas do PCP,** que embora limitadas, valorizamos:

- Limitação do regime de transmissão de estabelecimento e reforço dos direitos dos trabalhadores nesta situação
- Impedir aplicação processo disciplinar ao trabalhador vítima e das testemunhas com fundamento em factos ou declarações prestadas no âmbito do processo judicial e/ou contraordenacional com base na prática de assédio;
- Garantia de um número mínimo de 40 horas anuais de formação profissional para todos os trabalhadores;

Apresentámos, por diversas vezes, **propostas de reforço dos direitos dos trabalhadores da Administração Pública e do sector privado**. Não foi por falta de proposta do PCP que, em vários momentos, houve oportunidade de decidir sobre reposição e conquista de direitos e isso não se verificou. Em todos esses momentos, as propostas do PCP foram rejeitadas por PS, PSD e CDS. Destacamos:

- Fim da caducidade da contratação coletiva e reposição do princípio do tratamento mais favorável, fim da possibilidade de o patronato liquidar a contratação coletiva livremente assinada com os sindicatos;
- Reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador: as regras do Código do Trabalho são o mínimo, a contratação coletiva e a luta podem garantir sempre melhor, e não o contrário;
- Reposição das regras e dos valores das indemnizações por despedimento;
- 35 Horas para todos os trabalhadores, do público e do privado;
- Fim dos bancos de horas, adaptabilidades e desregulação de horários;
- Reposição do horário noturno das 20h às 7h e respetivo acréscimo de pagamento;

- Reposição do valor de pagamento do trabalho suplementar e em dia feriado e respetivo descanso compensatório;
- Reposição 25 dias de férias;
- A um posto de trabalho permanente, um contrato efetivo;
- Fim dos contratos de trabalho de muito curta duração;
- Limitar o recurso ao *outsourcing* e trabalho temporário, garantindo a integração dos trabalhadores nos quadros das empresas utilizadoras;
- Obrigatoriedade do pagamento do subsídio de refeição;
- Aplicação de sanções acessórias a imputar ao empregador pela prática de assédio, como privação do direito de participar em arrematações ou concursos públicos e a privação do direito em candidatar-se a quaisquer medidas ativas de emprego e estágios profissionais, cofinanciados pelos organismos públicos;
- Reforçar o papel da ACT, conferindo a natureza de título executivo às suas decisões condenatórias, contributo para a garantia dos trabalhadores;
- Reforço dos direitos de maternidade e paternidade:
    - ✓ Alargamento do tempo de licença de maternidade obrigatória de 6 para 9 semanas;
    - ✓ Alargamento do tempo de licença obrigatória do pai de 15 para 30 dias;
    - ✓ Alargamento da licença de maternidade até 180 dias, pagos a 100%;
    - ✓ A decisão livre da mulher e do casal sobre o período do gozo de licença parental, garantindo sempre o seu pagamento a 100%;
    - ✓ Criação de uma licença específica de prematuridade ou de internamento hospitalar do recém-nascido, adicional à licença de maternidade/paternidade, garantindo o seu pagamento a 100%, e com duração até finalizar o período de internamento.
- Reforço dos créditos de horas dos membros das comissões de trabalhadores, entre outros direitos;
- Obrigatoriedade pagamento de um subsídio por insalubridade e risco aos trabalhadores do sector público;
- Trabalho por turnos:

- ✓ Limitação do trabalho noturno e por turnos às situações estritamente necessárias;
- ✓ Obrigatoriedade do pagamento do subsídio de turno;
- ✓ Antecipação da idade da reforma devido ao desgaste e penosidade deste tipo prestação de trabalho;
- ✓ Obrigatoriedade de realização de exames médicos com periodicidade de 6 meses;

O PCP não desistirá deste combate e reafirma o seu compromisso com os trabalhadores na defesa dos seus direitos, na melhoria das condições de vida, por um país de progresso e justiça social.

Segurança Social

O PCP tem-se batido ao longo de vários anos pela **valorização das pensões e reformas,** sendo que a insistência do PCP nesta matéria se traduziu, nesta legislatura, na garantia de três aumentos extraordinários consecutivos nas pensões, em 2017, 2018 e 2019, concretizando (e em alguns casos ultrapassando) a recuperação do poder de compra perdido com o congelamento do seu valor até 2015. Esta medida terá abrangido, mais de 1 milhão e 600 mil pensionistas por ano.

De igual forma, foi possível repor o pagamento do **Subsídio de Natal** aos pensionistas, por inteiro e na altura devida, derrotando a tentativa imposta por PSD/CDS de liquidar este direito através da sua diluição em duodécimos.

Não podemos esquecer ainda a **eliminação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade,** que impunha cortes nas pensões nem a garantia do **reconhecimento e contagem integral do tempo de Serviço Militar Obrigatório** e eventuais bonificações que existam para efeitos de aposentação ou reforma, aprovada por proposta do PCP.

Destacamos a proposta do PCP que permitiu a **eliminação do corte de 10% no subsídio de desemprego após 6 meses da sua atribuição,** pondo fim a uma profunda injustiça para milhares de desempregados. Esta medida, no imediato abrangeu cerca de 91 mil desempregados e, em termos indiretos abrange todos os futuros desempregados.

Ainda em matéria de desemprego, importa destacar a criação da **medida extraordinária de apoio a desempregados de longa duração,** abrangendo mensalmente cerca de 5 mil beneficiários. Esta

prestação social é atribuída aos beneficiários que se encontrem em situação de desemprego não subsidiado há mais de 180 dias e que cumpram a condição de recursos legalmente prevista para acesso ao subsídio social de desemprego.

O PCP entende o **abono de família** como um direito de todas crianças e, por isso, defende que é preciso criar as condições para o seu alargamento (com vista à sua universalização) e para um reforço efetivo dos seus montantes. Fruto da insistência e proposta do PCP, nesta legislatura, registaram-se grandes avanços ao nível do abono de família, permitindo o seu alargamento a mais crianças e o aumento (por vezes significativo) dos seus montantes. Destacamos a reposição do 4.º escalão do abono de família até aos 6 anos de idade, bem como a reposição do abono pré-natal no 4.º escalão.

O **descongelamento do IAS** também permitiu que a maioria das prestações e apoios sociais que a este se encontram indexadas pudessem ver os seus montantes aumentados.

Destacamos ainda os avanços que se registaram nesta legislatura no que toca à **valorização das longas carreiras contributivas** e as perspetivas que foram abertas sobre esta matéria. Foi possível garantir o acesso à reforma antecipada sem penalizações para as longuíssimas carreiras contributivas (quem tenha mais de 48 anos de descontos ou tenha 46 anos de descontos e começado a trabalhar até aos 15 anos). Foi ainda possível eliminar (em duas fases durante o ano de 2019) o fator de sustentabilidade para quem se reforme com 60 anos de idade e 40 anos de descontos. Ainda que distante da proposta defendida pelo PCP de reforma por inteiro e sem penalizações para os trabalhadores com 40 anos de descontos e pela qual nos continuaremos a bater, o que se conseguiu alcançar constitui um avanço.

Importa também destacar a importante vitória alcançada para os **trabalhadores das pedreiras e das lavarias das minas,** que conseguiram garantir melhores condições de acesso à reforma antecipada, reconhecendo a especial penosidade destas profissões.

Embora não tendo conseguido a sua aprovação, o PCP apresentou um conjunto de iniciativas legislativas que respondem às situações de quem se **reformou no passado com fortíssimas penalizações,** pretendendo corrigir injustiças, bem como para as **pensões por desemprego de longa duração,** para que os trabalhadores nesta situação tivessem melhores condições de acesso à reforma antecipada.

Apresentámos também iniciativas legislativas visando a **valorização das longas carreiras contributivas** (considerando o direito a reforma sem penalizações a quem tenha **40 anos de descontos,** independentemente da idade), a reposição da **idade legal de reforma nos 65 anos** e a **eliminação efetiva e integral do fator de sustentabilidade**.

Quanto ao **financiamento da Segurança Social** (e sem prejuízo da imprescindível valorização dos salários, combate à precariedade e ao desemprego, criação de emprego com direitos, combate à dívida e evasão contributivas), o PCP defende que é necessário colocar a riqueza produzida a contribuir para o financiamento do regime contributivo e para a sustentabilidade do sistema de Segurança Social. Assim, apresentou um Projeto de Lei, que previa uma contribuição complementar das empresas que têm mais lucros, mas que contribuem pouco para a Segurança Social tendo em conta a riqueza líquida refletida no Valor Acrescentado Líquido (VAL), o que permitiria incentivar a criação de emprego, reequilibrar as condições de desenvolvimento da atividade económica e reforçar o financiamento do sistema público de Segurança Social a curto, médio e longo prazo.

Não podemos deixar de assinalar que durante esta legislatura foi ainda possível assegurar a manutenção da atividade profissional das **amas familiares** e a transferência de verbas para a **estabilidade do Fundo Especial de Segurança Social dos Profissionais de Banca dos Casinos** e o pagamento das respetivas prestações sociais.

Sinistrados do Trabalho

Também ao nível da Sinistralidade Laboral o PCP teve uma intervenção que merece destaque.

Além da realização de uma **Audição Pública sobre «Deficiência, Sinistralidade Laboral e Proteção Social»,** o PCP apresentou um conjunto de iniciativas para responder a questões e problemas concretos dos sinistrados, das suas famílias e organizações representativas. Propusemos o **recálculo das prestações suplementares** para assistência a terceira pessoa atribuídas aos sinistrados do trabalho, a **revisão do regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais,** designadamente pondo fim à remição obrigatória das pensões por incapacidade permanente inferior a 30% e indexando todas as prestações ao SMN e não ao IAS.

Propusemos ainda que a **ANDST** (Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho) fosse **beneficiária de 1% do montante das coimas** aplicadas por violação das regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho.

Apresentámos uma recomendação ao Governo com vista à elaboração de um **Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais,** que foi aprovada e deu origem a uma resolução da Assembleia da República.

Realçamos ainda as propostas apresentadas, por duas vezes em Orçamento do Estado e também em Projeto de Lei, que repunham a possibilidade de **acumulação das prestações por incapacidade permanente** com a parcela da remuneração correspondente à percentagem de redução permanente da capacidade geral de ganho do trabalhador, pretendendo garantir aos trabalhadores da Administração Pública uma justa reparação pelo acidente de serviço ou doença profissional.

Deficiência

No que toca às pessoas com deficiência ou incapacidade, o património de intervenção do PCP é muito vasto.

O PCP manteve um estreito diálogo com as pessoas com deficiência e incapacidade e as suas organizações representativas, reunindo por diversas vezes com estas e promovendo uma Audição Pública sobre **«Acessibilidades para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida: pelo direito à mobilidade, integração e autonomia».**

Nesta legislatura é possível registar como avanço a criação da **Prestação Social da Inclusão.** Por intervenção do PCP foi possível garantir o acesso à prestação social para a inclusão a quem tenha adquirido deficiência ou incapacidade antes dos 55 anos de idade, mas cuja certificação tenha sido requerida em data posterior, bem como garantir o compromisso do Governo com o alargamento da prestação a crianças e jovens com idade inferior a 18 anos. No entanto, há ainda várias matérias em que é preciso garantir avanços, designadamente no que se refere à aplicação e abrangência desta prestação, desde logo garantindo o seu pagamento a 14 meses, a sua aplicação a pessoas que, tendo menos de 60% de incapacidade, estejam em situações particularmente incapacitantes e a pessoas que tenham adquirido uma deficiência após os 55 anos que se comprove não resultar de processos degenerativos comuns ou associados ao normal envelhecimento.

Por proposta do PCP, foi ainda possível **reduzir por duas vezes o valor do atestado multiusos,** que passou de 50€ para 25€ e depois para 12,5€ e, no caso de atestado em junta médica de recurso, passou de 100€ para 50 e finalmente para 25€. O PCP sempre defendeu a gratuitidade e continuará a intervir nesse sentido.

O PCP interveio também sobre a **promoção do emprego público para as pessoas com deficiência e medidas para acesso à formação profissional e a emprego com direitos,** com propostas que deram origem a uma Resolução da Assembleia da República, e que defendem:

- A apresentação de um relatório identificando a colocação de pessoas com deficiência no âmbito dos concursos públicos para a Administração Pública;
- o levantamento de dados sobre a realidade do emprego e da formação profissional para as pessoas com deficiência, apresentando-os anualmente à Assembleia da República;
- medidas para garantir que a formação profissional das pessoas com deficiência corresponde à aquisição de conhecimentos, capacidades e competências para a inclusão na vida ativa, elaborando-se um amplo e diversificado plano de formação profissional, envolvendo as organizações representativas das pessoas com deficiência e as entidades e instituições que desenvolvem ações de formação profissional e emprego para as pessoas com deficiência;
- promoção da articulação entre as escolas e os centros de formação profissional;
- que os centros de emprego protegido, além da valência de empregabilidade, contemplem uma resposta de formação profissional na perspetiva de inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho em geral.

Por proposta do PCP também foi **eliminada da condição de recursos do complemento por dependência,** deixando este de estar limitado a rendimentos inferiores a 600 euros.

Também o **Modelo de Apoio à Vida Independente**, que assenta na disponibilização de assistência pessoal a pessoas com deficiência ou incapacidade para a realização de atividades de vida diária, deve ser considerado um avanço no sentido da promoção da vida independente e autónoma das pessoas com deficiência, embora seja preciso ir muito mais longe nesta resposta. Importa a esta propósito lembrar que o PCP foi o primeiro partido na Assembleia da República a avançar com intervenção sobre

a implementação de projetos que garantissem dignidade, independência e autonomia às pessoas com deficiência.

Merece ainda o devido destaque a aprovação de **medidas de apoio aos cuidadores informais,** nas quais o PCP teve uma influência determinante. O PCP promoveu uma audição pública no sentido de recolher contributos a integrar no seu Projeto de Lei e ouvir os problemas com que os cuidadores informais se confrontam todos os dias. A proposta do PCP ia mais longe do que foi aprovado nesta legislatura, pois desenvolvia um conjunto de medidas de apoio aos cuidadores e às pessoas cuidadas, designadamente procurando assegurar condições para a conciliação entre a prestação de cuidados e o trabalho, bem como o acesso a equipamentos e respostas sociais.

Destacamos ainda a aprovação, por proposta do PCP, da implementação de projetos-piloto para estudar e implementar uma rede pública de apoio dirigida aos cuidadores informais e às pessoas cuidadas, devendo ser desenvolvido com base nos serviços públicos e garantir apoio domiciliário, aconselhamento, acompanhamento e capacitação dos cuidadores informais, apoio psicossocial aos cuidadores informais e uma rede integrada de apoio aos cuidadores informais.

Educação Especial

O PCP manteve, nesta Legislatura, uma intervenção continuada sobre esta matéria, defendendo sempre que não há uma efetiva inclusão sem um reforço do investimento, a contratação de mais profissionais e a garantia dos materiais pedagógicos necessários a cada criança e jovem com necessidades especiais.

O PCP organizou três Audições Públicas sobre esta matéria: uma sobre **necessidades especiais transitórias e permanentes**, outra sobre a **inclusão dos jovens com necessidades especiais após o ensino obrigatório**, e uma outra sobre o **Sistema de Intervenção Precoce** e a necessidade da continuidade do acompanhamento das crianças e jovens com necessidades especiais.

O PCP bateu-se, ao longo da legislatura, pelo reforço de meios nas escolas, **sido aprovado em Orçamento do Estado a elaboração de um plano de reforço dos meios humanos, materiais e pedagógicos afetos à Educação Especial**, com medidas calendarizadas para implementação em todos os estabelecimentos de ensino públicos, de modo a assegurar uma efetiva resposta a todas as crianças e jovens com necessidades especiais.

Também por iniciativa do PCP foi possível melhorar o recente **Decreto-Lei sobre a Educação Inclusiva**, com a aprovação das seguintes propostas:

- Garantia de resposta às necessidades e especificidades de cada criança e/ou jovem;
- avaliação da aplicação das medidas por parte da equipa multidisciplinar;
- possibilidade de serem "conjugadas" diferentes medidas, de diferentes níveis;
- formação específica gratuita para todos os trabalhadores;
- reforço dos elementos fixos e variáveis das esquipas de acordo com as necessidades das escolas;
- possibilidade de mobilização de outros espaços para apoio à inclusão respeitando as necessidades e especificidades de cada criança e/ou jovem;
- que o relatório acompanha sempre a criança e/ou jovem;
- possibilidade do PIT ser para futura atividade profissional ou prosseguimento de estudos;
- salvaguarda de direitos a crianças e/ou jovens que tivessem apoios anteriormente.

O PCP continua a entender e a defender que a existência de uma Escola Pública inclusiva é inseparável do reforço de meios humanos, materiais e pedagógicos e da valorização de todos os profissionais de educação. Temos intervindo neste sentido e iremos continuar a pugnar para que tal seja concretizado e para que todas as crianças e jovens, independentemente da sua origem, da sua cultura, ou das suas condições sociais, possam aprender juntos nas escolas públicas das suas comunidades.

Igualdade

O PCP interveio em defesa da igualdade e não discriminação, entre homens e mulheres, e em muitas outras dimensões.

À igualdade na lei ainda não corresponde a igualdade na vida, e por isso mesmo, esse compromisso marcou a proposta e intervenção do PCP.

Destacamos a denúncia de persistentes formas de discriminação, nas empresas e locais de trabalho, por exercício de direitos de maternidade e paternidade:

- Treinadora de futebol do Valadares Gaia impedida de entrar no Jamor com a filha de 15 dias;
- Incumprimento da resolução da Assembleia da República sobre "Adoção de medidas que garantam o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar";
- Incumprimento da resolução da Assembleia da República sobre "Criação de um Plano Nacional de Combate às Discriminações Salariais, Diretas e Indiretas com prioridade de ação inspetiva e punitiva";
- Conselho de Administração do Hospital Carolina Beatriz Ângelo desrespeita Parecer da CITE e nega horário flexível para acompanhamento a filho menor;
- Desrespeito e violação dos direitos fundamentais dos trabalhadores no Auchan Portugal Hipermercados, SA;
- Violação dos direitos dos trabalhadores na Navigator Company;
- Desrespeito pelos direitos de maternidade e paternidade no Centro Hospitalar de Setúbal, distrito de Setúbal;
- Adequação dos acordos de cooperação às características do público-alvo da Casa Abrigo O Refúgio, em Moura;
- Limitação dos direitos de maternidade e paternidade no Centro Hospitalar de Lisboa Central;
- Negação de acesso a cuidados de saúde a imigrantes no distrito de Lisboa.

Apresentámos **propostas de prevenção e combate às múltiplas formas de violência sobre as mulheres**, e em particular de **reforço dos direitos das vítimas de violência doméstica e pessoas prostituídas**.

Com o contributo do PCP foi possível avançar no **reforço dos direitos das pessoas LGBTI+**, tais como, a **aprovação da Lei que consagra o direito à autodeterminação da identidade de género e à proteção das características sexuais**, a **adoção e acesso à procriação medicamente assistida por casais do mesmo sexo**.

Famílias e Crianças

O PCP teve uma intensa e continuada intervenção nesta Legislatura sobre os direitos das crianças, dos pais e das famílias.

Foi por ação e intervenção do PCP que se garantiu:

- o acesso das crianças de 4 anos ao pré-escolar público;
- a gratuitidade dos manuais escolares em toda a escolaridade obrigatória;
- o reforço e alargamento do abono de família, abrangendo agora as crianças do 4.º escalão até aos 6 anos;
- a reposição do abono pré-natal no 4.º escalão;
- o alargamento do Plano Nacional de Vacinação, garantindo a todas as crianças (e não só aquelas cujas famílias possam pagar) as vacinas para a meningite B, rotavírus e HPV.

Ao longo destes 4 anos, foram **aprovadas propostas do PCP, ou com nosso contributo, sobre direitos de maternidade e paternidade e** de defesa do superior interesse da criança**:**

- Pagamento do subsídio de gravidez por riscos específicos a 100%;
- equiparação da licença a filho com deficiência, às situações de doença crónica ou doença oncológica, e alargamento da licença de acompanhamento a filho com doença até ao limite máximo de seis anos;
- direito a 3 dispensas, em cada ciclo de tratamentos, para consultas de PMA – Procriação Medicamente Assistida;
- proibição de discriminação pelo exercício dos direitos de maternidade e paternidade (atribuição de prémios de assiduidade e produtividade, progressão na carreira);
- direito do pai a 3 dispensas do trabalho para acompanhar a grávida às consultas pré-natais;
- licença para deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência para realização de parto;
- no caso de internamento hospitalar da criança acresce à licença o período de internamento, até ao limite máximo de 30 dias;
- nas situações em que o parto ocorra até às 33 semanas inclusive, acresce todo o período de internamento da criança, bem como 30 dias após a alta hospitalar.

Outras importantes propostas foram rejeitadas:

- Alargamento do tempo de licença de maternidade obrigatória de 6 para 9 semanas;
- alargamento do tempo de licença obrigatória do pai de 15 para 30 dias;
- alargamento da licença de maternidade até 180 dias, pagos a 100%;
- a decisão livre da mulher e do casal sobre o período do gozo de licença parental, garantindo sempre o seu pagamento a 100%;
- criação de uma licença específica de prematuridade ou de internamento hospitalar do recém-nascido, adicional à licença de maternidade/paternidade, garantindo o seu pagamento a 100%, e com duração até finalizar o período de internamento.

Interviemos também sobre o **alargamento da rede de creches e de equipamentos de apoio à infância**, conseguindo a aprovação de uma iniciativa que deu origem a uma Resolução da Assembleia da República para um levantamento das necessidades existentes ao nível da resposta social de creches, considerando o impacto destes equipamentos no desenvolvimento demográfico; um levantamento de todos os equipamentos existentes de apoio à infância, designadamente creches, desdobrando-o por resposta pública, resposta do sector social e resposta privada e, considerando os levantamentos feitos fosse avaliada a necessidade da reabilitação e/ou recuperação de equipamentos, bem como da construção de novos.

Propusemos, embora sem ter sido aprovada, a **criação da Comissão Nacional dos Direitos das Crianças e Jovens**, considerando a inexistência de um diagnóstico regular, permanente, rigoroso e profundo sobra a situação da Criança no nosso país e de forma a dar corpo a uma das responsabilidades do Estado nas suas obrigações e deveres face aos problemas da Criança e tudo quanto se reporta à exigência de acompanhamento, análise e definição de medidas adequadas à evolução de fenómenos sociais.

Associativismo

O PCP conseguiu aprovar medidas de **valorização do Movimento Associativo Popular**, designadamente a **consulta ao movimento associativo aquando de definição de políticas nacionais para as áreas da cultura, desporto e ação social**; **a criação de um programa no sentido de**

simplificação do licenciamento e autorizações necessárias para a constituição, funcionamento e atividade das instituições, considerando serem instituições sem fins lucrativos e a natureza da sua intervenção local, bem como **que se estudem medidas, em conjunto com as organizações representativas do movimento associativo popular e as entidades de Gestão Coletiva de direitos de autor e de direitos conexos, que permitam estabelecer condições adequadas de remuneração dos titulares daqueles direitos reduzindo os encargos suportados pelas pessoas coletivas sem fins lucrativos**, designadamente minimizando o efeito da duplicação de tarifas.

O PCP também propôs que o Governo adotasse **medidas de apoio financeiro para as ações de alteração e adaptação dos edifícios associativos às necessárias condições de segurança,** considerando que muitas coletividades e associações vão vivendo o seu dia-a-dia em asfixia, não tendo, muitas vezes, os meios financeiros quer para prosseguir a sua ação, quer para melhorar os seus espaços físicos. Os insuficientes ou inexistentes apoios às associações e coletividades colocam estas instituições em situações de grandes dificuldades.

O PCP propôs ainda, em sede de Orçamentos do Estado que fosse criado um **programa de apoio às bibliotecas das coletividades** e de **salvaguarda dos arquivos** das associações e coletividades, assim como a **ampliação do benefício fiscal em sede de IRC** para "atividades não estatutárias", contribuindo para a sustentação geral da atividade por si desenvolvida, sendo que estas propostas não foram, infelizmente, aprovadas.

Desporto

Por intervenção do PCP, em sede de Orçamento do Estado, foi possível abrir caminho à **equiparação dos atletas paralímpicos aos atletas olímpicos,** pondo fim a uma situação de discriminação e exclusão, cumprindo princípios constitucionais e princípios vertidos num conjunto de instrumentos jurídicos nacionais e internacionais (como a Lei Antidiscriminação e/ou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência) e valorizando, devidamente, aquela que é a participação destes atletas num conjunto de competições europeias e mundiais, bem como nos Jogos Paralímpicos.

O PCP realizou uma **Audição Pública sobre a situação dos Treinadores,** cujos contributos recolhidos foram muito importantes para a posterior intervenção sobre a Proposta de Lei do Governo referente ao regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto. Entre muitas propostas apresentadas na especialidade, **o PCP propôs que se eliminasse a caducidade ou suspensão, do título**

de treinador no caso deste não ter efetuado a formação contínua, defendendo que um treinador não pode estar impedido de exercer a sua profissão por ausência dessa formação contínua – devem sim ser criadas as condições para que a formação contínua seja ministrada e os treinadores possam efetivamente ter acesso à mesma.

O PCP interveio ainda, com a apresentação de propostas que foram aprovadas quanto à **valorização da Educação Física e do Desporto Escolar,** propondo a reposição da carga horária da disciplina de Educação Física nos 3.º Ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário; medidas com vista a que a disciplina de Educação Física seja considerada como disciplina a integrar as médias globais do aluno; medidas para a integração real da Educação Física nas escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar, garantindo as condições para que seja efetivamente lecionada, bem como uma efetiva valorização da Educação Física e do Desporto Escolar, garantindo a sua universalização e a existência de meios materiais e infraestruturas em todas as escolas, adequadas aos currículos de Educação Física, assegurando que nenhuma modalidade programática deixa de ser lecionada com a dignidade merecida.

Juventude

O PCP apesentou propostas transversais em defesa dos direitos da juventude, pelo emprego com direitos, pelo acesso a todos os graus de ensino em condições de igualdade sem barreiras económicas, pela autonomia e acesso à habitação, pela valorização do movimento associativo juvenil, entre outros. Denunciámos ataques e limitações a direitos democráticos como a participação na vida democrática das escolas e ingerência em processos eleitorais.

No âmbito do processo legislativo de **Alterações ao Regime Jurídico Associativismo Jovem**, o PCP interveio com diversas propostas que vieram a ser aprovadas, e acompanhando outras que consagram avanços importantes:

- **Por proposta do PCP foi aprovada a criação de um Plano nacional de incentivo ao associativismo estudantil**, a criar até ao final de 2019, visando o apoio jurídico e institucional às associações de estudantes ou grupos de estudantes que se pretendam constituir como associações de estudantes; bem como a criação e implementação de campanhas anuais de informação e apoio à legalização das associações de estudantes a todos os estabelecimentos públicos de ensino e educação do país. Desde há 9 anos que o PCP propõe, depois de ter sido sempre rejeitada por PS, PSD e CDS, foi agora aprovada;

- Por proposta do PCP foi aprovada a **isenção de custos para efeitos de legalização das associações juvenis.** Desde há 7 anos que o PCP propõe a isenção de custos para efeitos de legalização das associações juvenis, e consequente inscrição no Registo Nacional de Associações Juvenis. Esta inscrição é obrigatória para a candidatura a programas de financiamento público. Depois de ter sido sempre rejeitada por PS, PSD e CDS, foi agora aprovada;

- Por proposta do PCP foi aprovada a fixação de 30 dias como período máximo para que seja garantido às **associações de estudantes instalações próprias nos estabelecimentos de ensino**;

- Por proposta do PCP foi aprovado o **alargamento do estatuto do dirigente associativo** aos membros das associações de estudantes não inscritas no RNAJ;

- Por proposta do PCP foi aprovada a **justificação de faltas até 3 vezes por ano para participação em Reuniões Gerais de Alunos** (RGA);

- Com o voto do PCP foi aprovada a obrigatoriedade de **financiamento anual às associações de estudantes** no valor de 0,25% do indexante de apoios sociais por estudante, com um valor total mínimo de 125% desse indexante.

Comunicação Social

O PCP acompanhou ao longo da legislatura diferentes problemas sentidos no sector da comunicação social - tanto no público, como no privado.

Realizámos duas audições sobre a **Situação do sector da Comunicação Social** e sobre os **problemas e direitos dos jornalistas e outros trabalhadores da comunicação social** e as transformações no sistema mediático.

O PCP esteve solidariamente presente em diferentes **ações de luta protagonizadas pelos trabalhadores da RTP** (em Lisboa e no Porto) que reivindicaram a célere conclusão do PREVPAP e a sua integração na empresa.

Interviemos ativamente sobre a situação vivida na **RTP e na Lusa,** nomeadamente sobre a regularização dos vínculos precários dos trabalhadores destas empresas, defendendo que todos os que respondam a necessidades permanentes tenham um vínculo efetivo.

Propusemos ainda, em sede de Orçamento do Estado, um **reforço das verbas para a Lusa**, repondo valores da indemnização compensatória e pondo fim a um corte imposto por PSD/CDS à agência noticiosa.

Defendendo o serviço público de rádio e de televisão como um dos pilares da democracia portuguesa, com um importantíssimo papel na garantia da pluralidade e diversidade, na defesa e divulgação da língua e da cultura portuguesas, na valorização da educação, da ciência, da investigação, das artes, da inovação, do desporto, bem como enquanto garante de coesão social e territorial do nosso país, além do relevante papel que desempenha junto das comunidades emigrantes e imigrantes, o PCP apresentou um **novo Estatuto da Rádio e Televisão de Portugal,** para melhorar os serviços públicos de rádio e de televisão, para garantir que a RTP tem todos os meios para cumprir a sua missão de serviço público e para assegurar o cumprimento do princípio constitucional da responsabilidade do Estado na garantia dos serviços públicos de rádio e de televisão.

Educação

Durante a atual legislatura, o PCP continuou a bater-se por uma Escola Pública, Gratuita, de Qualidade e para Todos, com a garantia de respeito dos direitos de quem nela estuda e trabalha.
Uma das medidas de maior alcance que foi garantida passou pela **gratuitidade dos Manuais Escolares**, que o PCP há muito defende e de tudo fez para que fosse realidade. Juntamente com o reforço da Ação Social Escolar, este novo direito contribuiu para o alívio dos encargos das famílias.

Também o firme combate à precariedade foi um dos principais eixos de intervenção do PCP, que foi apresentando múltiplas propostas para **vinculação extraordinária dos professores**, para um **novo regime de recrutamento e seleção de pessoal docente**, para **integração de todos os Técnicos Especializados** que suprem necessidades permanentes das escolas, para a **revisão do chamado rácio de auxiliares e administrativos**, no sentido do seu reforço e contratação com vínculo estável.

O PCP acompanhou sempre o desenvolvimento da luta de estudantes e trabalhadores da Educação, levando à Assembleia da República todas as questões relevantes e acompanhando-as de iniciativa parlamentar.

Foi o caso da **contabilização integral do tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira dos professores e outras carreiras e corpos especiais da Administração Pública**, da garantia do respeito dos direitos dos professores ao nível **da mobilidade interna ou da correta contagem do tempo trabalhado dos professores contratados**. Questões que mobilizaram milhares de trabalhadores em diversas ações de luta e protesto, designadamente, nas grandes manifestações de 5 de outubro de 2018 e 23 de março de 2019.

Foi também o que sucedeu com a **insuficiência do número de auxiliares e administrativos**, trabalhadores que protestaram em múltiplas ocasiões contra a falta de pessoal, os vínculos precários e os baixos salários. Questões que mobilizaram também os **Técnicos Especializados**, cuja resolução da precariedade em sede de PREVPAP foi tardando. Neste contexto, é de assinalar a greve dos trabalhadores de apoio educativo realizada em 22 de março de 2019, que encerrou milhares de escolas de norte a sul do país.

Igualmente, os **estudantes** também se mobilizaram na defesa dos seus direitos, destacando-se sobretudo a reivindicação do fim dos exames e as ações de luta frente à Assembleia da República contra a degradação do edificado escolar e pela realização de obras de requalificação da Escola Secundária de Camões e da Escola Artística António Arroio, protestos que se desmultiplicaram localmente em relação aos casos concretos de inúmeras escolas.

Para todas estas situações e muitas outras mais, o PCP teve sempre intervenção e iniciativa parlamentar, apresentando Apreciações Parlamentares, Projetos de Lei e de Resolução, requerendo a vinda do Ministro da Educação à Comissão Parlamentar, fazendo perguntas regimentais, realizando audições públicas.

Ensino Superior e Ciência

O PCP continuou a batalhar para que o acesso aos mais elevados níveis de ensino e conhecimento fosse uma realidade para todos e para que o inaceitável nível de precariedade vivido nas Instituições

de Ensino Superior e várias entidades da Ciência fosse combatido com seriedade no sentido da sua erradicação.

Nesta área, as medidas mais relevantes que foram alcançadas passam pela **descida dos custos de frequência no Ensino Superior**, com **a baixa das propinas e o aumento da Ação Social Escolar**, pelo **reforço da resposta pública de alojamento para os estudantes** e por algum **avanço registado no combate à precariedade**. Passos que, por opção do Governo, acabaram por ser tímidos e limitados, apesar da sua relevância.

A intervenção firme do PCP no **Decreto-Lei 57/2016 (Emprego Científico)** e no **PREVPAP** foi decisiva para cada trabalhador pudesse aceder a um contrato de trabalho e à perspetiva de uma carreira. Só a oposição do Governo PS e das Instituições impediu que estas ferramentas pudessem ser levadas mais longe no combate à precariedade de todos os trabalhadores do Superior e da Ciência.

Mais ainda, com PS, PSD e CDS a darem a mão nos momentos decisivos foram bloqueados processos de verdadeira transformação desta área num sentido de progresso e respeito pelos direitos de quem estuda e trabalha.

Tal foi particularmente visível na rejeição das propostas do PCP para o fim das propinas e em defesa de uma nova **Lei do Financiamento**, para uma **Lei-Quadro da Ação Social Escolar** que superasse as atuais profundas limitações da ASE no Superior, para o **fim do regime fundacional** e em defesa da **gestão democrática das Instituições de Ensino Superior** – mantendo-se em vigor um RJIES injusto e limitador -, para o fim do **Estatuto do Bolseiro de Investigação** e para a **integração de todos os bolseiros** que respondem a necessidades permanentes, para o **reforço de meios das Instituições de Ensino Superior e dos Laboratórios do Estado**, para o respeito e igualdade de tratamento entre trabalhadores no que diz respeito ao descongelamento das progressões, entre outras propostas.

O PCP deu voz aos momentos de luta de estudantes e trabalhadores do Superior e da Ciência, designadamente os muitos protestos realizados na defesa da regularização de vínculos precários, com relevo para os que ocorreram aquando da realização do Ciência'18 e Ciência'19 e para as várias concentrações frente às reitorias de Instituições de Ensino Superior um pouco por todo o país, bem como dos Laboratórios do Estado – com grandes ações de luta no LNEC e no IPMA.

Desde **audições públicas** à chamada do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para audição parlamentar, passando pelo confronto da tutela das Finanças e Emprego Público com as insuficiências e incumprimento do PREVPAP em debates parlamentares, apresentando Projetos de Lei e de Resolução, e realizando frequentes perguntas regimentais, o PCP esteve sempre ao lado dos estudantes e dos trabalhadores do Superior e da Ciência – fossem estes professores, investigadores, auxiliares, administrativos, pessoal de apoio técnico e independentemente do seu vínculo.

Cultura

A ação do PCP nesta área foi, como não podia deixar de ser, consequente e reflete a forma como vemos a Cultura: um pilar da Democracia, alvo de intervenção e proposta permanente, e não um mero adorno a colocar na lapela de quatro em quatro anos.

Foi possível **recuperar direitos**, como no caso do **alargamento do acesso gratuito a museus, monumentos e palácios**, da **reposição das bolsas de criação literária**, na **reativação do ProMuseus - Programa de apoio a Museus da Rede Portuguesa de Museus**, na **redução do IVA para espetáculos**. Também se deram alguns passos em frente, com o **Plano de intervenção na Fortaleza de Peniche e concretização do novo Museu Nacional da Resistência e da Liberdade**, a **redução do IVA dos instrumentos musicais**, a **valorização dos bailarinos profissionais e a proteção do património azulejar português.**

Uma questão a assinalar prende-se com o **reforço dos apoios públicos à Artes**, que foi possível concretizar pela proposta do PCP e pela luta de todos os que se mobilizaram em protesto, sendo de realçar a enorme manifestação de 6 de abril de 2018, que levou milhares à rua em vários pontos do país.

Além da resolução imediata do enorme problema criado pelo Governo com as flagrantes injustiças que resultaram do concurso aos apoios sustentados e a necessidade de revisão do modelo de apoios públicos às Artes, a exigência de 1% do Orçamento do Estado para a Cultura alcançou uma enorme dimensão que não ficou sem resposta por parte do PCP na Assembleia da República. Aliás, é de referir que o PCP foi o único Grupo Parlamentar a apresentar esta proposta em sede de Orçamento do Estado e através de iniciativa legislativa. PS, PSD e CDS, como já é costume, inviabilizaram que esta justa reivindicação fosse realidade.

É de valorizar, no entanto, pelo seu significado político, a aprovação em Plenário do Projeto de Resolução do PCP que declara a atribuição de **1% do Orçamento do Estado para a Cultura** como objetivo mínimo a atingir no sentido do cumprimento da responsabilidade do Estado para a promoção da Cultura, nos termos da Constituição.

O PCP interveio de forma destacada também nas questões da defesa do **Património Cultural**, em múltiplas dimensões. Defendeu o reforço e **contratação de trabalhadores com vínculo estável e em número adequado nos museus e nos vários organismos da Cultura**, a dignificação do **Parque Arqueológico do Vale do Côa**, a salvaguarda e proteção do **património arqueológico e edificado com um programa de emergência**, exigiu a tomada de medidas de proteção do património face às ameaças de destruição em contexto da agricultura intensiva, continuou a bater-se pela valorização da **Arqueologia Náutica e Subaquática**.

Não foram esquecidas as necessidades de intervenção diversa na área da criação artística, como foi o caso do **OPART – Organismo de Produção Artística**, **EPE (Teatro Nacional S. Carlos e Companhia Nacional de Bailado)**, da exigência da criação de um verdadeiro **Estatuto do Bailarino Profissional**, da necessidade **de financiamento para a criação cinematográfica**, bem como de uma maior transparência na realização dos **concursos de apoio**.

Ao longo da legislatura, o PCP manteve uma ampla e profunda intervenção sobre a Cultura, nas suas múltiplas dimensões, sendo sem dúvida o Grupo Parlamentar com maior dinamismo nesta área e registando um elevado número de perguntas, requerimentos de chamada do Ministério da Cultura à Comissão Parlamentar, iniciativas legislativas, visitas e audições públicas.

Saúde

No decurso desta legislatura no que ao Serviço Nacional de Saúde diz respeito registaram-se avanços que são inseparáveis das lutas travadas por utentes e profissionais. Lutas que tiveram tradução na ação institucional do PCP. Foi por proposta do PCP que se **reduziu o horário de trabalho para as 35 horas** e para que essa redução tivesse sido aplicada a todos os profissionais independentemente do vínculo. Assim como o foi para a reposição do pagamento das horas de qualidade.

Os profissionais de saúde lutaram anos para que houvesse o **descongelamento das carreiras**, mais, uma vez, a intervenção do PCP foi decisiva inscrevendo na lei do roçamento do estado tal direito.

Hoje há mais doentes com **médico de família**, também isto se deve à ação do PCP.

As lutas dos utentes e a ação do PCP foram determinantes para a redução das taxas moderadoras e para o aumento de doenças com direito a isenção, bem como para a **revogação do pagamento de taxas na IVG**. Foram também imprescindíveis para as alterações ocorridas na **atribuição de transporte não urgente de doentes**, que permitiram a mais doentes dele beneficiar. Ou ainda para **disponibilizar aos doentes com atrofia muscular os tratamentos no âmbito do SNS.**

Se os investimentos no SNS estão excecionados da **aplicação de cativações** tal se deve à ação do PCP, assim como, foi pela mão do PCP que foram excecionados o SICAD, o INEM e a DGS dessa medida de garrote orçamental.

Se há mais equipas comunitárias de cuidados paliativos e **mais hospitais – Barcelos, Beja, Algarve, Gaia- para além do Central do Alentejo e do Seixal contemplados no plano de investimento**, tal se deve à ação persistente e determinada do PCP que em sede de orçamento de estado os inscreveu.

Se hoje há mais médicos a prescrever genéricos e utentes a adquiri-los, tal se deve à inscrição no OE de medidas para **aumento da quota de genéricos**.

Há anos que enfermeiros e técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica lutavam por uma carreira que os valorizasse e dignificasse o seu trabalho em prol dos utentes e do SNS. O Governo publicou essas carreiras, mas, os diplomas não consagram plenamente a valorização que é devida a esses profissionais, pelo que, o PCP apresentou **Apreciações Parlamentares com o objetivo de corrigir os aspetos mais gravosos e dar resposta a questões relativas às carreiras dos enfermeiros e dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica**.

Não foi por ausência de proposta e iniciativa do PCP que não se foi mais longe na **eliminação das barreiras de acesso aos cuidados de saúde e aos medicamentos**, foi sim por opção do PS e do seu Governo que puseram as imposições da UE e da redução acelerada do défice à frente dos direitos dos utentes. Tivessem sido aprovados os projetos de lei que revogavam as **taxas moderadoras** ou alteravam os **critérios de atribuição de transporte não urgente**, ou ainda as propostas de **dispensa**

gratuita de medicamentos genéricos aos doentes com mais de 65 anos ou de **antipsicóticos no SNS** e esses problemas teriam sido ultrapassados.

Os deputados do PCP tiveram uma ação determinada, juntamente com os jovens médicos, na **luta contra a existência de médicos indiferenciados**, pelo que foram propostas alterações ao **regime jurídico do internato médico** e para que fossem abertas mais vagas e concursos para colocação dos médicos que não tiveram acesso à formação médica especializada. Mas, as opções do PS e do seu Governo impediram, mais uma vez, pôr fim a este flagelo dos médicos indiferenciados.

O PCP propôs que fosse estipulado, tal como já existe para as forças e serviços de segurança, uma **programação plurianual de investimentos** ou que se criasse o **Laboratório Nacional do Medicamento** a partir da Laboratório Militar. A concretização destas propostas não avançou porque esbarraram nas opções do PS e do Governo.

Também, na ação do Grupo Parlamentar não foi esquecida a **emergência médica** e as condições de trabalho dos seus profissionais, pelo que apresentou um projeto de resolução que recomenda o reforço de meios humanos e materiais no Instituto Nacional de Emergência.

Tivessem as medidas apresentadas sido aprovadas e as aprovadas concretizadas em toda a sua extensão e, certamente, o Serviço Nacional de Saúde estaria mais capaz de responder de forma atempada e célere aos utentes e evitar-se-ia a deslocação de recursos do erário público para os grupos económicos que operam na saúde e os profissionais menos exaustos e mais motivados.

Por último, regista-se a importância da aprovação da nova **Lei de Bases da Saúde**, que permite dar passos significativos no sentido de garantir um SNS de gestão pública, de caracter universal e geral, com a revogação do regime das Parceria Público-Privadas. Regista-se ainda assim que teria sido possível ir mais longe, não fossem os recuos do PS e a precipitação daqueles que, como o BE, preferiram tentar recolher louros mediáticos a garantir que o processo se concluiria com sucesso;

Toxicodependência, alcoolismo e outras dependências

A área da toxicodependência, do alcoolismo e de outras dependências sofreu profundas alterações durante o Governo PSD/ CDS que comprometeram a resposta pública nestes domínios. Para tal muito concorreu a decisão do Governo PSD/CDS de extinguir o **Instituto da Droga e Toxicodependência (IDT)**

e criar **o SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências)**, equiparado a uma direção geral do Ministério da Saúde, com competências exclusivamente de planeamento e monitorização (ainda que alargadas a outros comportamentos aditivos e dependências), transferindo toda a vertente operacional para as Administrações Regionais de Saúde (ARS).

Os profissionais manifestaram-se contra esta decisão, mostraram os efeitos nefastos dela e traduziram tudo isto na "Declaração de Aveiro". O PCP esteve sempre ao lado destes profissionais e teve uma ação consequente, a qual se traduziu na apresentação em sede de orçamento do estado 2017, de uma norma para o **levantamento das consequências da extinção do IDT e avaliadas as condições para criação de uma estrutura que recuperasse o modelo integrado de intervenção**. Ou de diversas iniciativas legislativas tendentes a **Reforçar as respostas públicas na área da toxicodependência e alcoolismo.** Ou das propostas para o estudo da evolução dos **impactos na saúde do consumo de cannabis**, para a prevenção do consumo desta substância psicoativa. O PCP foi decisivo para a aprovação da **legislação relativa ao uso terapêutico da cannabis.**

O trabalho parlamentar neste domínio passou também pela elaboração de perguntas dirigidas ao Governo que abordaram questões muito concretas sobre o funcionamento da resposta pública, a falta e a situação de precariedade em que muitos profissionais estão confrontados, como sucede com os enfermeiros do CRI de Braga que estão há vários anos a recibos verdes, ou os trabalhadores do DICAD de Lisboa que estão em mobilidade intercarreiras ou, ainda, a falta de médicos psiquiatras no CRI de Leiria.

Economia

Ao cabo de mais de duas décadas, foi alcançada a medida que o PCP vinha propondo na AR. **Um passe para todas as carreiras de todos os operadores de toda a região, a preços substancialmente mais reduzidos, atrativos e justos**. Também por proposta do PCP foi reforçado o financiamento no OE para garantir que a medida se pode aplicar em todo o País e não apenas nas áreas metropolitanas.

O anterior governo PSD/CDS tinha anunciado **a privatização do serviço nos transportes de Lisboa e Porto** como facto consumado, mas foi possível aprovar os projetos de lei do PCP no sentido de **reverter a fusão das empresas na "Transportes de Lisboa"** e a "**subconcessão" a privados na Carris, Metropolitano de Lisboa e STCP**. Defendeu-se o serviço público, os utentes dos transportes e o

emprego com direitos. E só não se avançou mais no transporte público e na melhoria da sua qualidade porque o governo PS não concretizou as medidas de reforço e investimento nos transportes que estavam aprovadas nos Orçamentos do Estado.

O governo PSD/CDS estava determinado a levar até ao fim o objetivo de roubar os **complementos de reformas** para poder entregar ao capital privado empresas sem encargos sociais no Metropolitano e na Carris. Por proposta do PCP esse direito foi devolvido e os complementos de reforma foram repostos.

A intervenção parlamentar do PCP em todos os momentos desenvolveu-se em estreita articulação com a luta dos trabalhadores e utentes dos transportes e dos serviços públicos em geral. Foi assim na **luta contra as privatizações** – quer nas que foram travadas e revertidas, como na Carris, Metro e STCP, quer nas que continuaram por opção do governo PS, como nos CTT, CP Carga, TAP. Foi assim na **denúncia da exploração dos trabalhadores dos vários sectores dos transportes e comunicações**, com as múltiplas audições parlamentares, chamadas do Governo à AR, debates em Plenário sobre os trabalhadores ferroviários, da aviação e aeroportos, dos trabalhadores portuários e do transporte marítimo e fluvial, do sector postal e das telecomunicações etc.

Estivemos presentes nas lutas dos trabalhadores e demos voz na Assembleia da República com a denúncia e a proposta em resposta às ameaças e ataques aos direitos e ao interesse nacional. Foi assim com as **iniciativas parlamentares face à ofensiva da Altice na PT em 2017**, ou em relação ao longo da legislatura com os **trabalhadores da segurança aeroportuária**, ou do **sector portuário**, ou nas propostas para a **reversão da privatização dos CTT ou da fusão EP/REFER na IP**.

Fiscalidade

Nos últimos quatro anos, com a proposta e o contributo decisivo do PCP, foram dados alguns passos no sentido de uma política fiscal mais justa, desagravando o esforço fiscal dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas e das famílias, assim como das micro e pequenas empresas, e tributando de forma mais adequada os grandes rendimentos, os grandes patrimónios e os grandes lucros.

Por proposta do PCP, em sede de IRS **aumentou-se o mínimo de existência**, reduzindo ou mesmo isentando do pagamento do imposto centenas de milhar de agregados familiares de baixos rendimentos; foi ainda **aumentado o número de escalões no IRS**, melhorando a progressividade deste

imposto, **reduzidas as taxas nos escalões mais baixos e intermédios**, que se traduziu para cerca de três milhões de contribuintes num alívio de IRS até 300 €, e **eliminou-se de forma faseada a sobretaxa extraordinária**. Por fim, foram **alargadas as deduções com despesas de educação para agregados familiares com filhos a frequentarem o ensino superior**.

Por proposta do PCP foi **reduzida a taxa máxima do IMI para 0,45%** e **alargada a isenção deste imposto para contribuintes de baixos rendimentos**, assim como se reduziu o **IVA sobre os espetáculos culturais e os instrumentos musicais**.

Para as micro e pequenas empresas, por propostas do PCP, o **pagamento especial por conta** em sede de IRC, que o anterior Governo PSD/CDS quis aumentar para 1.750 €, foi em 2017 reduzido para 850 €, no ano seguinte para cerca de 650 € e, finalmente, em finais de 2018, extinto. Também com o contributo do PCP foi reduzido o **IVA na restauração**, para a taxa intermédia de 13% e, mais recentemente, o **IVA da eletricidade na componente da potência contratada**.

Em simultâneo a estas medidas de alívio fiscal, foram introduzidas **medidas de tributação mais adequada do grande capital**: criação do **adicional ao IMI** dirigido ao património imobiliário com valor superior a 600 mil euros, aumento da **derrama estadual** em dois pontos percentuais para empresas com lucros superior a 35 milhões de euros, **eliminação da isenção do IMT** para fundos de investimento imobiliário e **revogação de diversos benefícios fiscais**.

A aprovação destas medidas positivas não ilude que, por opção do PS e do seu Governo, muito ficou por fazer para a concretização de uma política fiscal mais justa que permitisse uma repartição mais equitativa da riqueza nacional. Mantém-se um excessivo peso dos impostos indiretos, que não têm em conta o rendimento, nem o património, dos contribuintes; mantêm-se as taxas liberatórias, em sede de IRS, para rendimentos de capital e prediais, favorecendo escandalosamente os rendimentos mais elevados; mantêm-se múltiplos instrumentos de planeamento fiscal agressivo, usados por grandes empresas e grupos económicos para se furtarem ao pagamento dos impostos devidos; mantém-se uma total ausência de tributação sobre o património mobiliário (quotas e ações de empresas e títulos financeiros). A estas iniquidades, acresce a alienação de parcelas da nossa soberania fiscal no âmbito do processo de integração capitalista da União Europeia, limitando a possibilidade de o povo português fazer livremente as suas escolhas políticas, económicas e sociais.

Habitação

O contributo do PCP foi determinante para a aprovação da primeira **lei de bases da habitação** no nosso país. A criação da lei de bases da habitação é um passo muito importante para dar concretização ao direito constitucional à habitação. Da lei de bases da habitação constam relevantes **normas que resultam da proposta e intervenção do PCP** como **o primado do Estado na garantia do direito à habitação**, assumindo este um papel determinante na disponibilização de habitações para suprir carências habitacionais, para todas as camadas da população, priorizando a mobilização do património habitacional público para arrendamento ao abrigo da renda apoiada ou condicionada; a **função social da habitação**; **o incentivo ao uso de habitações devolutas de propriedade privada para responder às necessidades habitacionais**; a **proteção e o acompanhamento no despejo**, referindo que não pode haver despejo sem garantir previamente soluções de realojamento; a **não execução da penhora sobre habitação para satisfação de créditos fiscais ou contributivos** e deixa a porta aberta no futuro a **possibilidade da dação em cumprimento**; a **observação de condições de eficiência energética**, **vulnerabilidade sísmica e acessibilidade no âmbito da reabilitação urbana**; a **valorização e apoio às cooperativas e às iniciativas de autoconstrução**; a **valorização das associações e organizações de moradores** e o Estado ser responsável por assegurar uma **dotação orçamental necessária para garantir a existência de um parque habitacional público** capaz de responder às necessidades habitacionais.

Dando voz às reivindicações dos moradores e inquilinos, a **proposta e ação do PCP foram determinantes para alcançar novos avanços:**

- A **alteração ao regime jurídico da renda apoiada** trouxe maior estabilidade e proteção dos moradores com carência económica por via da eliminação de mecanismos que facilitavam o despejo, da introdução de critérios que visam a redução do valor da renda como a consideração do rendimento líquido, o aumento de deduções por dependente, para os idosos e famílias monoparentais e a redução da taxa de esforço máxima;
- Com o objetivo de compatibilizar a atividade económica alojamento local, o acesso à habitação e a salvaguarda das características dos bairros e das comunidades foi introduzido na lei a **regulamentação municipal com a definição de quotas nas áreas a definir**; **maior responsabilização do titular do alojamento local** (seguro multirrisco, possibilidade de pagamento adicional ao condomínio e a assunção das despesas com obras nas partes comuns para adaptar o locado) e a **realização de um relatório anual de avaliação do impacto do alojamento Local** a entregar à Assembleia da República;

- A possibilidade de o inquilino em caso de propriedade vertical poder exercer **o direito de preferência sob a parte que ocupa, para o arrendamento habitacional e não habitacional**;
- As **alterações ao NRAU (lei dos despejos)** no sentido da proteção dos inquilinos;
- A **redução da taxa máxima do IMI de 0,5% para 0,45%;**
- O **alargamento das condições de atribuição de apoio no âmbito do programa Porta 65 Jovem**, nomeadamente o aumento da idade até aos 35 anos, o alargamento do período de apoio para os cinco anos e a majoração do apoio para os agregados familiares que integram pessoas com incapacidade superior a 60%, com filhos e famílias monoparentais;
- Aprovada a recomendação ao Governo no sentido da realização de **um levantamento nacional sobre as carências habitacionais**; da **criação de um programa nacional de realojamento** acompanhado dos respetivos meios e da criação de uma comissão de acompanhamento.
- Apresentámos ainda as seguintes **propostas**:
- Um **projeto de lei de alteração da renda apoiada** que visa alterar os critérios de cálculo do valor da renda na perspetiva da sua maior redução para os idosos, na exclusão de rendimentos não permanentes para efeitos de cálculo dos rendimentos do agregado familiar e na definição da taxa máxima de esforço no valor de 15% do rendimento;
- A **revogação da lei dos despejos** é a solução mais adequada tendo em conta a necessidade urgente de travar os despejos das famílias que têm de abandonar a casa porque não dispõem de rendimentos para suportar os valores de rendas especulativos que os senhorios pretendem cobrar; porque os senhorios se opõem à renovação de contrato; ou porque o senhorio alegou a realização de obras, proposta que foi rejeitada por PSD e CDS com a abstenção de PS;
- A **impenhorabilidade da habitação própria e permanente** e a suspensão da execução da hipoteca quando as famílias têm dívidas à banca e não dispõem de outros bens ou rendimentos;
- Uma nova **redução do IMI de 0,45% para 0,4%;**
- A criação de um **Programa Plurianual de Realojamento**.

Agricultura

A atividade parlamentar do Grupo Parlamentar do PCP na área da agricultura centrou-se em três temáticas fundamentais: **floresta e incêndios**, **defesa e valorização da pequena e média agricultura,**

da agricultura familiar e do mundo rural e **medidas necessárias de combate à seca e outros fatores que põem em causa o rendimento dos agricultores**, tendo-se no conjunto apresentado 12 Projetos de Lei e 57 Projetos de Resolução.

Importa destacar a iniciativa desenvolvida pela **defesa dos baldios** e sua devolução às populações, tendo-se aprovado na Assembleia da República a iniciativa do PCP sobre esta matéria (PjL 276/XIII-1.º). Também as questões relacionadas com a situação da **Casa do Douro** marcaram a 1.ª Sessão sem que a iniciativa apresentada pelo PCP (PjL 57/XIII-1.ª) fosse aprovada, mantendo-se por resolver as questões resultantes da aniquilação da Casa do Douro como entidade pública representante dos vitivinicultores do Douro.

O PCP apresentou também um conjunto de iniciativas relacionadas com a **defesa da produção leiteira nacional**, sector particularmente afetado por todo o processo de integração na União Europeia, pela Política Agrícola Comum e pelo fim do regime de regulação. Nesta matéria o PCP apresentou dois Projetos de Resolução, recomendando a **adoção de medidas de defesa e salvaguarda da produção leiteira nacional**, ambos aprovados. O final da 2.ª Sessão Legislativa fica marcada por um conjunto de **iniciativas no âmbito da defesa e valorização da floresta**, tendo o PCP proposto medidas para solucionar os problemas da **produção lenhosa** (iniciativa que foi rejeitada) e de **redução e controlo da biomassa florestal**, cuja aprovação resultou na resolução da Assembleia da República n.º 73/2018.

Em consequência dos **incêndios florestais de Pedrogão Grande** o PCP assumiu de imediato como prioridade a concretização urgente de **medidas de apoio às vítimas dos incêndios florestais**, tendo apresentado um Projeto de Lei do qual resultou a Lei n.º 108/2017.

A temática dos incêndios e da defesa e gestão da floresta dominou uma parte significativa da **atividade da 3.ª Sessão Legislativa**, contextualizada no âmbito da ocorrência dos grandes incêndios florestais do verão e outono de 2017.

Nesta matéria o Grupo Parlamentar do PCP apresentou três Projetos de Lei destinados a alargar as **medidas de apoio às vítimas dos incêndios** e a estabelecer **critérios para a concretização das faixas secundárias de gestão de combustível**.

De igual modo, no âmbito do justo **apoio às vítimas dos incêndios** foram apresentados sete Projetos de Resolução visando assegurar a **reabilitação das segundas habitações** afetadas pelos grandes

incêndios, a **monitorização da resposta do Governo em matéria de incêndios e defesa da floresta** e a **reabertura de candidaturas aos programas de apoio** dos quais seis foram aprovados.

No que concerne à **defesa e desenvolvimento da pequena e média agricultura e do mundo rural** o Grupo Parlamentar do PCP apresentou dez Projetos de Resolução apontando um conjunto de medidas e apoios destinados a garantir a subsistência desta atividade, que no que o PCP entende, desempenha um papel fundamental na sustentabilidade alimentar e no povoamento e defesa do interior.

É também de destacar a apresentação pelo PCP de **iniciativas destinadas à defesa e valorização da produção nacional**, com destaque para **as propostas no âmbito da valorização da produção florestal** e da **recuperação das áreas afetadas por incêndios**, do **apoio à agricultura familiar**, do **controlo e ordenamento das áreas de produção em regime intensivo e superintensivo**, bem como da estratégia e **reforço de medidas de combate à seca**, num conjunto de 10 Projetos de Resolução.

No âmbito dos Orçamentos do Estado, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou diversas propostas de alteração, nomeadamente propostas de alteração contendo dezenas de **medidas para dar resposta às consequências dos catastróficos incêndios de 2017**, em grande parte destinadas a **garantir as verbas para atribuir indeminizações**, **repor o potencial produtivo**, **assegurar o rendimento dos agricultores até à reposição do rendimento pré-existente** e a **assegurar a melhoria e desenvolvimento de medidas de defesa da floresta e combate aos incêndios**, onde se inclui a definição de orientações a tomar na regeneração da floresta em áreas percorridas por incêndios.

Ainda inserido nos processos dos Orçamentos do Estado, o PCP apresentou propostas de alteração no âmbito da **agricultura familiar e de apoio à produção nacional**, incluindo a **proposta de programa piloto de discriminação positiva para a agricultura familiar**, bem como propostas destinadas ao **apoio à eletricidade verde** e a **proposta de alargamento do apoio ao gasóleo marcado para 0,06 €/litro até aos 2000 litros**, proposta esta aprovada no âmbito do OE2019.

Pescas

Na **área da pesca** a iniciativa parlamentar do PCP ao longo da XIII.ª Legislatura incidiu maioritariamente sobre a **defesa e promoção da pesca artesanal e costeira**, a **valorização do pescado**, a **proteção dos rendimentos dos pescadores face às paragens obrigatórias de atividade**, o **reforço dos estudos científicos e necessidade de estabelecer quotas de pesca** que salvaguardando a

sustentabilidade dos recursos piscícolas, assegurem a manutenção da atividade, tendo sido apresentado no conjunto 6 Projetos de Resolução.

No âmbito da apreciação na especialidade dos diferentes Orçamentos de Estado, entre 2016 e 2019, o PCP apresentou propostas de alteração no âmbito da pesca, destacando-se a aprovação das propostas de alteração apresentadas ao OE2017 e posteriormente reiteradas até 2019, **alargando as compensações pagas ao abrigo do Fundo de Compensação Salarial para os profissionais da pesca a todas as situações de paragens**, nomeadamente por motivos relacionados com paragens biológicas e gestão de stocks e da **aplicação de um regime de desconto no preço final da gasolina consumida**, com uma redução equivalente ao que resulta da redução de taxa aplicada ao gasóleo na pequena pesca artesanal e costeira.

Já na discussão do OE 2019 o PCP apresentou uma proposta de alteração para criação de um **Programa Integrado de apoio à pesca local e costeira**, englobando medidas no âmbito do conhecimento e investigação dos recursos piscícolas, do apoio ao rendimento dos trabalhadores da pesca, da segurança e melhoria das condições materiais para o exercício da atividade piscatória e apoio à modernização da frota de pesca que, se tivesse sido aprovada, muito teria contribuído para o incentivo ao sector nacional da pesca.

Nas quatro sessões legislativas as preocupações **dos pescadores da arte do cerco**, nomeadamente no que concerne às possibilidades de **captura de sardinha**, foram abordadas pelo PCP através de questões apresentadas nas audições, quer regimentais quer a requerimento do PCP (2 requerimentos específicos entregues), da Ministra do Mar na 7.ª Comissão de Agricultura e Mar.

Tendo conhecimento e acompanhando os múltiplos constrangimentos que o sector da pesca tem vindo a enfrentar ao longo dos anos, foi proposta em março de 2019 pelo PCP, na 7.ª Comissão de Agricultura e Mar, a realização de **uma Audição Pública com entidades representativas do setor da pesca local e costeira e com entidades com jurisdição e relevância no setor**, para discutir e encontrar as soluções necessárias neste domínio.

Autarquias

No plano do poder local a nova fase da vida política inicial permitiu iniciar um caminho de reposição progressiva da **autonomia local**. Foi possível a **recuperação na autonomia administrativa e financeira**

das autarquias locais, nomeadamente na gestão de recursos humanos e na gestão financeira, de que são exemplo a **possibilidade de contratação de trabalhadores sem restrições**, a **eliminação das limitações na determinação da estrutura orgânica das autarquias**; a n**ão aplicação da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso às autarquias**, ou o **fim da retenção do Fundo de Equilíbrio Financeiro** para assegurar o orçamento da DGAL; bem como num conjunto de procedimentos em que nas autarquias a decisão cabe aos respetivos órgãos autárquicos.

As populações lutam pela **reposição das freguesias extintas**. Dando expressão à reivindicação das populações e honrando o compromisso assumido, o PCP propôs um projeto de lei para a devolução das freguesias extintas de acordo com a vontade da população. Foram PS, PSD e CDS que impediram que as freguesias extintas fossem respostas a tempo das últimas eleições autárquicas, onde fosse essa a vontade da população.

O processo de **transferência de competências** para as autarquias aprovado por PS e PSD confirma que se trata de uma profunda desresponsabilização do Governo em matérias fundamentais e de uma transferência de encargos para os municípios, dados que estão garantidas condições para o exercício dessas mesmas condições. Também por opção do Governo, as disposições setoriais foram feitas à margem da Assembleia da República, daí termos apresentado apreciação parlamentar de todos os decretos-leis setoriais que foram publicados no âmbito deste processo.

Propusemos que a **transferência de competências para as autarquias obedecesse a princípios e critérios que permitam identificar objetivos e as condições para o seu exercício**. A transferência de competências para as autarquias não pode colocar em causa a universalidade de funções sociais do Estado, deve contribuir para a coesão territorial e não para o acentuar das assimetrias regionais existentes e devem ser assegurados os meios, incluindo meios financeiros. A par desta proposta, apresentámos ainda um projeto de lei de finanças locais com o objetivo de assegurar a recuperação da capacidade financeira das autarquias.

Propusemos a **criação das regiões administrativas**, respeito o preceito constitucional. A regionalização é um fator determinante para o desenvolvimento regional, harmonioso e equilibrado, para eliminar as assimetrias regionais e reforçar a autonomia do Poder local.

Propusemos ainda a **criação das autarquias metropolitanas** de acordo com o previsto na Constituição.

Ambiente

As preocupações sobre o estado do ambiente marcaram esta legislatura e o PCP acompanhou esta matéria sempre no sentido de uma política sustentável, virada para o bem-estar das populações e para o ambiente, que harmonize as atividades humanas com a dinâmica da natureza.

O PCP deu fortes contributos no sentido de **respeitar a vida animal passando pela salvaguarda da saúde e segurança pública**, harmonizando a relação dos seres humanos com o animal. O projeto lei apresentado pelo PCP culminou na lei de criação de **Centros de Recolha Oficial de Animais**, **proibição de abate e programa de esterilização de animais errantes**. Foi igualmente relevante a intervenção para o **reforço dos vigilantes da natureza** ainda que aquém do necessário.

Registam-se também avanços na reversão de parte dos megasistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento com a **autonomização da Simarsul e da Águas do Atlântico**.

Interviemos com o objetivo da proteção e salvaguarda dos valores naturais e do ambiente como são exemplo a **proposta de lei de bases do ambiente**, a proposta para uma **gestão de proximidade nas áreas protegidas** ou a necessidade de adoção medidas **de reforço dos meios do Estado para desenvolver uma verdadeira política de defesa da natureza**, colocando a riqueza natural do país ao serviço do povo e do desenvolvimento nacional; o desenvolvimento de **alternativas energéticas de domínio público**; o investimento na **investigação e desenvolvimento com vista à diminuição da dependência de combustíveis fósseis**; a defesa da produção local.

O **direito à água e a gestão pública da água** são aspetos que estiveram presentes na nossa intervenção, tal como o reforço da capacidade de armazenamento de água perante os cenários de seca que afeta o país.

Em matéria de resíduos, propusemos a **reversão da privatização da EGF** e a **redução de embalagens supérfluas**.

Numa perspetiva da diminuição da utilização desmesurada de plásticos o PCP apresentou uma iniciativa para a **substituição de utensílios de refeição descartáveis em plástico por utensílios reutilizáveis ou recicláveis** em eventos comerciais abertos ao público e em estabelecimentos

comerciais, sem onerar as populações e que responda ao desafio do desenvolvimento e da proteção do ambiente.

Ainda no âmbito do **bem-estar animal** propusemos um regime para a proteção dos animais utilizados no circo, sem imposições, nem proibições, privilegiando a entrega voluntária dos animais.

Comunidades

A **luta dos trabalhadores dos serviços consulares e das missões diplomáticas contra o aumento do horário e das condições de trabalho dos trabalhadores das residências** foi acompanhada com a apresentação de propostas de alteração ao **estatuto dos funcionários consulares** propondo a aplicação das 35 horas aos trabalhadores das residências. Apesar da justeza da proposta, a mesma foi rejeitada por PS, PSD e CDS. A rejeição desta medida impediu a reposição de um direito.

No decurso desta legislatura, o PCP acompanhou e interveio em diversas áreas com vista a **reforçar os meios e os apoios aos cidadãos portugueses que residem no estrangeiro**. Neste sentido, foram apresentadas várias iniciativas, em sede de orçamento do estado e projetos de resolução.

Das diversas iniciativas tomadas destacam-se aquelas que previam o **aumento de verbas para o Conselho das Comunidades Portuguesas**, as de **apoio aos portugueses que regressam o país**. Esta última foi aprovada por unanimidade. Quanto ao aumento das verbas para o Conselho das Comunidades Portuguesas concretizou-se, embora inferior ao montante proposto pelo PCP.
Ainda na perspetiva de reforço dos apoios aos cidadãos portuguesas apresentamos iniciativas que visavam a valorização do exercício de funções do **Ensino Português no Estrangeiro**; o acesso gratuito à plataforma eletrónica "Escola Virtual" para o EPE e o projeto que propõe **medidas de apoio aos familiares de cidadãos portugueses falecidos no estrangeiro** para efeitos da trasladação para território nacional.

Para além das iniciativas acima mencionadas, foram apresentadas várias propostas com vista à **revogação da propina no EPE**, à **gratuitidade dos manuais escolares** (1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico). Todavia, estas proposta foram rejeitadas por PS, PSD e CDS.

Justiça

O PCP contribuiu com a sua ação e as suas propostas para a reversão dos aspetos mais negativos do **mapa judiciário** imposto pelo Governo PSD/CDS. Os tribunais encerrados foram reabertos e passou a haver julgamentos cíveis e criminais em todos os tribunais das antigas comarcas.

Nos Orçamentos do Estado, por proposta do PCP, **foi congelado o valor das custas judiciais.**
Por proposta do PCP foi aprovada legislação que determina a **atualização dos honorários** dos advogados que participem no sistema de acesso ao Direito.

O PCP bateu-se pela dignificação de todos os **estatutos profissionais na área da Justiça**: Magistrados Judiciais e do Ministério Público, funcionários judiciais, guardas prisionais e outros profissionais da Direção Geral da Reinserção e Serviços Prisionais, funcionários dos registos e notariado, pessoal da Polícia Judiciária.

De igual modo, o PCP defendeu a **contratação de mais funcionários para os tribunais**, para o sistema prisional, para os **registos e notariado** e para a **Polícia Judiciária**, bem como a dotação de **mais meios materiais para a PJ**, bem como a abertura de um **concurso extraordinários para magistrados do MP**.

Em matéria de **custas judiciais**, o PCP propôs a criação de uma unidade de missão para apresentar proposta que permitissem baixar significativamente o valor das custas judiciais e propôs a isenção de custas em processos relativos a sinistrados do trabalho.

Em matéria do **sistema prisional**, o PCP propôs a adoção de um plano de investimentos a dez anos visando a requalificação das instalações prisionais.

Por proposta do PCP foi aprovada uma lei que impede quem tenha interesses em instituições de acolhimento de participar em decisões sobre **acolhimento de crianças e jovens**.
Por proposta do PCP serão aprovadas **medidas preventivas de proteção das vítimas do crime de perseguição**.

Foram ainda apresentados projetos de lei sobre acesso ao direito e sobre o **processo de inventário**.

Proteção Civil

Na área da proteção civil, o grupo parlamentar do PCP destaca a conquista da **recuperação da isenção das taxas moderadoras para os bombeiros** e a **isenção do imposto sobre veículos** na aquisição de viaturas dedicadas ao combate aos incêndios e à proteção civil.

Dando voz as justas reivindicações dos Bombeiros e na perspetiva de melhorar todo o sistema de proteção civil, o grupo parlamentar do PCP, apresentou um **projeto de resolução "Por uma nova política de proteção civil"**, iniciativa que decorreu de uma vasta audição pública dos diversos agentes da proteção civil, e que preconizava um conjunto de medidas que melhoraram o financiamento, o sistema e as condições laborais e apoios sociais dos Bombeiros Portugueses.
Destacamos, ainda, a **apreciação parlamentar apresentada à nova lei orgânica na proteção civil** e as propostas apresentadas, em sede de orçamento do estado, em que o PCP propôs a isenção do imposto sobre combustíveis para os bombeiros.

Além de dezenas e dezenas de perguntas sobre problemas específicos dos bombeiros**; a intervenção sobre o SIRESP** com requerimentos para promover audições e apresentação de um projeto de resolução, o grupo parlamentar destaca a forte intervenção para garantir a **melhoria das condições operacionais dos bombeiros** e a salvaguarda e melhoria das **condições laborais dos Bombeiros do nosso país**.

Defesa Nacional

Na área da Defesa Nacional, o grupo parlamentar destaca as alterações positivas, por proposta do GPPCP, do **Estatuto dos Militares das Forças Armadas**, as alterações em sede de orçamento do estado sobre problemas concretos e a aprovação de alguns dos pontos do **Projeto de Resolução dobre o Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas**.

Acompanhamos com particular atenção os problemas vividos no IASFA, na ADM e Ação Social Complementar.

A dignificação das condições de vida e de trabalho dos militares das Forças Armadas esteve no centro da atenção na intervenção do grupo parlamentar do PCP e destacamos a presentação de iniciativas legislativas como, o **Projeto de lei que altera a Lei Orgânica da Polícia Marítima e a Autoridade**

Marítima Nacional, e a apresentação de várias dezenas de perguntas sobre problemas que foram reportados ao Grupo Parlamentar.

Administração Interna

Quanto à Administração Interna / forças e serviços de segurança, o grupo parlamentar teve uma intervenção muito intensa. Destacamos a apresentação de várias iniciativas legislativas e de centenas de perguntas sobre problemas concretos que se vivem nas forças e serviços de segurança.

Quanto às iniciativas legislativas o grupo parlamentar destaca, **o Projeto de Lei que criava uma lei de bases de saúde e segurança no trabalho para as Forças e Serviços de Segurança** e o **Projeto de lei que criava o Estatuto da Condição Policial**, ambos rejeitados com as votações conjugadas de PS, PSD e CDS, que visam responder a justas reivindicações dos profissionais das forças e serviços de segurança. Destacamos ainda uma importantíssima intervenção **na lei da Liberdade sindical na PSP** que foi determinante para a criação de uma lei que respeita a liberdade sindical e valoriza o papel das associações representativas dos profissionais da PSP.

Destacamos ainda a apresentação de um projeto de lei sobre os **direitos associativos na GNR,** outro PJL sobre o **horário de referência na GNR** e a **melhoria do direito a férias** nesta força de segurança.

Por fim, destacamos ainda apresentação de um **projeto de resolução que propunha medidas para a valorização da participação das mulheres nas forças e serviços de segurança** aquando da data do dia da Mulher.

2. Audições Públicas promovidas pelo Grupo Parlamentar

- **Audição pública – "Sobre Precariedade na Ciência e Ensino Superior" (03/05/2019)**
  http://www.pcp.pt/pcp-realizou-audicao-publica-sobre-precariedade-na-ciencia-ensino-superior
- **Audição pública – "Os problemas e direitos dos jornalistas e outros trabalhadores da comunicação social - e as transformações no sistema mediático" (27/03/2019)**
  http://www.pcp.pt/pcp-realizou-uma-audicao-publica-sobre-problemas-direitos-dos-jornalistas-outros-trabalhadores-da
- **Audição pública – "Sobre a Reforma da PAC pós-2020" (19/03/2019)**
  http://www.pcp.pt/pcp-realizou-uma-audicao-publica-sobre-reforma-da-pac-pos-2020
- **Audição pública – "sobre a situação da saúde mental em Portugal" (22/02/2019)**
  http://www.pcp.pt/pcp-realizou-audicao-publica-sobre-situacao-da-saude-mental-em-portugal
- **Audição pública - "Lei de Bases da Saúde: A garantia do Direito Constitucional à Saúde" (22/01/2019)**
  http://www.pcp.pt/lei-de-bases-da-saude-garantia-do-direito-constitucional-saude
- **Audição pública - "Sobre legislação laboral e direitos dos trabalhadores" (24/09/18)**
  http://www.pcp.pt/pcp-realizou-audicao-publica-sobre-legislacao-laboral-direitos-dos-trabalhadores
- **Audição pública - "Técnicos de Telecomunicações - instalação e manutenção - Trabalhadores do século XXI altamente qualificados e ao serviço do desenvolvimento tecnológico, com direitos e condições de trabalho do século XIX" (18/06/18)**
- **Audição Pública - "sobre os Cuidadores Informais" (29/05/18)**
  http://www.pcp.pt/pcp-realizou-audicao-publica-com-cuidadores-informais
- **Audição Pública - "sobre Desenvolvimento científico e tecnológico ao serviço do progresso social: redução dos horários de trabalho e emprego com direitos" (14/05/18)**
  http://www.pcp.pt/reducao-dos-horarios-de-trabalho-emprego-com-direitos
- **Audição Pública - "sobre apoios públicos às Artes" (11/05/18)**
  http://www.pcp.pt/pcp-realizou-audicao-publica-sobre-apoios-publicos-artes
- **Audição Pública - "sobre o direito à Habitação e a Lei dos Despejos" (27/04/18)**
  http://www.pcp.pt/pcp-promoveu-audicao-publica-sobre-direito-habitacao-lei-dos-despejos
- **Reunião Pública - "com trabalhadores da Autoeuropa" (20/04/18)**
  http://www.pcp.pt/pcp-reuniu-com-trabalhadores-da-autoeuropa
- **Audição Pública - "sobre Uma Internet Aberta" (09/03/18)**
  http://www.pcp.pt/pcp-realizou-audicao-publica-sobre-uma-internet-aberta
- **Audição Pública - "com Assistentes de Portos e Aeroportos - Aeroportuários" (05/03/18)**
  http://www.pcp.pt/pcp-realizou-audicao-com-assistentes-de-portos-aeroportos-aeroportuarios
- **Audição Pública - "sobre a inclusão dos Jovens com Necessidades Especiais" (23/02/18)**

http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-inclusao-dos-jovens-com-necessidades-especiais

- **Audição pública - "O futuro da EMEF e da construção, manutenção e reparação de material circulante em Portugal" (16/02/18)**
- **Audição Pública - "Proteção Civil - problemas e desafios" (20/02/18)**
  http://www.pcp.pt/pcp-realizou-audicao-sobre-proteccao-civil-problemas-desafios
- **Audição Pública - "sobre as políticas públicas para o Cinema" (15/12/17)**
  http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-sobre-politicas-publicas-para-cinema
- **Audição Pública - "sobre a situação e futuro do sector marítimo-portuário nacional" (04/12/17)**
  http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-situacao-futuro-do-sector-maritimo-portuario-nacional
- **Audição Pública - "precariedade" (10/07/17)**
  http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-combate-precariedade-emprego-com-direitos
- **Audição Pública - "treinadores" (03/07/17)**
  http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-situacao-dos-treinadores
- **Audição Pública - "Que futuro para o Património Cultural?" (26/06/17)**
  http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-patrimonio-cultural
- **Audição Pública - "Bombeiros - missões, meios e desafios" (23/06/17)**
  http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-situacao-dos-bombeiros-da-proteccao-civil
- **Audição Pública - "Direito à Habitação- A Intervenção Pública" (23/06/17)**
  http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-direito-habitacao
- **Audição Pública - "Horários de trabalho: combate à desregulação, 35 horas, respeitar direitos!" (15/05/17)**
  http://www.pcp.pt/horarios-de-trabalho-combate-desregulacao
- **Audição Pública - "Necessidades Especiais transitórias e permanentes: intervir para garantir a efetiva inclusão" (07/04/17)**
  http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-necessidades-educativas-especiais-transitorias-permanentes
- **Audição Pública - "O impacto do Acordo Comercial entre a União Europeia e o Canadá (CETA)" (31/03/17)**
  http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-impacto-do-acordo-comercial-entre-uniao-europeia-canada-ceta
- **Audição Pública - "«A situação e o futuro do Metropolitano de Lisboa»" (24/03/17)**
- **Audição Pública - "A regulamentação de apoio a crianças prematuras (10/03/17)**
- **Audição Pública - "Prioridade à segurança e fiabilidade na operação ferroviária" (06/03/17)**

- **Audição Pública - "A PT, depois da privatização e com a gestão da Altice" (20/02/17)**

- **Audição Pública - "O livro e a leitura: situação e perspetivas" (17/02/17)**
  http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-livro-leitura
- **Audição Pública - "Emprego Científico" (03/02/17)**
  http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-emprego-cientifico
- **Audição Pública - "Deficiência, Emprego, Sinistralidade Laboral, Proteção Social: Direitos na Lei e na Vida" (27/01/17)**
  http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-deficiencia-sinistralidade-laboral-protecao-social
- **Audição Pública - "O presente e o futuro do Grupo TAP: preocupações, alertas e medidas urgentes a tomar" (03/10/16)**
  http://www.pcp.pt/presente-futuro-do-grupo-tap-preocupacoes-alertas-medidas-urgentes-tomar
- **Audição Pública - "Concursos de Apoios às Artes" (27/07/16)**
- **Audição Pública - "Época de incêndios – meios, dispositivo e capacidade de resposta" (30/06/16)**
  http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-epoca-de-incendios-meios-dispositivo-capacidade-de-resposta
- **Audição Pública - "Estatuto do Doente Crónico" (27/06/16)**
  www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-doentes-cronicos
- **Audição Pública - "A Época Balnear, o salvamento nas praias e Nadadores – Salvadores. Problemas e desafios" (17/06/16)**
  www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-salvamento-nas-praias-nadadores-salvadores
- **Audição Pública - "Situação e Perspetivas dos Assistentes de Portos e Aeroportos" (03/06/16)**
  www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-sector-portuario-0
- **Audição Pública - Acessibilidades para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida: pelo direito à mobilidade, integração e autonomia (23/05/16)**
  www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-acessibilidades-para-pessoas-com-deficiencia-eou-mobilidade
- **Audição Pública - Situação do sector da Comunicação Social (03/05/16)**
  www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-sector-da-comunicacao-social
- **Audição Pública –"Sobre a situação dos trabalhadores do sector portuário" (22/04/16)**
  www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-sector-portuario
- **Reunião aberta sobre "Opções Políticas e legislativas para a Partilha de Dados" (07/04/16)**
  www.pcp.pt/pcp-realiza-reuniao-aberta-sobre-opcoes-politicas-legislativas-para-partilha-de-dados
- **Audição Pública –"Sector Leiteiro" (21/03/16)**
  www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-sector-leiteiro
- **Audição Pública - "Direitos laborais: valorização do trabalho e dos trabalhadores, combate à precariedade, exigências de alteração ao Código do Trabalho e à legislação laboral da Administração Pública" (01/02/16)**

- **Audição Pública - Audição pública sobre a situação Ensino Artístico Especializado (25/01/16)**
- **Audição Pública - "Situação e futuro do sector do Handling Aeroportuário" (12/01/16)**

3. Debate do Programa do Governo

Debate programa Governo Partido Socialista - *2 de Dezembro de 2015*

Intervenção de Jerónimo de Sousa - "Os tempos que temos pela frente são de grande exigência, mas também de confiança"

Intervenção de Miguel Tiago - "O sistema científico e tecnológico nacional é fundamental para o desenvolvimento do país"

Intervenção de Paula Santos - Garantir aos portugueses uma Administração Pública que responda às necessidades das populações

Intervenção de Diana Ferreira - Lutar pela independência, autonomia e dignidade na vida das pessoas com deficiência

Intervenção de Rita Rato - "Foi a política de retrocesso que os portugueses recusaram"

Intervenção de João Oliveira - "Se PSD e CDS foram os únicos a perder, não podem dizer que ganharam as eleições"

Intervenção de Miguel Tiago - "Os portugueses pagaram milhares de milhões de euros para a Banca privada"

Intervenção de Paulo Sá - "É necessária uma política fiscal mais justa e adequada"

Intervenção de Paula Santos - Sobre as funções sociais do Estado e serviços públicos

Intervenção de António Filipe - "A esperança dos portugueses não pode ser defraudada"

Intervenção de Jerónimo de Sousa - "Houve uma derrota, a da ideologia das inevitabilidades"

Debate programa Governo PSD/CDS e moção de rejeição – *9 de Novembro de 2015*

Intervenção de Jerónimo de Sousa - "O tempo não é de atentismo! É um tempo de participação, de ação, de construção de um futuro melhor!"

Intervenção de João Oliveira - "A hora não é de pôr o povo à defesa, é de avançar para concretizar tais objetivos"

Intervenção de Paula Santos - "O governo fala em valorização dos trabalhadores mas passou quatro anos a atacá-los."

Intervenção de Paulo Sá - "Este Governo foi responsável pelo mais brutal e mais profundo ataque fiscal aos rendimentos do trabalho"

Intervenção de Rita Rato - "Este governo impôs o retrocesso a este país durante quatro anos"

Intervenção de Jorge Machado - "A luta dos trabalhadores e do povo, impôs-se à vontade e à propaganda do governo"

Intervenção de António Filipe - "Este debate é o ato final deste governo"

Intervenção de Paula Santos - "Este Governo não tem condições, nem legitimidade política para continuar"

Intervenção de Jerónimo de Sousa - "A realidade confirma as muito fortes razões para que o governo PSD/CDS não entre em funções"

Moção de Rejeição do Programa do XX Governo Constitucional

4. Debates Temáticos / Agendamentos Potestativos / Interpelações ao Governo

- **Interpelação ao Governo – Sobre a falta de pessoal nos serviços públicos – (21/06/2019)**

Intervenção de Rita Rato - «A solução não é encerrar, concessionar ou privatizar. A solução é contratar!»

Intervenção de Carla Cruz - «Não é admissível que se adiem cuidados ou se encerrem camas porque faltam enfermeiros»

Intervenção de Diana Ferreira - «A enorme carência de trabalhadores da Segurança Social tem graves consequências na vida das pessoas»

Intervenção de Bruno Dias - «Os utentes dos transportes continuam a esperar e desesperar por serviços que não vêm»

Intervenção de António Filipe - «Existe uma manifesta falta de recursos humanos na área de registos e notariados»

Intervenção de Ana Mesquita - «Não basta dizer que há menos alunos, podia ter sido melhorado o serviço público com mais trabalhadores»

Intervenção de João Oliveira - «Os direitos dos portugueses estão à frente das metas do défice e exigem serviços públicos com trabalhadores valorizados nas suas carreiras, salários e direitos»

- **Debate do Programa de Estabilidade 2019/2023 (24/04/2019)**

Intervenção de Duarte Alves - «A apresentação anual perante Bruxelas destes programas é um visto prévio das opções que devem ser do povo português e pelos seus órgãos de soberania»

Intervenção de João Oliveira - «Este debate revela uma das convergências mais negativas e prejudiciais para o país: a da submissão que junta PS PSD e CDS»

Intervenção de Paulo Sá - «No Programa de Estabilidade que o governo traz hoje a debate mantém-se a obsessão pela redução acelerada do défice»

Projeto de Resolução N.º 2125/XIII - Pela afirmação do direito soberano de Portugal decidir do seu futuro, pela resposta aos problemas do país

- **Agendamento de várias iniciativas sobre Violência Doméstica - (16/04/2019)**

Intervenção de António Filipe – apresentação das iniciativas do PCP

Intervenção de Rita Rato - «É imperioso o reforço do investimento público nas várias dimensões de proteção da vítima»

Projeto de Lei N.º 1152/XIII-4ª Reforça os mecanismos legais de proteção das vítimas de violência

Projeto de Lei N.º 1089/XIII Altera o Código de Processo Penal prevendo a imposição de condutas ou a proibição de contacto quando há fortes indícios de prática de crime de perseguição (Procede à 39.ª alteração ao Código de Processo Penal)

- **Debate sobre - A redução do preço dos passes - (29/03/2019)**

Intervenção de Bruno Dias - «As populações, os trabalhadores e os utentes dos transportes podem continuar a contar com o PCP»

Intervenção de Diana Ferreira - É preciso tomar todas as medidas para que o Passe Único esteja disponível em toda a AM Porto

Intervenção de João Oliveira- A redução do preço dos transportes público foi o resultado da luta dos utentes, trabalhadores e do PCP

Intervenção de Bruno Dias - O PCP orgulha-se da luta de décadas pela redução do custo do transporte público

Projeto de Resolução - N.º 1943/XIII/4.ª Pela articulação tarifária e promoção da redução de preços dos transportes nas ligações entre áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais limítrofes

Projeto de Resolução - N.º 2063/XIII/4.ª Potenciar a redução tarifária para uma aposta estratégica na promoção dos transportes públicos

- **Interpelação ao Governo - Sobre políticas de saúde e as medidas necessárias para valorizar o SNS – (27/02/2019)**

Intervenção de Carla Cruz - «É preciso garantir o reforço do SNS, gerido pelo Estado e assente na sua proximidade aos cidadãos»

Intervenção de Paula Santos - «A chantagem dos grandes grupos económicos na ADSE confirmam que a sua preocupação são os lucros»

Intervenção de Carla Cruz - «Um SNS de qualidade exige profissionais em número adequado, motivados e valorizados»

Intervenção de João Dias - «É o direito à saúde que está em causa e o investimento no SNS é o caminho a fazer para o garantir»

Intervenção de António Filipe - «Há problemas que continuam por resolver como a capacidade das regiões do interior em atrair profissionais»

Intervenção de João Dias - «É necessário avançar e garantir que todos os Portugueses tenham médico e enfermeiro de família»

Intervenção de João Oliveira - «O SNS é a única garantia do cumprimento do direito à saúde»

- **Agendamento Potestativo – sobre o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) – (07/12/2018)**

Intervenção de Rita Rato - «Nas últimas décadas, no sector privado e no público, a precariedade passou de exceção a regra»

Intervenção de Rita Rato - «PSD e CDS, em todos os momentos que se discutiu a precariedade e este processo, votaram contra»

Intervenção de Diana Ferreira - «Não se pode combater a precariedade e persistir nessas situações, como se está a passar na RTP»

Intervenção de Ana Mesquita - «O nível de precariedade na ciência, ensino superior, LNEC, IPMA e INSA é enorme e inaceitável»

Intervenção de Carla Cruz - «A precariedade é prejudicial, quer para os trabalhadores, quer para os utentes do Serviço Nacional de Saúde»

Intervenção de Ângela Moreira - «São várias as dificuldades dos trabalhadores da escola pública que se candidataram ao PREVPAP»

Intervenção de António Filipe - «A um posto de trabalho permanente um contrato de trabalho efetivo, é uma luta que o PCP nunca abandonará»

- **Debate Temático – Sobre Interioridade (19/10/2018)**

Intervenção de João Dias - «Os incêndios vieram pôr a nu as fragilidades do mundo rural e do interior»

Intervenção de Duarte Alves - «O que o interior necessita, mais do que medidas avulsas, é de uma estratégia de investimento»

Intervenção de Paula Santos - «É preciso que o Estado não abandone as populações destas regiões»

- **Agendamento Potestativo – Aumento do Salário Mínimo Nacional - (12/10/2018)**

Intervenção de Francisco Lopes - «O aumento do SMN é indispensável para uma justa distribuição da riqueza»

Intervenção de Francisco Lopes - «Quando este projeto for a votos é que vamos ver quem vai votar a favor»

Intervenção de Rita Rato - «Coerência é o PCP apresentar o aumento do SMN e o PSD defender salários de miséria»

Intervenção de António Filipe - «Temos bem presente que o antigo líder do PSD defendeu aqui a baixa do Salário Mínimo Nacional»

Projeto de Resolução N.º 1808/XIII - Aumento do salário mínimo nacional

- **Debate de Urgência – sobre o início do ano letivo- (21/09/2018)**

Intervenção de Ana Mesquita - «A educação é um direito fundamental e determinante para a emancipação individual e coletiva»

Intervenção de Ângela Moreira - PCP questiona Ministro da Educação sobre situação de auxiliares e técnicos especializados

Intervenção de Diana Ferreira - PCP questiona Ministro da Educação sobre necessidades na educação especial

Intervenção de Paula Santos - «O caminho tem de ser o da gratuitidade dos manuais aos 12 anos de escolaridade obrigatória»

- **Agendamento Potestativo -** Financiamento da Segurança Social **- (28/06/2018)**

Intervenção de Diana Ferreira - «A Segurança Social não pode estar sujeita a interesses económicos e financeiros, não pode estar sob alçada de interesses privados»

Intervenção de António Filipe - «Era bom que o PSD pelo menos tivesse lido o Projeto do PCP»

Intervenção de Diana Ferreira - «Com ligeireza cortou o PSD salários, pensões e prestações sociais, promoveu o desemprego e a precariedade quando estava no Governo»

Intervenção de João Oliveira - «O desenvolvimento do País só se faz com a valorização dos trabalhadores e dos seus Direitos»

Projeto de Lei n.º 809/XIII - Amplia as Fontes de Financiamento da Segurança Social

- **Debate de Atualidade -** Organização do próximo ano letivo, carreiras e concursos dos docentes **(15/06/2018)**

Intervenção de Ana Mesquita - «PCP debate situação de professores, educadores e do Ensino Público»

Intervenção de Ana Mesquita - «O governo tem desrespeitado a negociação coletiva, por exemplo nas questões da mobilidade interna»

Intervenção de João Oliveira - «O OE determina que todo o tempo de serviço prestado é contado para progressão na carreira»

- **Debate de iniciativas sobre transparência e sector financeiro (17/05/2018)**

Intervenção de Miguel Tiago - «PCP apresenta propostas sobre transparência bancária»

Projeto de Lei nº 875/XIII - Cria a Unidade Técnica para a Recuperação do Património resultante dos créditos que lesaram a banca nacional

Projeto de Lei nº 876/XIII - Estabelece regras para a divulgação de informação relativa à concessão de créditos de valor elevado

- **Debate Temático -** a situação dos profissionais de Saúde no SNS **(11/05/2018)**

Intervenção de Carla Cruz - «A opção tem que ser resolver os problemas das pessoas, dos profissionais de saúde e do SNS»

Intervenção de Paula Santos - «Foram opções políticas anteriores que visaram o desmantelamento do SNS»

- **Debate –** sobre o Programa de Estabilidade e sobre o Programa Nacional de Reformas **(24/04/2018)**

Intervenção de Bruno Dias - «O que precisamos é de usar a disponibilidade orçamental para ultrapassar os problemas do país»

Intervenção de Paulo Sá - «Continuam a faltar respostas mas o Governo insiste em focar-se na meta do défice»

Intervenção de João Oliveira - «O Programa de Estabilidade e Plano Nacional de Reformas não decidem as opções orçamentais, essas decisões cabem aos órgãos de soberania nacional»

Projeto de Resolução 1514/XIII - Pela afirmação do direito soberano de Portugal decidir do seu futuro - Pela resposta aos problemas do País

- **Debate de iniciativas sobre** apoio e prevenção de incêndios **(13/04/2018)**

Intervenção de Jorge Machado - «Há uma necessidade imperiosa de medidas imediatas de prevenção estrutural e operacional»

Intervenção de João Dias - «O PCP defende a floresta e o mundo rural»

Intervenção de Jorge Machado - «É urgente uma profunda alteração do modelo de proteção civil»

Requerimento - PCP requer a audição do Ministro da Administração Interna e do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil

Projeto de Resolução nº 1247/XIII - Recomenda ao Governo que crie, disponibilize e mantenha atualizado um portal eletrónico onde seja divulgada informação relacionada com as respostas criadas na sequência dos incêndios florestais de 2017

Projeto de Resolução nº 1446/XIII - Recomenda ao Governo a reabertura das candidaturas para apoio às vítimas dos incêndios florestais de 2017, o estabelecimento de um calendário adequado para pagamento dos apoios e a clarificação e extensão dos critérios utilizados para efeito de apoio

Projeto de Resolução nº 1447/XIII - Propõe medidas de apoio à agricultura familiar como opção estrutural para a defesa e desenvolvimento do mundo rural, em especial nas zonas atingidas pelos incêndios

Projeto de Resolução nº 1448/XIII - Para uma nova política de proteção civil

Projeto de Lei nº 776/XIII - Regime excecional das redes secundárias de faixas de gestão de combustível

Projeto de Lei nº 812/XIII - Estabelece critérios de indemnização pela concretização das servidões administrativas para criação de faixas de gestão de combustível e determina a responsabilidade pela sua execução e manutenção

- **Debate sobre o** Relatório da Comissão Técnica Independente para a análise dos incêndios que ocorreram entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal **(28/03/2018)**

Intervenção de João Oliveira - «Nada apaga a pesada responsabilidade de PSD e CDS no caminho que conduziu à tragédia de 2017»

Intervenção de João Dias - «O que os relatórios dos incêndios de 2017 revelam são os efeitos de décadas de politicas de direita»

Intervenção de Jorge Machado - «É necessário reforçar o financiamento das Câmaras Municipais e rever a lei do financiamento dos Bombeiros»

- **Agendamento Potestativo –** iniciativas sobre legislação laboral **(14/03/2018)**

Intervenção de Francisco Lopes - «Acabar com a caducidade, repor o tratamento mais favorável ao trabalhador e revogar as normas da desregulação nos horários»

Intervenção de Paula Santos - «Exploração é ter os trabalhadores a trabalhar dias a fio sem qualquer respeito pelos seus direitos»

Intervenção de Carla Cruz - «A luta dos trabalhadores prova que é urgente o fim da caducidade da contratação coletiva»

Intervenção de Rita Rato - «Temos muito orgulho neste país e na luta dos trabalhadores»

Intervenção de António Filipe - «No progresso os trabalhadores têm de ser beneficiados e não vitimas»

Declaração de Voto de Rita Rato - «A luta dos trabalhadores há de obrigar a iniciar um caminho de desenvolvimento e respeito pela vida das pessoas, das suas famílias e da sua dignidade»

Projeto de Lei nº 712/XIII - Revoga a aplicação aos trabalhadores em funções públicas dos mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas

Projeto de Lei nº 713/XIII - Altera o quadro dos deveres do empregador, garantindo o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas grupal

Projeto de Lei nº 714/XIII - Altera o quadro dos deveres do empregador, garantindo o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade individual e do banco de horas individual

Projeto de Lei nº 715/XIII - Repõe o princípio do tratamento mais favorável e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho

- **Debate sobre a Reapreciação do Decreto da Assembleia da República n.º 177/XIII no seguimento do veto presidencial às alterações à Lei de Financiamento dos Partidos (02/03/2018)**

Intervenção de António Filipe - «O PCP não se deixa intimidar por campanhas contra os partidos»

Intervenção de João Oliveira - «Os partidos não são todos iguais e em matéria de financiamento também não»

Documento - 8 perguntas e respostas sobre as alterações à lei de financiamento dos Partidos

- **Debate Regimental** com Ministro da Saúde **(23/02/2018)**

Intervenção de Paula Santos - «A questão é garantir a valorização dos profissionais e a qualidade do SNS»

Intervenção de João Ramos - «O investimento no SNS não pode ser feito só para acudir e dar resposta a ruturas»

Intervenção de João Oliveira - «Há transferência de prestação de cuidados de saúde no serviço público para o privado»

- **Interpelação ao Governo -** Investir nos serviços públicos: Saúde, Educação, Transportes e Comunicações **(15/02/2018)**

Intervenção de Bruno Dias - «A vida das pessoas e das empresas exigem uma discussão séria e uma resposta concreta»

Intervenção de Bruno Dias - «Andaram a vender o país às peças e agora estamos a pagar a fatura»

Intervenção de Paula Santos - «O investimento na ferrovia tem estado muito aquém do que é necessário»

Intervenção de João Ramos - «Não resolver o problema do interior é manter custos, problemas e limitações a todo o país»

Intervenção de Jorge Machado - «É preciso criar um passe social intermodal fundamental para a mobilidade do Porto»

Intervenção de Ana Mesquita - «Têm de ser desbloqueados os investimentos nas infraestruturas e na contratação de trabalhadores»

Intervenção de Carla Cruz - «Investir no SNS é a garantia que os utentes têm de se cumprir o direito à saúde»

Intervenção de João Oliveira - «Os serviços públicos são um instrumento de concretização de direitos sociais»

- **Debate de Urgência sobre** Serviços Públicos e Parcerias Público Privadas na Saúde - Recusar as PPP, travar o subfinanciamento crónico do SNS, valorizar os profissionais e utentes **(23/02/2018)**

Intervenção de João Ramos - «As Parcerias Publico Privadas são uma oportunidade de negócio para grandes grupos económicos»

Intervenção de Carla Cruz - «A solução dos problemas estruturais do SNS passa pela opção da gestão pública»

Intervenção de Rita Rato - «A saúde é um direito, não é um negócio»

Intervenção de Paula Santos - «O atual Governo tem o dever de defender e recuperar o SNS»

- **Debate de Atualidade sobre Falta de concretização de medidas relativas ao emprego Científico (13/12/2017)**

Intervenção de Ana Mesquita - «Sobre a concretização de medidas relativas ao Emprego Científico»

Intervenção de Ana Mesquita - «É preciso responder às perguntas que os bolseiros têm vindo a fazer sobre esta questão»

- **Debate sobre o Relatório da Comissão Técnica Independente que analisou os incêndios do centro do País que ocorreram entre 17 e 24 de junho de 2017 (27/10/2017)**

Intervenção de João Ramos - «O problema dos incêndios florestais em Portugal é de ação»

- **Debate Temático - A privatização da PT, a situação dos seus trabalhadores e a concentração e domínio monopolista - (19/07/17)**

Intervenção de Jerónimo de Sousa - "É preciso travar a fraude em curso e reverter o processo de destruição da PT"

Intervenção de Bruno Dias – "Os trabalhadores da PT estão a ser sujeitos a uma enorme chantagem e repressão"

- **Interpelação ao Governo - Produção Nacional - Desenvolvimento soberano para o presente e para o futuro do País (24/05/17)**

Intervenção de Francisco Lopes "Um País que não produza está sujeito à dependência, à desvalorização e ao definhamento"

Intervenção de Bruno Dias "Portugal precisa de promover a produção e a produtividade, o crescimento, o emprego"

Intervenção de Paula Santos "Temos experiência, conhecimento e capacidade para desenvolver a indústria transformadora"

Intervenção de Paulo Sá "A política energética está hoje completamente subordinada aos interesses dos grupos monopolistas"

Intervenção de António Filipe "Os fundos comunitários são canalizados para o agro-negócio"

Intervenção de João Ramos "A solução para o país passa por uma aposta forte na agricultura familiar, na pequena e média agricultura"
Intervenção de João Ramos "Se Portugal não captura o pescado que consume, alguém o faz por si"
Intervenção de Jorge Machado "De norte a sul do país é preciso investir nos portos e na atividade portuária"
Intervenção de João Oliveira "Defender a produção, o pleno emprego, os direitos e o desenvolvimento do país"

- **Agendamento Potestativo do Projeto de Lei que repõe o princípio do tratamento mais favorável e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho. (04/05/17)**

Intervenção de Rita Rato "Os lucros de uma minoria são amassados à custa da retirada de direitos a uma maioria"
Intervenção de Bruno Dias "O estado não pode ter uma posição contrária aos interesses dos trabalhadores e seus direitos"
Intervenção de Paulo Sá "O patronato nunca se conformou com a perda do poder unilateral de ditar as regras"
Intervenção de Carla Cruz "É através da contratação coletiva que se registam progressos nas condições de trabalho"
Intervenção de João Oliveira "Os direitos dos trabalhadores não são defendidos ameaçando de caducidade os seus contratos"

Projeto de Lei N.º 169/XIII/1.ª Repõe o princípio do tratamento mais favorável e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho, procedendo à 9.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fev.

- **Debate sobre o Programa Nacional de Reformas (19/04/17)**

Intervenção de Bruno Dias "O país tem de recuperar o tempo perdido e avançar em investimento público de qualidade"
Intervenção de Paulo Sá "É preciso reverter o saque fiscal do anterior Governo PSD/CDS aos rendimentos do trabalho"
Intervenção de Carla Cruz "É imprescindível o reforço da resposta pública no Serviço Nacional de Saúde"
Intervenção de João Oliveira "PCP afirma a rejeição destes instrumentos de condicionamento de opções soberanas do país"

- **Debate de Urgência sobre a Dívida Pública - O problema da dívida pública tem consequências dramáticas para o País (23/03/17)**

Intervenção de Paulo Sá "A resolução do problema da dívida é um imperativo nacional e exige uma ação decisiva"
Intervenção de Paulo Sá "É necessário libertar Portugal da armadilha e das amarras da dívida"

Intervenção de João Oliveira "A solução para a dívida pública é uma decisão política e tem de ser assumida pelo Estado Português"

- **Debate Temático sobre precariedade laboral na Administração Pública - Na lei e na vida, a um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efetivo (16/02/17)**

Intervenção de Rita Rato "Precariedade é sinónimo de retrocesso, individual e coletivo, de um país inteiro"
Intervenção de António Filipe "Há trabalhadores que têm 20 anos de vínculos precários"
Intervenção de Rita Rato "A precariedade não caiu do céu, é responsabilidade de sucessivos governos"

- **Debate sobre Contratação Coletiva - Reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador e o fim da caducidade na lei (10/02/17)**

Intervenção de Rita Rato "A contratação coletiva tem um papel estruturante na regulação do trabalho e na consagração de direitos"
Intervenção de António Filipe "É imperioso repor condições de dignidade dos trabalhadores no direito do trabalho português"
Intervenção de Rita Rato "A quem serviu a caducidade da contratação coletiva?"

- **Debate de Atualidade sobre a situação do Novo Banco (12/01/17)**

Intervenção de Miguel Tiago "A única solução que defende o interesse nacional, é a integração do Novo Banco no sistema público bancário"
Declaração de Miguel Tiago A proposta do PCP para o Novo Banco
Projeto de Resolução N.º 171/XIII/1.ª Determina a manutenção do Novo Banco na esfera pública, assegurando a sua propriedade e gestão públicas ao serviço dos interesses do povo e do país

- **Agendamento Potestativo do Projeto de Lei que Prorroga por 10 anos o prazo de aplicação do Novo Regime de Arrendamento Urbano... (20/10/16)**

Intervenção de Paula Santos "Com a lei das rendas, milhares de pessoas perderam a sua habitação"
Intervenção de Bruno Dias "Contribuir para uma resposta urgente aos graves problemas criados pela Lei dos Despejos"
Intervenção de Diana Ferreira "Para muitas coletividades, a lei das rendas foi a machadada final"
Intervenção de Paula Santos "PSD e CDS ignoram propositadamente as dificuldades das famílias"
Projeto de Lei N.º 310/XIII/2.ª Prorroga por 10 anos o prazo de aplicação do Novo Regime de Arrendamento Urbano para os arrendatários com Rendimento Anual Bruto Corrigido (RABC) inferior a cinco Retribuições Mínimas Nacionais Anuais (RMNA), para os arrendatários com idade igual ou superior a 65 anos ou com deficiência igual ou superior a 60% e para o Arrendamento não habitacional

- **Agendamento Potestativo do Projeto de Lei que Estabelece o Regime para a Reposição de Freguesias (30/06/16)**

Intervenção de Paula Santos "Defender e intervir pela reposição das freguesias onde seja essa a vontade das populações"

Intervenção de Carla Cruz "O governo PSD/CDS extinguiu 1168 freguesias"

Intervenção de João Ramos "Nas freguesias não é importante a dimensão mas sim a proximidade"

Intervenção de António Filipe "Devolver aos povos as freguesias extintas"

Declaração de Paula Santos - Anúncio Público da apresentação da iniciativa

Projeto de Lei N.º 231/XIII/1.ª Estabelece o Regime para a Reposição de Freguesias

- **Debate sobre Política Fiscal (09/06/16)**

Intervenção de Paulo Sá - "Pôr fim à existência dos atuais paraísos fiscais e impedir a criação de novos"

Intervenção de Miguel Tiago - "PSD e CDS não querem o fim dos Offshores, mas apenas a mudança de nome"

Intervenção de João Oliveira - "Portugal tem de avançar no combate aos Offshores e aos paraísos fiscais"

Projeto de Lei N.º 255/XII/1.ª Estabelece medidas de reforço ao combate à criminalidade económica e financeira, proibindo ou limitando relações comerciais ou profissionais ou transações ocasionais com entidades sedeadas em centros offshore ou centros offshore não cooperantes

Projeto de Lei N.º 256/XIII/1.ª Define os termos em que qualquer sociedade é considerada residente para efeitos tributários, assegurando que os seus rendimentos são tributados em Portugal

Projeto de Lei N.º 257/XIII/1.ª Agrava as taxas de tributação de operações financeiras dirigidas a entidades sujeitas a regime fiscal claramente mais favorável no âmbito do Imposto do Selo

Projeto de Lei N.º 258/XIII/1.ª Agrava as taxas de tributação de rendimentos e transferências para entidades sujeitas a regimes fiscais claramente mais favoráveis no âmbito do IRC

Projeto de Lei N.º 259/XIII/1ª Agrava as taxas de tributação de rendimentos e transferências para entidades sujeitas a regimes fiscais claramente mais favoráveis no âmbito do IRS

Projeto de Lei N.º 260/XIII/1.ª Altera as condições em que um país, região ou território pode ser considerado regime fiscal claramente mais favorável

- **Interpelação ao Governo centrada nos problemas das assimetrias regionais, da desertificação e do despovoamento do território e nas políticas necessárias para assegurar o desenvolvimento equilibrado do país. (11/05/16)**

Intervenção de João Ramos - "Reduzir as assimetrias regionais é criar condições para que as populações tenham vidas dignas"

Intervenção Paula Santos - "É preciso alterar a organização administrativa do Estado"

Intervenção Ana Mesquita - "A regionalização continua a ser uma condição necessária para um efetivo desenvolvimento regional"

Intervenção Rita Rato - "Quando não existe emprego as pessoas são forçadas a sair dos seus territórios"

Intervenção Bruno Dias - Pelo combate às assimetrias regionais e pelo desenvolvimento integrado

Intervenção Ana Virgínia Pereira - "Devolver às populações aquilo que lhes foi roubado"

Intervenção António Filipe - Reduzir as assimetrias regionais, contrariar a desertificação e o despovoamento do território

- **Debate Temático sobre o Sistema financeiro e controlo público da banca (29/04/16)**

Intervenção de Miguel Tiago - "Só a banca nas mãos do povo não rouba o país"

Intervenção de João Oliveira - "É preciso ter um sistema financeiro ao serviço do povo e do país"

Intervenção de Miguel Tiago - "Ao mesmo tempo que roubavam os portugueses, davam dinheiro aos bancos"

Intervenção de Miguel Tiago - "Querem que os banqueiros confiem no país, mas o país não pode confiar nos banqueiros"

Intervenção de Bruno Dias - "O Banco Público tem de assumir e cumprir uma missão de apoio ao financiamento da atividade produtiva"

Intervenção de Miguel Tiago - "Nunca ninguém viu um banqueiro a dizer: já temos que chegue."

Intervenção de João Oliveira - "Não é admissível que continuem a ser os povos a pagar os custos da propriedade e gestão privada da banca"

- **Debate Temático sobre o Plano Nacional de Reformas (27/04/16)**

Intervenção de Rita Rato - "A valorização do trabalho e dos trabalhadores é um eixo central do desenvolvimento do país"

Intervenção de Bruno Dias - O investimento público, questão central da política económica

Intervenção Paulo Sá - "Não ceder às imposições da União Europeia, recusar o caminho que nos querem impor"

Intervenção de João Oliveira - "Votamos contra o regresso da política de exploração e empobrecimento"

Declaração de Voto - Projeto de Resolução n.º 271/XIII (Programa de Estabilidade 2016-2020 e Plano Nacional de Reformas)

- **Debate Temático sobre Precariedade Laboral - "A precariedade do emprego é a precariedade da família, é a precariedade da vida"** ***(23/03/16)***

Ligação para campanha PCP - «Mais direitos, mais futuro. Não à precariedade»

Intervenção Rita Rato - A alternativa ao desemprego não é a Precariedade, é o emprego com direitos

Intervenção Rita Rato - "PSD queria impor no século XXI direitos dos trabalhadores do século XIX"

Intervenção Diana Ferreira - "A realidade de centenas de milhar de trabalhadores é marcada por recibos verdes, falsos recibos verdes"

Intervenção António Filipe - "PSD não propõe nada que não seja a continuação da situação existente"

Intervenção Miguel Tiago - "A precariedade não dá perspetiva de futuro"

Intervenção Ana Mesquita - "A praga da precariedade espolia os trabalhadores da Cultura"

Intervenção António Filipe - "A precariedade não é uma inevitabilidade, é uma opção do patronato"

Projeto de Lei 137/XIII/1ª - Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores

Projeto de Lei N.º 135/XIII/1.ª - Combate a precariedade, impedindo o recurso a medidas públicas ativas de emprego, para responder a necessidades permanentes dos serviços públicos, empresas e outras entidades

Projeto de Lei N.º 134/XIII/1.ª - Institui o Plano Nacional de Combate à Precariedade Laboral e à Contratação Ilegal

Projeto de Lei N.º 133/XIII/1.ª - Programa Urgente de Combate à Precariedade Laboral na Administração Pública

5. Debate do Orçamento do Estado

Debate do Orçamento do Estado para 2019

O OE2019 no site do PCP Novos avanços por ação do PCP, os mesmos limites por opção do Governo PS

Proposta de Lei n.º 156/XIII/4.ª Aprova o Orçamento do Estado para 2019

Pesquisa de propostas de alteração - site do OE2019

Declaração de António Filipe sobre a proposta do Orçamento do Estado para 2019 (16/10/19)

Apresentação do OE – Debate com Ministro do Trabalho e da Segurança Social

Debate na Generalidade do OE2019

Intervenção de Jerónimo de Sousa «O PCP não perde nenhuma oportunidade para garantir a elevação das condições de vida dos portugueses»

Intervenção de Ana Mesquita «A responsabilidade pelo Património exige que as medidas de conservação não passem pela entrega deste a privados»

Intervenção de António Filipe «É com a luta dos trabalhadores e do povo que o mundo pula e avança»

Intervenção de Bruno Dias «O OE contempla uma proposta do PCP de há muito: a redução dos preço dos passes sociais»

Intervenção de Paula Santos «A habitação não pode ser tratada como uma mera mercadoria»

Intervenção de Ana Mesquita «Está mais do que na hora de inscrever 1% para a Cultura no Orçamento do Estado»

Intervenção de João Dias «Portugal precisa de uma política em rutura com as receitas e caminhos que afundaram o mundo rural»

Intervenção de Duarte Alves «O investimento público deve ter um papel estruturante no desenvolvimento económico do País»

Intervenção de Paulo Sá «São imposições externas que não permitem que este Orçamento do Estado vá mais longe»

Intervenção de Ana Mesquita «A precariedade que assola o Ensino Superior e a Ciência é inaceitável»

Intervenção de Rita Rato «Este orçamento consagra propostas de valorização de carreiras porque o PCP se bateu por isso»

Intervenção de Paulo Sá «Nos últimos anos, com o PCP, reverteram-se medidas fiscais gravosas do anterior Governo»

Intervenção de João Oliveira «A solução dos problemas nacionais está na valorização dos direitos dos trabalhadores e do povo»

Debate na Especialidade do OE2019 – Debate na Comissão

PCP questiona Ministro das Finanças sobre OE 2019

PCP questiona Ministro da Administração Interna (autarquias) sobre OE 2019

PCP questiona Ministro dos Negócios Estrangeiros (assuntos europeus) sobre OE 2019

PCP questiona Ministro da Educação sobre OE 2019

PCP questiona Ministra do Mar sobre OE 2019

PCP questiona Ministro da Ciência e do Ensino Superior sobre OE 2019

PCP questiona Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural sobre OE 2019

PCP questiona Ministro Adjunto e da Economia sobre OE 2019

PCP questiona Ministro da Saúde sobre OE 2019

PCP questiona Ministra da Justiça sobre OE 2019

PCP questiona Ministro da Defesa Nacional sobre OE 2019

PCP questiona Ministro do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social sobre OE 2019

PCP questiona Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa sobre OE 2019

PCP questiona Ministro do Ambiente sobre OE 2019

PCP questiona Ministro da Administração Interna sobre OE 2019

PCP questiona Ministro da Cultura sobre OE 2019

PCP questiona Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre OE 2019

PCP questiona Ministro do Planeamento e das Infraestruturas sobre OE 2019

A intervenção e as propostas do PCP

Consultar as propostas apresentadas do PCP

Declaração de António Filipe apresentação de propostas ao nível da proteção e apoio social

Declaração de João Oliveira proposta para contagem integral do tempo de serviço das carreiras e corpos especiais da Administração Pública

Conferência de Imprensa Apresentação das propostas do PCP para o OE2019

Debate na Especialidade do OE2019 - Plenário

Intervenção de Paulo Sá Sobre as propostas do PCP para o OE2019

Intervenção de Bruno Dias Sobre a proposta do PCP para o reforço de verbas Transtejo e Soflusa no OE 2019

Intervenção de Rita Rato Sobre a proposta do PCP para as valorizações remuneratórias e progressão na carreira no OE 2019

Intervenção de Diana Ferreira Sobre as propostas do PCP para os apoios sociais no OE 2019

Intervenção de Ana Mesquita Sobre as propostas do PCP para o rácios auxiliares e tempo de serviço em horários incompletos no OE 2019

Intervenção de João Oliveira Sobre a proposta do PCP para a progressão nas carreiras e corpos especiais da Administração Pública no OE 2019

Intervenção de Ângela Moreira Sobre as proposta do PCP para o Ensino Superior e Ciência no OE 2019

Intervenção de Ana Mesquita Avocação da proposta do PCP sobre progressão de carreira no OE 2019

Intervenção de Diana Ferreira Avocação da proposta do PCP sobre o alargamento da reforma sem penalizações no OE 2019

Intervenção de João Dias Avocação da proposta do PCP sobre cuidadores informais no OE 2019

Intervenção de João Oliveira Avocação das propostas sobre forças e serviços de segurança no OE 2019

Intervenção de João Dias Sobre as propostas do PCP para a agricultura, pescas e mundo rural no OE 2019

Intervenção de Ana Mesquita Sobre as propostas do PCP para a Escola Pública no OE 2019

Intervenção de Ângela Moreira Sobre as propostas do PCP de apoio aos estudantes do Ensino Superior no OE 2019

Intervenção de Carla Cruz Sobre as propostas do PCP para melhoria dos serviços de saúde no OE 2019

Intervenção de Bruno Dias Sobre as propostas do PCP para a redução do preço dos transportes no OE 2019

Intervenção de Paulo Sá Sobre as propostas do PCP com medidas relativas ao IRS e tributações mais justas

Intervenção de Duarte Alves Sobre as propostas do PCP para as MPME para a área da Energia

Intervenção de Ana Mesquita Avocação da proposta do PCP sobre 1% para a Cultura

Intervenção de Duarte Alves Avocação das propostas do PCP sobre IVA

Intervenção de Jorge Machado Avocação das propostas do PCP sobre Proteção Civil

Intervenção de Paula Santos Sobre as propostas do PCP para a habitação e tributação do património imobiliário

Intervenção de Jorge Machado Sobre as propostas do PCP para as forças e serviços de segurança

Intervenção de Jorge Machado Sobre a proposta do PCP de reforma antecipada e sem cortes para trabalhadores das pedreiras e minas

Intervenção de Carla Cruz Sobre a proposta do PCP de isenção de taxas moderadoras aos doentes crónicos

Intervenção de Paulo Sá Avocação da proposta do PCP de um novo escalão do adicional ao IMI e Derrama Estadual

Intervenção de Rita Rato Avocação da proposta do PCP de acesso à reforma aos trabalhadores das pedreiras e minas

Intervenção de João Dias Avocação da proposta do PCP sobre apoios à pequena pesca

Intervenção de Ana Mesquita Avocação das propostas do PCP de apoio às artes e alojamento no ensino superior

Intervenção de encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2019

Intervenção de Jerónimo de Sousa Encerramento da discussão do Orçamento do Estado 2019

Medidas aprovadas por proposta ou contributo do PCP – OE2019

Conjunto das medidas mais relevante, no sentido da defesa, reposição e conquista de direitos e rendimentos, que constam no OE2019 e são inseparáveis da intervenção do PCP:

Aumento extraordinário das pensões

Aprovação do terceiro aumento consecutivo das pensões já a partir de janeiro de 2019, que abrange mais de dois milhões de pensionistas.

Majoração do Abono de Família

O PCP valoriza os avanços que têm sido alcançados quanto ao abono de família e neste OE, o seu alargamento, no 4.º escalão, até aos 6 anos de idade, abrangendo crianças que até agora não tinham acesso ao abono de família. Entendendo o abono de família como um direito da criança, defendemos que importa ir mais longe e fazer um caminho de universalização do abono de família, pelo qual continuaremos a lutar.

Manuais escolares gratuitos na escolaridade obrigatória

Alargar o regime de gratuitidade dos manuais escolares, no início do ano letivo de 2019/2020, a todos os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória na rede pública do Ministério da Educação. Cerca de um milhão e duzentos mil estudantes irão ter a partir do próximo ano letivo manuais escolares gratuitos, o que constitui um enorme avanço na concretização do direito constitucional à educação, na igualdade do acesso e na gratuitidade.

Plano de Intervenção na Fortaleza de Peniche

Prosseguir a intervenção de recuperação da Fortaleza de Peniche, valorizando a sua importância histórica na resistência e luta contra o fascismo, e instalar neste monumento um museu nacional dedicado à luta pela liberdade e pela democracia.

Extinção do Pagamento Especial por Conta

Esta medida beneficiará mais de cem mil micro e pequenas empresas.

Redução do custo da Eletricidade e do gás natural

Apesar de a redução não ir mais longe como o PCP propõe, avança-se com uma redução dos custos de eletricidade e do gás natural para as famílias.

Redução do valor das propinas

Reduzir o valor das propinas nas instituições de ensino superior públicas, aliviando as despesas de frequência imputadas aos estudantes e às suas famílias.

Valorizações remuneratórias dos trabalhadores da Administração Pública

Valorização dos trabalhadores da Administração Pública através de acréscimos remuneratórios resultantes de posicionamentos remuneratórios e progressões nas carreiras.

Valorização remuneratória na situação de mobilidade

Aos trabalhadores nas situações de mobilidade é possibilitado a valorização remuneratória por via mudança para a posição remuneratória imediatamente seguinte àquela em que se encontre posicionado, caso não tenha alteração de posicionamento remuneratório em 2018 ou em 2019

Determinação de posicionamento remuneratório em procedimento concursal

É aberta a possibilidade de determinação de posicionamento remuneratório na sequência de procedimento concursal ao trabalhador na modalidade de contrato com vínculo público previsto na lei em vigor.

Contratação de trabalhadores para suprir necessidades nos serviços públicos

Na sequência do levantamento de necessidades de trabalhadores nos serviços públicos previsto no Orçamento do Estado para 2018, o Governo procede à contratação dos trabalhadores necessários para suprir as necessidades identificadas nos serviços públicos.

Exceciona de cativações os investimentos na área da saúde, educação e transportes

Mantém-se a norma proposta pelo PCP no Orçamento do Estado para 2018 de excecionamento dos investimentos na área da saúde, educação e transportes.

Autonomia das empresas públicas

Manutenção da norma proposta pelo PCP no Orçamento do Estado para 2018, que confirma a autonomia administrativa e financeira das empresas públicas na contratação de trabalhadores e na contratação de empreitadas de grande e pequena manutenção, bem como para o cumprimento dos requisitos de segurança da respetiva atividade operacional, previstos nos respetivos orçamentos.

Plano de Investimentos nos Hospitais

Mantém o objetivo e dá continuidade ao plano de investimento para os hospitais do SNS, quer ao nível da renovação de equipamentos, quer das infraestruturas, incluindo o investimento em novos hospitais.

Excecionar de cativações o SICAD, o INEM e a DGS

É mantido o excecionamento de cativações do SICAD, INEM e DGS, como o PCP propôs, o que permite melhores condições no desempenho das suas missões na área da saúde.

Não aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso às autarquias locais

Às autarquias que cumpram os limites de endividamento de acordo com o quadro legal em vigor não se aplica a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso, possibilitando uma gestão pública mais eficiente e com

maior capacidade para dar resposta às necessidades de cada território. Para a determinação dos fundos disponíveis são consideradas as verbas disponíveis relativas aos seis meses seguintes.

Regularização dos trabalhadores com vínculos precários nas Autarquias em situação de saneamento ou rutura financeira

Mantem-se a possibilidade de as autarquias em situação de saneamento ou rutura financeira poderem proceder à regularização dos trabalhadores com vínculos precários.

Contratação de Trabalhadores pelo Setor Empresarial Local

Aprovada norma proposta pelo PCP no Orçamento do Estado para 2018 da possibilidade da contratação de trabalhadores por empresas do setor empresarial local e por pessoas coletivas de direito público nas áreas do abastecimento público de água, saneamento e gestão de resíduos urbanos.

Identificação das 44 propostas do PCP que foram aprovadas durante o processo de discussão e votação da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2019:

Trabalho e Administração Pública

Alargamento do regime de aposentação antecipada aos trabalhadores das minas, das lavarias do minério e da extração e transformação da pedra

Fica assegurado o direito ao regime especial de acesso às pensões de invalidez e de velhice dos trabalhadores do interior das minas aos trabalhadores das lavarias, bem como aos trabalhadores da indústria de extração e transformação da pedra.

Contagem do tempo de serviço de carreiras especiais da Administração Pública

Prosseguir o processo de negociação previsto na Lei quanto à definição do prazo e do modo relativos à valorização remuneratória resultante da contagem integral do tempo de serviço das carreiras, cargos ou categorias integradas em corpos especiais, tal como estabelecido pelo artigo 19.º da Orçamento do Estado para 2018.

Proteção Social

Valorização das longas carreiras contributivas

A eliminação do fator de sustentabilidade nas longas carreiras contributivas é alargada aos beneficiários da Caixa Geral de Aposentações.

Reforço do apoio aos Cuidadores Informais

Aprovação de projeto-piloto para criar programa de desenvolvimento da rede de apoio aos cuidadores informais, com base nos serviços públicos, que possa ser generalizado para todo o país, assegurando a cobertura territorial nas diversas respostas e valências.

Alargamento da Prestação Social para a Inclusão

Acesso à PSI para quem, tendo adquirido uma incapacidade antes dos 55 anos, apenas obtém a respetiva certificação após essa idade

Alargamento do abono de família pré-natal

O abono de família pré-natal é alargado ao 4ª escalão do abono de família.

Apoio aos desempregados de longa duração

A medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração passa a ter carácter definitivo. Assim, o apoio social extraordinário aos trabalhadores em situação de desemprego de longa duração que não recebem qualquer prestação social durante 180 dias deixa de depender de aprovação em Orçamento do Estado.

Alargamento dos critérios para a atribuição do complemento por dependência

Com a eliminação do requisito de condição económica na atribuição do complemento por dependência, a atribuição desta prestação social passa a ser feita exclusivamente em função da condição de dependência.

Setores Produtivos

Subsídio à pequena pesca artesanal e costeira e à pequena aquicultura

Proposta para garantir a equidade entre diferentes tipos de embarcações, usados em diferentes tipos de pesca, com regulamentação até 31 de janeiro de 2019. A estabilidade da medida contribui para a sobrevivência e o desenvolvimento da pesca artesanal e costeira e da pequena aquicultura.

Majoração dos subsídios relativos à utilização de gasóleo colorido e marcado

A duplicação do apoio ao gasóleo colorido para 6 cêntimos a par do alargamento dos beneficiários, passando a aceder a esta medida os agricultores cujo plafond anual de gasóleo marcado vá até dois mil litros, permite um reforço substancial no apoio à pequena e média agricultura.

Criação da Rede Nacional de Monitorização de Pragas na Floresta Portuguesa

A criação de uma rede nacional de monitorização de pragas na floresta portuguesa em todo o território, a alocação de equipas técnicas para o acompanhamento regular e para a definição e a tomada de medidas de combate e mitigação, é fundamental para assegurar a sobrevivência de uma boa parte da floresta nacional.

Economia

Eliminação do aumento de tributação autónoma sobre viaturas de empresários em nome individual

Eliminação das normas que previam o aumento da tributação autónoma em sede de IRS sobre as viaturas ligeiras de passageiros ou mistas de empresários em nome individual no âmbito da atividade económica.

Eliminação do agravamento de tributação autónoma sobre viaturas de micro, pequenas e médias empresas

Eliminação das normas que previam o agravamento da tributação autónoma em sede de IRC sobre as viaturas das micro, pequenas e médias empresas.

Fim do Pagamento Especial por Conta com dispensa de declaração

O fim do pagamento especial por conta é agora automático, desobrigando as MPME de qualquer declaração nesse sentido.

Alargamento do prazo de entrega do modelo 10 em sede de IRS para 10 de fevereiro

De forma a aliviar a enorme carga burocrática nas empresas, alarga-se o prazo de 31 de janeiro para 10 de fevereiro para a entrega do modelo 10 em sede de IRS.

Transportes

Redução dos custos dos transportes públicos

Reforço em 21 milhões de euros (para 104 milhões) da verba prevista inicialmente para garantir a efetiva redução dos custos dos transportes públicos em todo o território continental, criando assim as condições para melhorar a mobilidade das populações. Igualmente relevante é a aprovação do alargamento dos passes sociais nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Fiscalidade

Criação de novo escalão no Adicional do IMI

Na concretização de uma justa política fiscal é criado um novo escalão no Adicional do IMI de 1,5% para património com valor superior a 1,5 milhões de euros.

Fim da isenção do IMT a fundos imobiliários

Fica confirmado o fim da isenção do IMT para fundos imobiliários com a eliminação de normas que obrigavam a Autoridade Tributária a devolver aos fundos imobiliários o IMT pago.

Saúde

Reforço do Plano Nacional de Vacinação

Reforço do Plano Nacional de Vacinação através da integração das vacinas da Meningite B, Rotavírus e HPV para os rapazes.

Equipas Comunitárias de Cuidados Paliativos

Alargamento da prestação de Cuidados Paliativos nos Cuidados de Saúde Primários em todo o território nacional através da criação de equipas comunitárias de suporte em cuidados paliativos. Garante-se assim a permanência do doente em fim de vida no seu ambiente comunitário e familiar.

Aumento para 30% da quota dos medicamentos genéricos em valor

Com a aprovação desta proposta beneficiam os utentes e o Serviço Nacional de Saúde. Os doentes conseguem diminuir os custos com a medicação e melhorar a adesão terapêutica, o SNS porque são otimizados os recursos públicos.

Substituição da subcontratação de empresas por contratação de profissionais de saúde

O Governo elabora um programa no sentido de dar concretização ao objetivo de substituir a subcontratação de empresas pela contratação de profissionais de saúde para o SNS, integrando-os nas carreiras e com vínculo à função pública para assegurar o funcionamento adequado dos serviços públicos de saúde.

Educação

Redução do número de alunos por turma

Proceder a uma efetiva redução do número de alunos por turma, alargando e levando mais longe a redução iniciada, designadamente ao 10.º ano de escolaridade.

Manutenção do referente do valor da propina cobrada no ano letivo 2018/2019 para efeito de cálculo de atribuição das bolsas de estudo a estudantes do Ensino Superior

Levar mais longe a redução das propinas, garantindo que nenhum estudante deixa de ter acesso à bolsa, mantendo inalterados os valores de referência para atribuição das bolsas em relação ao ano letivo 2018/2019.

Aumento do Complemento de Alojamento

O complemento de alojamento é aumentado para os estudantes bolseiros que não tenham vaga numa residência universitária.

Cultura

Redução do IVA da Cultura para 6%

Reduz-se para 6% a taxa do IVA aplicável a todos os espetáculos como tal já hoje considerados, mantendo o conceito em vigor no Código do IVA. A aprovação desta medida assume uma grande relevância na fruição cultural e na democratização do acesso à cultura.

Carta de Risco e intervenções de salvaguarda e valorização do Património Cultural

Dar sequência ao Programa Nacional de Emergência do Património Cultural, aprovado por iniciativa do PCP no OE2018, avançando para a elaboração de uma Carta de Risco, calendarização das intervenções necessárias à salvaguarda e preservação do património edificado público classificado ou em vias de classificação a nível nacional e o desenvolvimento de um plano de intervenção específico para o Património Cultural Imaterial.

Plano de revitalização da Cinemateca, I.P. e do Arquivo Nacional das Imagens em Movimento

Revitalizar a Cinemateca/ANIM suprindo as necessidades de financiamento, reforçando meios materiais e humanos, concretizando o projeto museológico da Cinemateca e criando um plano para formação de arquivistas de imagens em movimento.

Reativação do Programa de Apoio a Museus da Rede Portuguesa de Museus – ProMuseus

Reativar o Programa de Apoio a Museus da Rede Portuguesa de Museus para garantir apoio financeiro de complementaridade à implementação de projetos técnicos que melhorem a documentação, a conservação e a comunicação dos acervos.

Alargamento do apoio à criação literária

Por proposta do PCP foi reposto o apoio à criação literária. Novamente por iniciativa do PCP, esta medida é alargada com a criação de novas linhas de apoio à tradução e às primeiras obras.

Museu Nacional Ferroviário

Combater a situação financeira insustentável do Museu Nacional Ferroviário, considerando a respetiva fundação nos mesmos termos em que são tratadas outras fundações cujo interesse público é reconhecido.

Justiça

Capacitação dos Tribunais

Abertura de procedimentos concursais para acesso às categorias de adjunto e de admissão para ingresso dos oficiais de justiça que se revelem indispensáveis ao funcionamento dos Tribunais

Suspensão do valor das custas processuais

A manutenção do valor das custas processuais contribui para a garantia do acesso dos cidadãos à justiça para defesa ou exercício dos seus direitos.

Atualização automática, por efeito da sentença, das prestações de alimentos devidos a menores a cargo do Fundo de Garantia.

Administração Local

Regime de Permanência nas Juntas de Freguesia

O pagamento do regime de permanência a meio tempo nas Juntas de Freguesia é assegurado pelo Orçamento do Estado mesmo quando a autarquia decide o exercício de funções a tempo inteiro.

Respeito pela Autonomia da Administração Local

Na Administração Local, o despacho de autorização relativo à determinação do posicionamento remuneratório em procedimento concursal é da responsabilidade do respetivo órgão executivo.

Maior abrangência da celebração de acordos de regularização de dívidas às empresas intermunicipais e no setor dos resíduos urbanos

Alargamento da possibilidade de celebração de acordos de regularização de dívidas às empresas intermunicipais no setor do abastecimento de águas e do saneamento. Alarga-se também ao setor dos resíduos urbanos.

Regiões Autónomas

Hospital Central da Madeira

O Governo assegura apoio financeiro à construção, fiscalização da empreitada e aquisição de equipamento médico e hospitalar do futuro Hospital Central da Madeira, de acordo com a programação financeira e a já aprovada candidatura PIC (Projeto de Interesse Comum) em cooperação com os órgãos de governo próprio da Região Autónoma da Madeira.

Eliminação de restrições à autonomia regional relativos ao PAEF da Região Autónoma da Madeira

Eliminação de limitações à autonomia regional que impediam a Região Autónoma da Madeira de usufruir das vantagens diretas da renegociação do empréstimo concedido pelo Governo da República.

Regime de aposentação para todos os trabalhadores dos matadouros da Região Autónoma dos Açores

O regime especial de aposentação aplica-se a todos os trabalhadores dos matadouros da Região Autónoma dos Açores incluindo os beneficiários do sistema previdencial da Segurança Social, pondo fim à discriminação existente.

Redução do IVA de mel de cana tradicional para 6%

Sendo o mel de cana tradicional um produto de produção regional certificado da Região Autónoma da Madeira e especialmente consumido na região, a redução do IVA contribui para promover a sua comercialização e o seu reconhecimento e valorização como produto regional.

Regime de tributação mais favorável para a produção de Sidra

A taxa de imposto aplicada ao pequeno produtor de Sidra passa a ser a equivalente ao vinho, assegurando assim um estatuto mais benéfico, de forma a proteger a atividade económica tradicional de produção de Sidra.

Outras Disposições

Não atualização das subvenções parlamentares aos Partidos

Foi aprovada a manutenção do atual valor das subvenções parlamentares.

Reforço do apoio do Estado Português à a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no valor de 100 mil euros.

Uma contribuição solidária para a ação desta agência no apoio aos refugiados palestinos.

Debate do Orçamento do Estado para 2018

O OE2018 no site do PCP Novos avanços com a luta dos trabalhadores e a ação do PCP

Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.ª Aprova o Orçamento do Estado para 2018

Pesquisa de propostas de alteração - site do OE2018

Declaração de João Oliveira sobre matérias colocadas ao Governos para que sejam efetivadas no OE2018 (10/10/18)

Declaração de João Oliveira sobre a proposta de Orçamento do Estado para 2018 (14/10/18)

Apresentação OE - debate com Ministro das Finanças

Debate na Generalidade do OE2018

Intervenção de Jerónimo de Sousa «É de uma vida melhor dos portugueses que estamos a tratar»

Intervenção de António Filipe «O que PSD e CDS propõem é o regresso ao passado»

Intervenção de Rita Rato «A um posto de trabalho permanente tem que corresponder sempre um vínculo efetivo»

Intervenção de Diana Ferreira «O aumento extraordinário das pensões e reformas resulta da proposta e insistência do PCP»

Intervenção de ana Mesquita «É preciso que a Cultura deixe de ser o parente pobre e que acabe a indigência orçamental»

Intervenção de Rita Rato «Valorizar o emprego público exige vontade política»

Intervenção de Paulo Sá «A tributação do capital está muito aquém do que seria justo e necessário»

Intervenção de Paulo Sá «Em tudo que é avanço e conquista a proposta de Orçamento tem a intervenção do PCP»

Intervenção de Bruno Dias «Portugal precisa de uma aposta determinada e efetiva no investimento público»

Intervenção de Paula Santos «São necessárias medidas excecionais e extraordinárias de contratação de trabalhadores na Administração Pública»

Intervenção de João Ramos «É preciso saber se haverá cobertura orçamental para tudo o que é necessário fazer na floresta e na prevenção»

Intervenção de João Oliveira «Em tudo o que é avanço e conquista está presente a luta dos trabalhadores»

Debate na Especialidade do OE2018 – Debate na Comissão

PCP questiona Ministro das Finanças sobre OE 2018

PCP questiona Ministro da Administração Interna (autarquias) sobre OE 2018

PCP questiona Ministro Adjunto sobre OE 2018

PCP questiona Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre OE 2018

PCP questiona Secretária de Estado da Educação sobre OE 2018

PCP questiona Ministra do Mar sobre OE 2018

PCP questiona Ministro da Ciência e do Ensino Superior sobre OE 2018

PCP questiona Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural sobre OE 2018

PCP questiona Ministro da Economia sobre OE 2018

PCP questiona Ministro da Saúde sobre OE 2018

PCP questiona Ministra da Justiça sobre OE 2018

PCP questiona Ministro da Defesa Nacional sobre OE 2018

PCP questiona Ministro do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social sobre OE 2018

PCP questiona Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa sobre OE 2018

PCP questiona Ministro do Ambiente sobre OE 2018

PCP questiona Ministro da Administração Interna sobre OE 2018

PCP questiona Ministro da Cultura sobre OE 2018

PCP questiona Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre OE 2018

PCP questiona Ministro do Planeamento e das Infraestruturas sobre OE 2018

A intervenção e as propostas do PCP

Consultar propostas apresentadas pelo PCP

Declaração de João Oliveira sobre o processo de especialidade e entrega de propostas

Conferência de imprensa de apresentação da proposta do PCP de criação de um Programa integrado de resposta aos incêndios, para defesa da floresta e do mundo rural

Conferência de imprensa de apresentação da proposta do PCP para que todo o tempo de serviço dos docentes conte para a progressão na carreira

Debate na Especialidade do OE2018- Plenário

Intervenção de Paulo Sá sobre as propostas do PCP no Orçamento do Estado para 2018

Intervenção de Paula Santos sobre as propostas para reforçar os serviços públicos e as funções sociais do Estado

Intervenção de Rita Rato sobre as propostas para a reposição de direitos na Administração pública

Intervenção de Diana Ferreira sobre as propostas para mais apoio social aos desempregados e aos reformados

Intervenção de Ana Virgínia Pereira sobre as propostas para o Ensino Superior e Ciência

Intervenção de Bruno Dias sobre a proposta para a redução de encargos, não renovação e reversão das Parcerias Público-Privadas

Intervenção de João Oliveira sobre as propostas do PCP aprovadas no primeiro dia de votações

Intervenção de João Ramos sobre as propostas para responder ao problema dos incêndios, da floresta e mundo rural

Intervenção de Ana Mesquita sobre as propostas para reforçar o investimento na Escola Pública

Intervenção de Diana Ferreira sobre as propostas para reforçar o apoio às pessoas com deficiência

Intervenção de Ana Mesquita sobre as propostas para a estruturação de um verdadeiro serviço público de Cultura

Intervenção de Bruno Dias sobre as propostas para reduzir a fatura energética dos consumidores e MPME

Intervenção de Paula Santos sobre as propostas para responder aos problemas da habitação

Intervenção de Carla Cruz sobre as propostas para reforço do Serviço Nacional de Saúde

Intervenção de Jorge Machado sobre a proposta para a eliminação das portagens nas Ex-SCUT

Intervenção de Paulo Sá sobre as propostas na área da Fiscalidade

Intervenção de João Ramos sobre as propostas para apoio aos Sectores Produtivos

Intervenção de João Oliveira sobre as propostas do PCP aprovadas no segundo dia de votações

Intervenção de Bruno Dias sobre as propostas para apoio às MPME

Intervenção de António Filipe sobre as propostas na área das custas judiciais

Intervenção de Diana Ferreira sobre a proposta de isenção de custas processuais para os sinistrados do trabalho

Intervenção de Carla Cruz sobre a proposta para a isenção de taxas moderadoras para os doentes crónicos

Intervenção de Ana Mesquita sobre a proposta para reforço das verbas da DGArtes de apoios públicos à criação artística

Intervenção de encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2018

João Oliveira - «Tudo o que de positivo os trabalhadores e o povo alcançam com este OE tem a marca ou o apoio do PCP»

Medidas aprovadas por proposta ou contributo do PCP

Questões pelas quais o PCP se bateu no exame comum e que foram acolhidas total ou parcialmente na proposta inicial de Orçamento do Estado:

Reposição de direitos dos trabalhadores da Administração Pública

1. descongelamento das progressões e promoções nas carreiras;
2. reposição do pagamento por inteiro, a partir de janeiro, do trabalho extraordinário e suplementar;
3. eliminação das limitações às graduações de militares em regime de contrato e voluntariado;
4. eliminação da tributação sobre o aumento do subsídio de refeição;
5. reposição integral da contratação coletiva no Sector Público Empresarial a 1 de janeiro de 2018;
6. correção de distorções na tabela remuneratória da carreira geral de assistente operacional;
7. produção de efeitos em 2018 da revisão do sistema remuneratório das carreiras dos conservadores, notários e oficiais dos registos e do notariado.

Saúde

8. aumento da quota dos medicamentos genéricos;
9. reposição do pagamento das horas de qualidade na saúde;

10. substituição da subcontratação de empresas por contratação de profissionais de saúde;
11. renovação dos contratos dos médicos internos.

Segurança Social

12. aumento extraordinário das pensões;
13. prorrogação da medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração.

Fiscalidade

14. redução do IRS para os escalões de rendimentos mais baixos e intermédios através do desdobramento de escalões e redução das taxas e do aumento do mínimo de existência;
15. dedução à coleta dos valores pagos em rendas por estudantes do ensino superior, no IRS;
16. redução do IVA dos instrumentos musicais;
17. isenção do pagamento do Adicional do IMI (AIMI) para cooperativas de habitação e construção, associações de moradores ou condomínios (neste último caso, para imóveis ou frações de valor até 100 mil euros);
18. simplificação das obrigações declarativas dos casais em sede do AIMI.

Autarquias

19. reposição da autonomia dos municípios na definição da estrutura orgânica de serviços e na nomeação de cargos dirigentes;
20. eliminação da aplicação das imposições e limitações à autonomia das autarquias decorrentes da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Agricultura e pescas

21. renovação da majoração dos subsídios relativos à utilização de gasóleo colorido e marcado na agricultura e nas pescas;
22. renovação do subsídio à pequena pesca artesanal e costeira e à pequena aquicultura.

Propostas do PCP aprovadas na discussão na especialidade da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2018

Nos três dias de votação na especialidade da proposta de Orçamento de Estado para 2018, foi aprovado o seguinte conjunto de propostas do PCP:

Trabalho e Administração Pública

1- Descongelamento de Carreiras

Foi aprovada a proposta relativa à regra de atribuição de um ponto por cada ano de serviço, sem prejuízo da aplicação de regimes mais favoráveis em vigor (como acontece no caso dos enfermeiros). Foi igualmente aprovada a eliminação da norma que previa a inutilização de todos os pontos acumulados caso tivesse ocorrido uma valorização remuneratória.

2- Fim dos duodécimos do Subsídio de Natal

Reposição do pagamento por inteiro, no momento devido, do subsídio de Natal para todos os trabalhadores.

3- Contratação de Trabalhadores na Administração Pública e no Sector Empresarial do Estado

Foi aprovada a proposta para contratação de trabalhadores na Administração Pública e no Sector Empresarial do Estado, a partir de uma previsão das entradas e saídas de trabalhadores e da identificação das necessidades permanentes nos vários setores e serviços, nomeadamente na saúde, na educação, nos transportes, na cultura, na justiça, nas forças e serviços de segurança, nas forças armadas, na Segurança Social e nas atividades inspetivas, incluindo ACT e CITE.

4- Contratação de Trabalhadores no setor das águas, saneamento e resíduos sólidos urbanos

É reposta a autonomia e possibilita-se a contratação de trabalhadores por pessoas coletivas de direito público e empresas do setor empresarial local que gerem sistemas de titularidade municipal de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas ou de gestão de resíduos urbanos.

5- Eliminação do congelamento do Subsídio de Refeição

Foi aprovada a proposta de eliminação do congelamento do valor do subsídio de refeição, abrindo a possibilidade do seu aumento por via de negociação e contratação coletiva.

6- Eliminação de obstáculos que impedem a progressão dos docentes

Com a eliminação do número 1 do artigo 36.º da proposta de Orçamento do Estado para 2018, salvaguarda-se a progressão aos docentes que completem os 4 anos no escalão, impedindo-se a existência de uma norma que a reconhecia, para certos professores, apenas ao fim de 6 anos.

7- Prazo excecional para regularização da situação dos funcionários e agentes do Estado e dos corpos administrativos e dos trabalhadores contratados ou assalariados que exerceram funções em Timor-Leste

A aprovação desta proposta repara uma situação de injustiça que persistia há vários anos, permitindo a reposição dos direitos dos funcionários e agentes e dos outros trabalhadores que exerceram funções para o Estado Português em Timor Leste.

Proteção Social

8- Eliminação do corte de 10% no subsídio de desemprego

Foi aprovada a proposta do PCP que põe fim ao corte de 10% no subsídio de desemprego que atinge os trabalhadores desempregados ao fim de 6 meses de atribuição do subsídio, assegurando o seu pagamento por inteiro a partir de 1 de janeiro a todos os trabalhadores que dele beneficiam.

9- Contagem serviço militar obrigatório

A aprovação desta proposta garante o reconhecimento e a contagem integral do tempo de serviço militar obrigatório e eventuais bonificações que existam para efeitos de aposentação ou reforma.

10- Medida extraordinária de apoio aos desempregados

O PCP propôs a redução, para metade, do prazo necessário para aceder a esta prestação social. Com a aprovação desta proposta prorroga-se para o ano de 2018 a existência desta medida criada por proposta do PCP em 2016 e alarga-se a sua abrangência, permitindo a mais trabalhadores desempregados o acesso a esta prestação.

11- Gratuitidade do atestado multiuso de incapacidade

Com a aprovação desta proposta do PCP, é reduzido para metade já em 2018 o custo do atestado multiuso de incapacidade, documento de primordial importância para garantir às pessoas com deficiência o pleno exercício de um conjunto de direitos, fixando-se a sua gratuitidade a partir de 2019. Prevê-se igualmente que até à implementação da gratuitidade são reconhecidos documentos específicos e certificações legais, emitidos por entidade pública ou judicial, que atestem a incapacidade.

Fiscalidade

12- Aumento da tributação de empresas com grandes lucros

Foi aprovada a proposta do PCP de aumento de 7% para 9% da derrama estadual aplicada às empresas com mais de 35 milhões de euros de lucros. A aprovação desta proposta do PCP introduz maior justiça fiscal, não apenas aumentando a obtenção de receita fiscal proveniente de rendimentos de capital, mas igualmente assegurando que tal receita seja suportada pelas empresas com grandes lucros.

Sectores Produtivos

13- Programa de valorização de espécies de pescado de baixo valor em lota

É proposta a transferência de verbas, até ao montante de € 100 000 do orçamento do Fundo Azul para a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos do Ministério do Mar, para financiamento de um programa de valorização de espécies de pescado de baixo valor em lota, uma vez que a discrepância entre o baixo valor a que o peixe é transacionado em primeira venda e o preço de venda ao consumidor é um dos maiores entraves à sustentabilidade de muitos pescadores e muitas embarcações.

14- Apoio para a gasolina na pesca artesanal e costeira

O Orçamento do Estado para 2017 consagrou, por proposta do PCP, um apoio à gasolina utilizada pelas embarcações de pesca há muito ansiado pelo setor. A aprovação da proposta do PCP torna definitivo o subsídio à pequena pesca artesanal e costeira no que respeita ao desconto no preço final da gasolina consumida, garantindo a equidade entre diferentes tipos de embarcações usados em diferentes tipos de pesca e contribuindo para a sobrevivência e o desenvolvimento da pesca artesanal e costeira.

15- Impedimento da liberalização da plantação de eucalipto

A aprovação da proposta do PCP antecipa para 1 de janeiro a entrada em vigor da lei de arborização e rearborização, reduzindo o prazo fixado na proposta apresentada pelo Governo à Assembleia da República que deu origem à referida lei. Com a aprovação desta proposta entrarão mais rapidamente em vigor as alterações à que ficou conhecida como lei da eucaliptização, pondo fim aos seus aspetos mais nefastos de liberalização de plantação de eucalipto.

16- Programa Integrado de Combate aos Incêndios

Em matéria de apoio às vítimas dos incêndios florestais, de defesa da floresta contra incêndios, de valorização da agricultura familiar e do mundo rural e de promoção do desenvolvimento regional, o PCP propôs 44 medidas organizadas por cinco áreas de atuação, com a preocupação de fazer uma abordagem integrada na resposta orçamental.

Das propostas apresentadas pelo PCP foram aprovadas as seguintes:

i. Reforço de equipamentos das corporações de bombeiros e outros agentes de proteção civil, sem prejuízo da aprovação de uma Lei de Programação de Equipamentos, com o valor global de 20 milhões de euros a concretizar em dois anos, afetando-se em 2018 o montante de 10 milhões de euros;

ii. Reforço da disponibilização de equipamentos de proteção individual (EPI) para garantir que todos os bombeiros e outros agentes de proteção civil têm acesso a uma adequada proteção, no valor de 10 milhões de euros;

iii. Contratação de efetivos para a GNR visando o reforço dos Grupos de Intervenção de proteção e Socorro (GIPS), com o objetivo de atingir 1100 militares em três anos, no valor de 5 milhões de euros;

iv. Medidas para reativação dos Grupos de Análise e Uso do Fogo (GAUF), no valor de 1 milhão de euros;

v. Reforço da capacidade de comunicações para atuação em caso de catástrofe, no âmbito das estruturas existentes e dos sistemas alternativos, com o valor de 10 milhões de euros;

vi. Reforço dos meios aéreos próprios do Estado para combate a incêndios.

vii. Constituição de 100 equipas de Sapadores Florestais, em cumprimento do disposto no nº 10 do artigo 33º do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, e republicado pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, no valor de 10 milhões de euros;

viii. Renovação e melhoria de equipamento das Equipas de Sapadores Florestais, no valor de 2,5 milhões de euros;

ix. Dinamização de um programa de apoio à pastorícia em áreas de montanha, com o valor global de 5 milhões de euros a concretizar em três anos, afetando-se em 2018 o montante de 2 milhões de euros;

x. Reprogramação do Portugal 2020, com o objetivo de fixação de plafonds destinados a projetos em todas as NUT III classificadas como áreas de baixa densidade;

Economia

17- Revisão legal das Contas das Micro, pequenas e Médias Empresas

Com a provação desta proposta do PCP, em 2018 será atualizado o valor do volume de negócios a partir do qual é exigida a revisão legal de contas a uma empresa, reduzindo dessa forma os custos administrativos que muitas pequenas empresas enfrentam.

18- Incentivos à eficiência energética

A aprovação da proposta do PCP permite que os incentivos atribuídos no âmbito da eficiência energética sejam atribuídos aos serviços e organismos da Administração Pública central e local no âmbito da redução de consumo energético a todos os projetos e não apenas a projetos já cofinanciados e independentemente de os projetos estarem em desenvolvimento.

19- Custos com a Tarifa Social do Gás Natural

Foi aprovada a proposta do PCP que propõe que os custos que decorrem da aplicação da tarifa social aos clientes de gás natural deixem de ser suportados pelo conjunto dos clientes finais – e passem a ser considerados como custos operacionais das empresas grossistas, como deviam ser desde o início.

Serviços Públicos

20- Desbloqueamento dos investimentos na educação, saúde e transportes

A aprovação da proposta do PCP significa que as principais verbas para investimento na saúde, educação e transportes passam a ficar integralmente disponíveis e sem estarem sujeitas a cativações. Estas verbas, essenciais à qualidade dos serviços públicos prestados, deixam de depender de autorização do Ministério das Finanças para poderem ser utilizados nos investimentos, em escolas, hospitais, centros de saúde, equipamentos, transportes e vias.

21- Assegurar autonomia administrativa e financeira às empresas públicas na execução orçamental relativamente à contratação de trabalhadores e outras despesas correntes

Foi aprovada uma proposta do PCP visando não só salvaguardar a autonomia administrativa e financeira das empresas públicas, mas, sobretudo, eliminar impedimentos e bloqueios que muitas vezes impedem a execução das rubricas orçamentais relativas à contratação de trabalhadores, a empreitadas de grande e pequena manutenção e para o cumprimento dos requisitos de segurança da respetiva atividade operacional.

22- Assegurar autonomia administrativa e financeira às empresas públicas na execução orçamental relativamente ao investimento

Além da proposta referida anteriormente, foi igualmente aprovada uma proposta do PCP que incide sobre as limitações impostas às empresas do sector público no acesso ao financiamento, para investimentos de grande importância para a capacidade de resposta operacional.

Saúde

23- Aumento do número de Unidades de Cuidados na Comunidade

Com a aprovação desta proposta é aumentado o número de unidades de cuidados na comunidade em todo o território nacional e desta forma abrange-se o número de utentes que irão beneficiar do apoio social, psicológico e de reabilitação.

24- Eliminação das cativações para a DGS, INEM, SUCH e SICAD

Com esta aprovação isentam-se de cativações importantes serviços de saúde – SICAD, DGS, SUCH e INEM - permitindo-lhes ter mais meios para cumprir as missões e objetivos que lhes estão confiados e melhorar os serviços que prestam ao país.

25- Redução do Açúcar, Sal e Gorduras

Foi aprovada a proposta do PCP para que o Governo defina, em articulação com a indústria agroalimentar, um plano de metas de redução da quantidade de açúcar, sal e ácidos gordos *trans* presentes nos alimentos embalados e refeições pré-confecionadas ou fornecidas em refeitório, identificando igualmente o conjunto de medidas necessárias à concretização daquele plano.

Educação, Ensino Superior e Ciência

26- Gratuitidade dos manuais escolares para o 2º ciclo

No seguimento das propostas apresentadas e aprovadas nos Orçamentos do Estado para 2016 e 2017, foi aprovada a proposta de alargamento da distribuição gratuita, já no próximo ano letivo, dos manuais escolares a todos os estudantes do 2.º ciclo do Ensino Básico. Prossegue assim o caminho de cumprir a Constituição e assegurar a igualdade no acesso, frequência e sucesso escolar.

27- Redução do número de alunos por turma

A aprovação desta proposta assegura que, no próximo ano letivo, as turmas 1º ano, 5º ano e 7º ano de todos os estabelecimentos de ensino serão reduzidas. Garante-se, assim, que a progressiva redução do número de alunos por turma vá mais longe que os passos dados pelo atual Governo com a redução apenas nas escolas e agrupamentos TEIP que se revelou claramente insuficiente.

28- Plano de reforço de meios no âmbito da Educação Especial

A aprovação desta proposta abre caminho ao reforço dos meios disponibilizados para a Educação Especial, através da realização de um levantamento rigoroso sobre a realidade existente nas escolas públicas, os seus problemas e carências, planificando-se posterior intervenção que dê resposta às necessidades identificadas.

29- Condições para abertura de salas da rede pública de pré-escolar

A proposta do PCP, na parte aprovada, assegura que a abertura de salas de educação pré-escolar deve ter previamente asseguradas as condições necessárias ao cumprimento do papel e orientações curriculares da educação pré-escolar, designadamente quanto a condições físicas, número e qualificação de trabalhadores, nomeadamente assistentes operacionais e docentes.

30- Fiscalização das cantinas escolares

A aprovação parcial da proposta apresentada pelo PCP estabelece a responsabilidade do Governo na fiscalização das cantinas escolares, na avaliação da qualidade das refeições e dos encargos com as respetivas concessões, quando existam, publicitando os respetivos resultados. Fixa-se ainda a proibição de aumentos dos valores cobrados aos estudantes em resultado dessas medidas.

31- Suspensão da atualização do valor das propinas

Foi aprovada a proposta de suspensão da atualização do valor máximo da propina no ensino superior.

32- Valorização da carreira docente universitária

Com a aprovação desta proposta do PCP passam a ser consideradas no financiamento público as alterações e reposicionamentos salariais que decorrem da obtenção de título académico de agregado, título que é necessário para a progressão na carreira docente universitária e politécnica e na carreira de investigação científica.

33- Construção da residência de estudantes da Escola Superior de Desporto de Rio Maior

Aprovada proposta do PCP de dotação de 800.000 euros para a construção da residência para estudantes da Escola Superior de Desporto de Rio Maior.

34- Alargamento do regime de apresentação e entrega de dissertações, trabalhos de projetos, relatórios e teses em formato digital

Alargamento do regime de apresentação e entrega de dissertações, trabalhos de projetos, relatórios e teses em formato digital, de modo a que sejam também integradas as pré-impressões e que sejam abrangidos todos os organismos tutelados pelo Ministério da Tecnologia, Ciência e Ensino Superior.

Cultura

35- Programa Nacional de Emergência do Património Cultural

O PCP propôs, e foi aprovada, a criação de um Programa Nacional de Emergência do Património Cultural no sentido de se diagnosticar, conhecer e monitorizar as reais necessidades de intervenção e salvaguarda do património material e imaterial, reforçando as condições para o acesso, fruição, estudo e divulgação e prevendo os meios financeiros, técnicos, materiais e humanos necessários para o efeito.

36- Plano de Intervenção na Fortaleza de Peniche

A proposta apresentada pelo PCP e aprovada no âmbito do Orçamento do Estado para 2018, no seguimento do disposto no artigo.º 126.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, salvaguarda a existência dos meios financeiros necessários para assegurar a comparticipação nacional dos fundos estruturais do Portugal 2020 destinados à intervenção de recuperação da Fortaleza de Peniche, bem como a instalação de um museu nacional dedicado à luta pela liberdade e pela democracia, conforme previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2017, publicada no D. R., 1ª série, n.º 108, de 5 de junho.

Justiça

37- Suspensão do aumento das custas processuais

Foi aprovada a proposta do PCP de não aumento do valor das custas judiciais, à semelhança do que aconteceu em 2017 também por proposta do PCP.

Proteção Civil

38- Isenção do ISV para as Corporações de Bombeiros na aquisição de viaturas

Com esta proposta do PCP aprovada, as corporações de Bombeiros ficam isentas de Imposto Sobre Veículos (ISV) a aquisição de veículos usados na proteção civil.

Administração Local

39- Alargamento dos acordos de regularização de dívida aos sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos

A aprovação desta proposta permite o alargamento dos acordos de regularização de dívidas também aos sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos, previstos em anteriores Orçamentos do Estado.

40- Pagamento a concessionários decorrente de decisão judicial ou arbitral ou de resgate de contrato de concessão alargado também aos contratos de delegação

A aprovação desta proposta possibilita que o excecionamento do limite de endividamento para contrair empréstimo seja também aplicado para contratos de delegação de exploração e gestão de serviços municipais

de abastecimento público de água e/ou saneamento de águas residuais urbanas, alargando ainda aos serviços municipais de gestão de resíduos urbanos.

Regiões Autónomas

41- Hospital Central da Madeira

Aprovada proposta do PCP que assegura o apoio financeiro da República à construção do novo Hospital Central da Madeira, considerando esse projeto, estruturante para a prestação de cuidados hospitalares na Região, como de interesse nacional.

42- Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira

Aprovada proposta do PCP para que o Governo da República assegure a execução do Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira como de interesse nacional, garantindo o financiamento das medidas nele previstas através do Orçamento do Estado.

Debate do Orçamento do Estado para 2017

Contrariar aspetos negativos e levar mais longe a resposta aos problemas do país

Proposta de Lei n.º 37XIII/2.ª Aprova o Orçamento do Estado para 2017

Pesquisa de propostas de alteração - site do OE2017

Página do OE2017

Declaração de João Oliveira sobre a proposta de Orçamento do Estado para 2017

Apresentação OE - debate com Ministro das Finanças

Apresentação OE (Orçamento da Segurança Social) – debate com Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Apresentação OE - debate com Ministro das Finanças (2ª audição)

Debate na Generalidade do OE2017

Ir mais longe no caminho de reposição de direitos e rendimentos

Intervenção de Jerónimo de Sousa "Tudo o que combata a exploração e o empobrecimento terá o nosso apoio, contributo e proposta"

Intervenção de João Ramos "É preciso enfrentar constrangimentos e interesses instalados sobre os sectores produtivos"

Intervenção de Bruno Dias "O investimento público é uma questão central e estratégica"

Intervenção de Paulo Sá "Portugal não pode continuar a carregar o fardo de uma enorme e impagável dívida pública"

Intervenção de João Oliveira "Se o orçamento é insuficiente e limitado, a solução é ir mais longe nessa reposição"

Intervenção de Rita Rato "O emprego com direitos é condição obrigatória para o desenvolvimento do país"

Intervenção de Diana Ferreira "Pela primeira vez em sete anos, estamos a discutir aumentos nas pensões"

Intervenção de Bruno Dias "Está à vista o resultado para o país do domínio dos grandes grupos económicos e das transnacionais"

Intervenção de António Filipe "E que tal uma manifestação contra os feriados repostos?"

Intervenção de Paula Santos "Continuar a reversão dos cortes no financiamento da Escola Pública e do Serviço Nacional de Saúde"

Intervenção de Paulo Sá "O Orçamento prossegue com o desagravamento da carga fiscal, mas de forma insuficiente"

Intervenção de João Oliveira "Sabemos a luta que foi preciso travar para interromper o rumo de destruição do país"

Debate na Especialidade do OE2017 – debate na Comissão

PCP questiona Ministro do Planeamento e das Infraestruturas sobre OE 2017

PCP questiona Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre OE 2017

PCP questiona Ministra do Mar sobre OE 2017

PCP questiona Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre OE 2017

PCP questiona Ministro do Ambiente sobre OE 2017

PCP questiona Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural sobre OE 2017

PCP questiona Ministro da Cultura sobre OE 2017

PCP questiona Ministro da Defesa Nacional sobre OE 2017

PCP questiona Ministro da Ciência e do Ensino Superior sobre OE 2017

PCP questiona Ministro do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social sobre OE 2017

PCP questiona Ministro da Saúde sobre OE 2017

PCP questiona Ministra da Administração Interna sobre OE 2017

PCP questiona Ministro da Educação sobre OE 2017

PCP questiona Ministro da Economia sobre OE 2017

PCP questiona Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa sobre OE 2017

PCP questiona Ministra da Justiça sobre OE 2017

PCP questiona Ministro Adjunto sobre OE 2017

PCP questiona Ministro das Finanças sobre OE 2017

A intervenção e as propostas do PCP

(consultar)

OE 2017 – 1º conjunto de propostas

OE 2017 - 2º conjunto de propostas

OE2107 – 3º conjunto de propostas

OE2017 – 4º conjunto de propostas

Debate na Especialidade do OE2017- Plenário

Melhorar respostas e soluções

Intervenção de João Oliveira sobre as propostas do PCP

Intervenção de Rita Rato sobre as proposta do PCP para valorização de direitos e rendimentos e o combate à precariedade

Intervenção de Miguel Tiago sobre a matéria do gestor público e dos membros do conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos

Intervenção de Ana Mesquita sobre a proposta do PCP para reforço do número de assistentes operacionais nas escolas

Intervenção de Carla Cruz sobre a proposta do PCP para contratação de profissionais de saúde

Intervenção de Rita Rato sobre a proposta do PCP para reforço de meios da Autoridade para as Condições de Trabalho

Intervenção de Diana Ferreira sobre a proposta do PCP na proteção social

Intervenção de Diana Ferreira sobre a proposta do PCP para aumento das pensões

Intervenção de Paulo Sá sobre a proposta do PCP para a redução de encargos e reversão de parcerias público-privadas

Intervenção de Ana Virgínia Pereira sobre a proposta do PCP para o serviços de águas, saneamento e resíduos

Intervenção de Ana Mesquita sobre a proposta do PCP para reforço dos assistentes operacionais nas escolas

Intervenção de Paula Santos sobre as propostas do PCP para as Autarquias Locais

Intervenção de João Oliveira sobre as matérias em torno da Caixa Geral de Depósitos

Intervenção de Ana Mesquita sobre as propostas do PCP para a educação

Intervenção de Bruno Dias sobre as propostas do PCP para a área da energia

Intervenção de Paulo Sá sobre a proposta do PCP para a sobretaxa

Intervenção de Bruno Dias sobre as propostas do PCP para as pequenas e médias empresas

Intervenção de João Ramos sobre a proposta do PCP para a pequena pesca artesanal e costeira

Intervenção de Ana Mesquita sobre as propostas do PCP para a cultura

Intervenção de João Ramos sobre as propostas do PCP para valorizar a produção nacional

Intervenção de Rita Rato sobre as propostas do PCP para os trabalhadores da administração pública

Propostas do PCP aprovadas no primeiro dia de votações na especialidade do OE2017

Propostas do PCP aprovadas no segundo dia de votações na especialidade do OE2017

Declaração de Jerónimo de Sousa – PCP anuncia voto a favor do Orçamento do Estado para 2017

Intervenção de encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2017

João Oliveira - Novos avanços para continuar a luta

Medidas aprovadas por proposta ou contributo do PCP

Trabalho e Administração Pública

Reposição da contratação coletiva:

É retomada a aplicação dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho no Sector Público Empresarial. A aprovação desta proposta é de um enorme alcance no plano dos direitos dos trabalhadores com contratação coletiva. Significa a devolução dos direitos consignados nos contratos e acordos coletivos aos trabalhadores. A partir de janeiro de 2017 proceder-se-á ao pagamento de subsídio de refeição, trabalho

extraordinário e trabalho noturno por inteiro e os suplementos remuneratórios e restantes matérias serão pagos 50% em julho 2017 e 100% em janeiro 2018.

Aumento do subsídio de refeição na Função Pública:

Aumento do subsídio de refeição num valor de 5,5 euros/mês em janeiro a que se acrescentam mais 5,5 euros mês assegurando 11 euros/mês a partir de agosto.

Combate à precariedade na Administração Pública:

Serão identificadas as necessidades permanentes dos serviços, abertas vagas nos mapas de pessoal e iniciados os procedimentos de contratação até 31 de outubro de 2017. O objetivo é proceder à vinculação dos trabalhadores valorizando a experiência de quem já desempenhava as respetivas funções.

Consolidação de mobilidades intercarreiras e intercategorias:

A aprovação desta proposta permite a consolidação de inúmeras situações de mobilidade, nomeadamente a mobilidade intercarreiras, em especial em carreiras de grau de complexidade funcional diferente e intercategorias. A consolidação da mobilidade intercarreiras e intercategorias é positiva para os trabalhadores, assegurando a estabilidade do seu vínculo.

Possibilidade de levantamento das restrições ao pagamento do trabalho extraordinário ou suplementar:

Consagração da possibilidade de definição de regimes de pagamento do trabalho extraordinário ou suplementar, designadamente no sector da saúde

Interconexão de dados entre a Administração Fiscal, a Segurança Social e a Autoridade para as Condições do Trabalho para combater a precariedade:

Com vista ao cumprimento da legislação laboral, nomeadamente no combate à precariedade, a Autoridade Tributaria e Aduaneira e a Segurança Social cooperarão com a Autoridade para as Condições do Trabalho podendo disponibilizar dados necessários e determinantes para o desenvolvimento de ações inspetivas e desencadear os mecanismos legais adequados, dando-se um passo decisivo no combate ao falso trabalho independente e ao trabalho não declarado.

Garantia do acesso ao transporte para os trabalhadores das empresas públicas de transportes:

Foi aprovada a manutenção do acesso dos trabalhadores ao acesso aos transportes públicos

Reforço de meios da Autoridade para as Condições de Trabalho:

Reforço do quadro de inspetores e técnicos superiores, como forma de adequação dos procedimentos inspetivos a uma intervenção eficaz, em matéria de inspeção do trabalho, no quadro da defesa dos direitos dos trabalhadores consagrados na Constituição e dando combate às práticas ilegais que marcam diariamente a realidade laboral e que afetam milhares de trabalhadores

Pagamento do Subsídio de Natal:

Compromisso de reposição do pagamento por inteiro do subsídio de Natal em novembro, correspondendo a um direito dos trabalhadores, com um regime transitório em 2017 de pagamento de 50% em novembro.

Segurança Social

Aumento das pensões e aumento extraordinário das Pensões:

Além do aumento geral das pensões, haverá um aumento extraordinário para os pensionistas com pensões até 629 euros no valor de 10 euros a partir de agosto de 2017. Nas pensões mínimas regista-se também um aumento extraordinário (no valor de 6 euros) embora não atinjam o valor de 10 euros, como o PCP propôs.

Alargamento da atribuição do abono de família:

Em 2017 será alargado a atribuição do abono de família, quer em número de crianças abrangidas, quer no seu montante. O abono de família será ainda majorado para as crianças até 36 meses. Trata-se de uma importante medida para reforçar a proteção de crianças e jovens, contribuindo para a melhoria das condições de crianças e jovens e simultaneamente combater a pobreza infantil, que alastrou nos últimos anos devido à degradação das condições de vida das famílias e dos cortes nas prestações sociais.

Alargamento da majoração do montante do subsídio de desemprego e do subsídio por cessação de atividade:

Eliminação da pensão de alimentos enquanto elemento para atribuição da majoração do montante do subsídio de desemprego.

Medida de apoio a desempregados de longa duração:

É prorrogada em 2017 a medida de apoio a desempregados de longa duração aprovada por proposta do PCP no OE 2016.

Amas familiares:

Prorrogação por um ano do regime aprovado no OE 2016 para contratação das amas da Segurança Social.

Fundo Especial de Segurança social dos Profissionais de Banca dos Casinos:

Transferência de verbas para assegurar a estabilidade do Fundo Especial de Segurança Social dos Profissionais de Banca dos Casinos e o pagamento das respetivas prestações sociais.

Deficiência

Eliminação das barreiras arquitetónicas:

Durante 2017, o Governo, através do IHRU, elaborará um relatório sobre a situação das acessibilidades a nível nacional e adotará as medidas conducentes para que seja cumprida a legislação sobre acessibilidades e para que sejam progressivamente eliminadas as barreiras arquitetónicas e efetuadas as adaptações necessárias.

Equiparação dos prémios de mérito desportivo nas provas paralímpicas aos atribuídos nas provas olímpicas:

A aprovação desta proposta do PCP sinaliza a valorização e o reconhecimento do enorme trabalho dos atletas paralímpicos. Com a equiparação dos prémios atribuídos aos atletas paralímpicos aos dos atletas olímpicos, pondo fim a uma situação de discriminação e exclusão, cumprindo princípios constitucionais e princípios vertidos num conjunto de instrumentos jurídicos nacionais e internacionais e valorizando, devidamente, aquela que é a participação destes atletas num conjunto de competições europeias e mundiais, bem como nos Jogos Paralímpicos.

Setores Produtivos

Desconto no preço da gasolina consumida na pequena pesca artesanal e costeira:

Foi aprovada a aplicação de um regime de desconto no preço final da gasolina consumida, com uma redução equivalente ao que resulta da redução de taxa aplicada ao gasóleo na pequena pesca artesanal e costeira, o que permite reduzir os elevados custos com os fatores de produção que afetam negativamente esta atividade.

Aumento do apoio a pequenos agricultores no gasóleo agrícola:

Foi aprovado a redução em 3 cêntimos do gasóleo agrícola para as explorações até cinco hectares nos consumos até 1000 litros de gasóleo, com o objetivo de reduzir os elevados custos com os fatores de produção e aumentar a rentabilidade da atividade agrícola dos pequenos e médicos agricultores.

Alargamento do Fundo de Compensação Salarial para os Profissionais da Pesca:

Serão realizadas as alterações à legislação que regulamenta o Fundo de Compensação Salarial para os profissionais da pesca, no sentido do alargamento das compensações pagas ao abrigo deste Fundo a todas as situações de paragens, nomeadamente por motivos relacionados com paragens biológicas e gestão de stocks.

Micro Pequenas e Médias Empresas

Redução progressiva do Pagamento Especial por Conta:

Indo ao encontro de uma reivindicação das micro, pequenas e médias empresas, abriu-se o caminho para a progressiva redução do Pagamento Especial por Conta até à sua definitiva eliminação em 2019, iniciando em 2017 com uma redução de 1000 euros para 850 euros

Energia

Prolongamento da tarifa regulada de energia elétrica:

Com a aprovação desta proposta é prolongado o prazo para a extinção das tarifas transitórias para fornecimentos de eletricidade aos clientes finais de baixa tensão normal, até 31 de Dezembro de 2020. A manutenção por mais três anos da tarifa regulada possibilita uma maior fiabilidade e confiança para o consumidor avaliar as tarifas dos contratos no mercado liberalizado e o combate a preços de monopólio. A regulamentação da fixação do valor da tarifa transitória, regulada pela ERSE, deve corresponder ao valor médio de mercado.

Redução do preço do gás de garrafa:

Aprovação de um regime para redução do preço do gás de garrafa, adequando o seu regime de preços às necessidades dos consumidores.

Extinção da Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis e regulação dos sectores petrolíferos e dos biocombustíveis:

Em 2017 será extinta a entidade nacional para o mercado de combustíveis integrando todas as atividades de regulação pública dos diversos sectores energéticos (eletricidade, gás natural, combustíveis fósseis e outros) numa única entidade, com claras vantagens quanto ao acompanhamento, monitorização e regulação de sectores que se articulam e interinfluenciam e as poupanças de recursos públicos evitando a duplicação de entidades.

Criação do Operador Logístico de Mudança de Comercializador (OLMC), sem agravamento de custos para os clientes finais de eletricidade e de gás natural:

Ficou assegurado que a criação do operador logístico de mudança de comercializador não terá mais custos para os clientes finais de eletricidade e de gás natural.

Criação da Agência Fiscalizadora da Energia:

O Governo procede em 2017 à reestruturação orgânica da fiscalização no sector energético, designadamente concentrando as atuais competências dispersas entre a ASAE, a ENMC e a DGEG numa entidade fiscalizadora especializada para o sector energético, a Agência Fiscalizadora da Energia, dotada de meios, recursos humanos e conhecimentos especializados para responder, numa visão integrada e com abordagem em toda a dimensão, diversidade e complexidade do sector energético.

Política Fiscal

Redução do IRS para famílias em que um dos membros do casal aufere um rendimento inferior a 95% do outro:

As tabelas do IRS respeitantes a «casado, único titular» aplicam-se aos rendimentos auferidos por titulares casados e não separados judicialmente de pessoas e bens, quando apenas um dos cônjuges aufira rendimentos englobáveis, ou, auferindo-os ambos, o rendimento de um deles seja igual ou superior a 95% do rendimento englobado.

Alargamento da dedução das despesas de educação no IRS:

Ficou assegurado que as despesas de educação referentes à alimentação em refeitório escolar, de alunos inscritos em qualquer grau de ensino, são dedutíveis à coleta de IRS independentemente da entidade que presta o referido serviço e da taxa de IVA aplicada.

Novo imposto sobre património imobiliário de elevado valor:

O património imobiliário habitacional acima de 600 mil euros passa a ser tributado como adicional ao IMI à taxa de 0,7% e acima de um milhão de euros à taxa de 1%. A criação deste novo imposto introduz maior justiça fiscal ao tributar a acumulação de imóveis de muito elevado valor.

Valor de referência do IAS para cálculo do IMI:

A aprovação desta norma transitória, clarifica que o valor de referência do IAS é de 475€ para assegurar o benefício fiscal – a isenção – do Imposto Municipal sobre Imóveis para famílias que se encontrem com algum tipo de incumprimento tributário devido à sua situação económica e social de muito baixos rendimentos

Avaliação Geral dos Prédios Rústicos:

Em 2017 o Governo procederá à reavaliação do valor patrimonial dos prédios rústicos de área superior a 50 hectares. Constitui uma medida que se integra numa maior justiça fiscal ao deixar de fora prédios abaixo dos 50 hectares que correspondem a pequenas e médias explorações agrícolas.

Economia

Isenção das taxas sobre as Autarquias Locais nas estradas nacionais:

Esta alteração põe fim à cobrança de taxas a entidades públicas, como autarquias locais, os serviços municipalizados e as empresas de capitais exclusivamente públicos, isentando-as, quando procedem à ocupação ou utilização de zonas de estradas nacionais para a realização de obras e atividades de captação e

distribuição de água, recolha, tratamento e rejeição de efluentes e recolha, transporte e deposição de resíduos sólidos urbanos da sua competência.

Regularização de acessos a estradas nacionais sem custos administrativos para os titulares de prédios:

A aprovação desta proposta impede que sejam imputados custos administrativos aos titulares dos prédios onde se localizam os acessos a estradas nacionais a regularizar, tendo em conta que eles já existiam à data da inclusão deste procedimento na lei.

Justiça

Registos e notariado:

Aprovada proposta para conclusão do processo de revisão dos estatutos profissionais dos trabalhadores das carreiras dos conservadores, notários e oficiais dos registos e notariado até ao final de 2017, o que permite a resolução do problema do estatuto remuneratório.

Não atualização do valor das custas processuais:

O aumento do Indexante de Apoios Sociais não é aplicado para efeito de atualização das custas processuais, isto é, em 2017 não há lugar à atualização das custas processuais, de forma a melhorar a acessibilidade dos cidadãos à justiça.

Educação

Gratuitidade dos manuais escolares para os alunos do 1º ciclo:

Alargamento da gratuitidade dos manuais escolares a todos os alunos do 1º ciclo para o ano letivo 2017/2018, abrangendo cerca de 370 mil crianças. A progressiva gratuitidade dos manuais escolares iniciada em 2016 introduz uma perspetiva de enorme alcance no combate às assimetrias e desigualdades sociais, no combate ao insucesso escolar e na garantia da efetiva gratuitidade do ensino e da igualdade no acesso e sucesso escolares.

Revisão dos critérios e fórmula de cálculo de atribuição de assistentes operacionais nas escolas:

A carência de assistentes operacionais nas escolas é uma realidade que cria constrangimentos diários no funcionamento das escolas. Com a aprovação desta proposta, serão revistos os critérios e fórmula de cálculo para a determinação do rácio de assistentes operacionais nas escolas, de forma a que respondam às necessidades e especificidades de cada escola e supram a falta generalizada destes trabalhadores.

Reposição dos apoios da Ação Social Escolar às visitas de estudo para estudantes dos escalões A e B da ação social escolar:

É reposto o apoio às visitas de estudo ao nível da ação social escolar aos alunos dos escalões A e B, pondo fim a uma profunda injustiça e desigualdade, de responsabilidade do anterior governo.

Ciência e Ensino Superior

Suspensão da atualização do valor das propinas no ensino superior:

No ano letivo 2017/2018 o valor mínimo e máximo das propinas não será atualizado. As propinas constituem efetivamente um obstáculo no acesso e frequência no ensino superior, pelo que o não aumento do seu valor

mínimo e máximo, ainda que insuficiente, insere-se numa perspetiva de minorar os seus impactos profundamente negativos nos estudantes.

Apresentação e entrega de dissertações, trabalhos de projetos, relatórios e teses em formato digital:

Na apresentação de entrega de dissertações, trabalhos de projetos, relatórios e teses passa a ser suficiente o formato digital, reduzindo bastante os custos para os estudantes.

Saúde

Substituição da subcontratação de empresas por contratação de profissionais de saúde:

Aprovada proposta para pôr fim à contratação de empresas de trabalhado temporário nos estabelecimentos públicos de saúde, substituindo gradualmente os contratos com estas empresas pela contratação direta dos profissionais de saúde, integrando-os nas carreiras e com vínculo à função pública para assegurar o funcionamento adequado dos serviços públicos de saúde.

Renovação dos contratos dos médicos internos:

A aprovação desta proposta dá uma maior estabilidade e uma perspetiva aos jovens médicos internos que em 2015 ficaram sem acesso à formação especializada. Para além destes médicos se manterem vinculados e ao serviço do SNS, serão criadas vagas de acesso ao internato médico em número adequado de forma a possibilitar o ingresso destes profissionais na formação médica especializada, cumprindo os requisitos da idoneidade formativa definidos no Regulamento do Internato Médico.

Aumento da quota de medicamentos genéricos para 40% em valor:

Durante o ano de 2017 serão adotadas medidas de incentivo à utilização dos medicamentos genéricos com vista a aumentar a quota destes medicamentos para os 40% em valor. A aprovação desta medida conduz a uma dupla poupança, para o Estado e para os utentes, e permite uma maior acessibilidade dos utentes à saúde e aumenta a adesão à terapêutica.

Estrutura de combate à toxicodependência, ao alcoolismo e a outras dependências:

O Governo, durante o ano de 2017, procede ao levantamento das consequências da extinção do IDT, IP e deve avaliar as condições para a criação, no âmbito da administração pública, de uma entidade dotada de autonomia administrativa e financeira que tenha como missão a coordenação, o planeamento, a investigação e a intervenção no combate à toxicodependência, ao alcoolismo e a outras dependências, integrando as vertentes da prevenção, da dissuasão, da redução de riscos e minimização de danos, do tratamento e da reinserção social.

Alteração ao regime geral das comparticipações do Estado no preço dos medicamentos, produtos e suplementos dietéticos e/ou nutricionais para crianças com sequelas que resultam da prematuridade:

As crianças nascidas com grande prematuridade necessitam de cuidados especiais, designadamente de apoio nutricional e de dispositivos técnicos, imprescindíveis para a sua sobrevivência e a qualidade de vida. Os custos decorrentes desta situação são muito elevados (podendo atingir entre 300 a 400 euros mensalmente) considerando que muitos deles não têm qualquer tipo de comparticipação. Com a aprovação desta proposta, proceder-se-á ao alargamento da comparticipação destes produtos e dispositivos o que permite desde já assegurar o direito à saúde destas crianças.

Cultura

Plano de intervenção na fortaleza de Peniche:

Na sequência da intervenção do PCP com vista a preservar a importância histórica da Fortaleza de Peniche, na resistência e na luta pela liberdade e democracia, o Governo elaborará um plano de intervenção urgente do Forte de Peniche, que detenha a degradação do complexo da Fortaleza, nomeadamente, das muralhas e dos edifícios da antiga prisão política de alta segurança ali instalada pelo regime fascista.

Reforço das verbas para o apoio às artes:

As verbas alocadas para o apoio às artes são reforçadas em 925 mil euros, com o objetivo de aumentar o número de candidaturas aprovadas e o montante a atribuir, no âmbito dos apoios anuais e dos apoios plurianuais. O aumento do orçamento dedicado a políticas culturais é uma condição para o aprofundamento do papel do Estado nas funções que a própria Constituição da República lhe atribui e é fundamental para a continuidade e existência das várias estruturas artísticas.

Gratuitidade da entrada nos Museus e Monumentos nacionais nos domingos e feriados:

Em 2017 será reposta a gratuitidade da entrada nos museus e monumentos nacionais nos domingos e feriados até às 14h para todos os cidadãos residentes no território nacional. Esta medida insere-se no princípio constitucional da democratização do acesso à cultura.

Programa de apoio à criação literária com a abertura de um concurso para doze bolsas de criação literária em 2017:

Cabe ao Estado o apoio à criação cultural. Com a provação desta medida, é reposto em 2017 o programa de apoio à criação literária, através da atribuição de doze bolsas de criação literária.

Comunicação Social

Transferência Automática da Contribuição para o Audiovisual para a RTP:

A transferência para a RTP das receitas relativas à contribuição para o audiovisual será efetuada de forma automática, na totalidade e com periodicidade mensal, sem estarem sujeitas a cativação, retenção ou compensação, assegurando assim o regular funcionamento da RTP.

Reforço da transferência de verbas para a Lusa:

Foi reforçada a transferência de verba para a Lusa no valor de 2,59 milhões de euros de forma a equiparar o valor previsto do Orçamento de Estado para 2017 ao de 2016, garantindo pelo menos as mesmas condições para o cumprimento das obrigações de serviço público a que a Lusa está obrigada, bem como as condições de trabalho dos seus trabalhadores

Defesa

Recomposição das carreiras dos Sargentos Fuzileiros Deficientes das Forças Armadas graduados em Sargento-Mor:

Com a aprovação desta proposta põe-se fim a uma inaceitável injustiça e desigualdade, aplicando o regime previsto no Decreto-Lei n.º 134/97, de 31 de maio aos Fuzileiros Deficientes das Forças Armadas graduados em

Sargento-mor que viram indeferidas as promoções que requereram ao abrigo desse diploma legal, permitindo desta forma a graduação dos militares na reforma através da recomposição da sua carreira.

Regiões Autónomas

Hospital Central da Madeira:

O Governo, em cooperação com os órgãos de governo próprio da Região Autónoma da Madeira, deve desenvolver as diligências necessárias à conceção e construção do novo Hospital Central da Madeira em condições que permitam a sua consideração como projeto de interesse comum por razões de interesse nacional, de forma a superar os sucessivos adiamentos e impasses a que este investimento tem sido sujeito e que é tão necessário para o acesso à saúde na Madeira.

Reforço dos meios de combate a incêndios e de apoio às populações na Região Autónoma da Madeira:

O Governo executa, em cooperação com os órgãos de governo próprio da Região Autónoma da Madeira, o reforço dos meios de combate aos incêndios na Região Autónoma da Madeira, equacionando, designadamente, a utilização de meios aéreos, e o reforço do apoio às populações afetadas, garantindo a recuperação das habitações e outros bens materiais.

Não atualização das subvenções parlamentares:

Em 2017 as subvenções parlamentares atribuídas a cada grupo parlamentar, ao deputado único representante de um partido e ao deputado não inscrito em grupo parlamentar da Assembleia da República teriam um aumento automático por efeito da atualização do valor do IAS. Com a aprovação desta proposta, as subvenções parlamentares mantêm o valor de 2016

Debate do Orçamento do Estado para 2016

Dar resposta a problemas imediatos e a expectativas dos trabalhadores e do povo português

Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª Aprova o Orçamento do Estado para 2016

Pesquisa de propostas de alteração - site do OE2016

Declaração de João Oliveira sobre a proposta de Orçamento do Estado para 2016

Apresentação OE - debate com Ministro das Finanças

Apresentação OE (Orçamento da Segurança Social) – debate com Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Debate na Generalidade do OE2016

Um Orçamento com sinais de inversão no caminho de regressão social e civilizacional que estava em curso (22/02/16)

Intervenção de Jerónimo de Sousa "Tudo faremos para encontrar respostas às aspirações e à luta dos portugueses"

Intervenção de João Oliveira "É o primeiro Orçamento em cinco anos sem o cutelo das inconstitucionalidades"

Intervenção de Paulo Sá "É necessária uma profunda alteração da política fiscal"

Intervenção de Paula Santos "A luta dos trabalhadores, dos reformados e do povo não permitiu que PSD e CDS continuassem no Governo"

Intervenção de Paulo Sá "Romper com as imposições externas para garantir o prosseguimento da recuperação de direitos e rendimentos"

Intervenção de Paulo Sá "Mais cortes, mais exploração, mais empobrecimento, seria este o orçamento de PSD/CDS"

Intervenção de Miguel Tiago "Só uma banca nas mãos do povo, pode estar ao serviço do pais"

Intervenção de António Filipe "Mais cortes, mais exploração, mais empobrecimento, seria este o orçamento de PSD/CDS"

Intervenção de Rita Rato "O que custa à direita é que estamos aqui a discutir direitos e não caridade"

Intervenção de Diana Ferreira "Com PSD e CDS no Governo, estaríamos a discutir cortes nos salários, pensões, prestações sociais e direitos."

Intervenção de Bruno Dias "É preciso dar mais passos e não abrandar neste caminho de mudança que o povo exigiu"

Intervenção de Francisco Lopes "Não desaproveitar nenhuma oportunidade para melhorar as condições de vida"

Debate na Especialidade do OE2016 – debate na Comissão

PCP questiona Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre OE 2016

PCP questiona Ministro da Economia sobre OE 2016

PCP questiona Ministra da Presidência e Modernização Administrativa sobre OE 2016

Audição da Associação Nacional de Municípios Portugueses

Audição da Associação Nacional de Freguesias

PCP questiona Ministra do Mar sobre OE 2016

PCP questiona Ministro do Planeamento e das Infraestruturas sobre OE 2016

PCP questiona Ministro da Defesa sobre OE 2016

PCP questiona Ministro da Cultura sobre OE 2016

PCP questiona Ministra da Justiça sobre OE 2016

PCP questiona Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre OE 2016

PCP questiona Ministro da Educação sobre OE 2016

PCP questiona Ministro do Ambiente sobre OE 2016

PCP questiona Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural sobre OE 2016

PCP questiona Ministro da Saúde sobre OE 2016

PCP questiona Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre OE 2016

PCP questiona Ministra da Administração Interna sobre OE 2016

PCP questiona Ministro-Adjunto sobre OE 2016

PCP questiona Ministro das Finanças sobre OE 2016

A intervenção e as propostas do PCP

(consultar)

OE 2016 - PCP intervém em defesa das Amas familiares da Segurança Social

OE 2016 - PCP intervém em defesa dos trabalhadores a "recibos-verdes"

OE 2016 - PCP intervém em defesa dos trabalhadores do sector do turismo e das Entidades Regionais de Turismo

OE 2016 – PCP em defesa do apoio às artes e do orçamento para a cultura

OE 2016 - Apoio extraordinário a desempregados de longa duração sem apoio social

OE 2016 - PCP dá voz à produção nacional e às micro, pequenas e médias empresas

Conferência de Imprensa - PCP divulga primeiro conjunto de propostas de alteração ao OE 2016

Conferência de Imprensa - PCP divulga segundo conjunto de propostas de alteração ao OE 2016

OE 2016 – PCP em defesa da Água Pública e da Conservação da Natureza

OE 2016 - PCP intervém para baixar a contribuição dos trabalhadores para a ADSE e para outros subsistemas de saúde públicos

OE 2016 - PCP intervém para melhorar o acesso aos cuidados de saúde por parte doentes crónicos

OE 2016 - PCP intervém para Valorizar os Profissionais de Saúde, Cuidados de Saúde Primários e o Serviço Nacional de Saúde

OE 2016 - PCP defende a criação de um novo regime transitório para a obtenção do grau de doutor e a sua contratação efetiva, com vínculo público

OE 2016 - PCP propõe a integração na carreira dos Bolseiros de Investigação Científica

OE 2016 - PCP propõe o impedimento do aumento de propinas no Ensino Superior Público

OE 2016 - PCP propõe abertura de concursos de recrutamento e reforço do financiamento no Ensino Superior e nos Laboratórios do Estado

OE 2016 - PCP intervém para Valorizar e Reforçar os apoios às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo

OE 2016 - PCP intervém em defesa dos direitos dos professores

OE 2016 - PCP defende a gratuitidade dos manuais escolares

OE 2016 - PCP defende a Escola Pública e inclusiva

OE 2016 - PCP defende a valorização da Escola Pública

Conferência de Imprensa -PCP divulga terceiro conjunto de propostas de alteração ao OE 2016

OE 2016 – Propostas do PCP aprovadas no primeiro dia de debate e votações na especialidade

OE 2016 – Aprovada a proposta do PCP que garante manuais escolares gratuitos para os alunos do 1º ano do 1º ciclo

OE 2016 – Aprovada proposta do PCP de redução da taxa máxima do IMI

Debate na Especialidade do OE2016- Plenário

Intervenção de Rita Rato Sobre as proposta do PCP para o reforço dos apoios sociais

Intervenção de Miguel Tiago Sobre as propostas do PCP para os Bolseiros de Investigação Científica

Intervenção de Diana Ferreira Sobre as propostas do PCP para as Amas da Segurança Social e Recibos Verdes

Intervenção de Jorge Machado Sobre as propostas do PCP para redução de contribuições na ADSE, SAD e ADM

Intervenção de João Oliveira Sobre as propostas do PCP para a reposição de rendimentos e direitos

Intervenção de Rita Rato Sobre a proposta do PCP para o levantamento da precariedade na Administração Pública

Intervenção de João Oliveira "PSD e CDS não se conformam com a devolução de rendimentos e direitos"

Intervenção de Paulo Sá Sobre a proposta do PCP para a criação de um Imposto extraordinário sobre o Património Mobiliário

Intervenção de Bruno Dias Sobre a proposta do PCP para a redução do PEC aos MPME

Intervenção de Ana Virgínia Pereira Sobre a proposta do PCP para a Gratuidade progressiva dos manuais escolares

Intervenção de Bruno Dias Sobre a proposta do PCP para a reposição do direito ao transporte dos trabalhadores transportes

Intervenção de Paula Santos Sobre a proposta do PCP para o reforço da autonomia do Poder Local

Intervenção de Paula Santos Sobre a proposta do PCP para a redução da taxa máxima do IMI

Intervenção de João Ramos Sobre a proposta do PCP para valorizar a pequena agricultura e pesca

Intervenção de Miguel Tiago Sobre a proposta do PCP para fixação do valor máximo da propina no Ensino Superior

Intervenção de Carla Cruz Sobre a proposta do PCP para a Isenção de taxas moderadoras para doentes crónicos

Intervenção de Ana Mesquita Sobre a proposta do PCP para o reforço do Orçamento para património cultural

Intervenção de Carla Cruz Sobre a proposta do PCP para reforço das verbas do Conselho das Comunidades Portuguesas

Intervenção de João Oliveira "Levar mais longe a luta dos trabalhadores e do povo"

Intervenção de Paula Santos Sobre a proposta do PCP para a redução da taxa máxima do IMI

Intervenção de Carla Cruz Sobre a proposta do PCP para a Isenção de taxas moderadoras para doentes crónicos

Intervenção de encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2016

João Oliveira - "O Orçamento que hoje aqui se aprova dá um sinal de que é possível uma outra política"

Medidas aprovadas por proposta ou contributo do PCP

- Cláusula de salvaguarda do IMI
- Redução da taxa máxima do IMI
- Redução e isenção de taxas moderadoras
- Gratuitidade dos manuais escolares no 1.º ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico já no próximo ano letivo e alargamento progressivo da gratuitidade aos restantes anos e ciclos de ensino
- Não aumento dos valores máximo e mínimo das propinas
- Preferência à agricultura familiar e pesca tradicional e costeira nos apoios comunitários financiados com receita consignada
- Isenção do isv nos veículos de proteção e socorro dos bombeiros
- Contratação de médicos de família aposentados para responder a necessidades imediatas
- Renovação dos contratos dos médicos internos
- Redução do iva da restauração para 13%
- Eliminação do coeficiente familiar e reposição das deduções por filho em sede de IRS
- Medida extraordinária de apoio a desempregados de longa duração
- Fim das restrições à contratação de trabalhadores nas autarquias locais
- Revisão da base de cálculo das contribuições dos trabalhadores independentes
- Descongelamento em 2017 do IAS - indexante dos apoios sociais

- Combate à precariedade na administração pública e no sector empresarial do estado
- Autonomia das instituições do ensino superior para contratação de pessoal
- Prorrogação da atividade das amas familiares

6. Debate do Estado da Nação

IV Sessão Legislativa (10/07/19)

Intervenção de Jerónimo de Sousa - «O estado da Nação é o estado de um país que recuperando direitos e rendimentos, recuperou a esperança no futuro»

Intervenção de Diana Ferreira - «Podia e devia ter-se ido mais longe na resposta aos problemas sociais, não fosse a recusa pelo Governo PS de propostas apresentadas pelo PCP»

Intervenção de Carla Cruz - «É ainda tempo de concretização de todas essas medidas inscritas no OE para que o SNS dê respostas mais céleres e adequadas aos utentes»

Intervenção de Jerónimo de Sousa - «É nossa profunda convicção que Portugal não está condenado ao atraso. O PCP tem soluções para os problemas nacionais»

Intervenção de Rita Rato - «A diminuição do desemprego é positiva, o aumento do emprego é importante, mas o aumento do emprego com direitos é imprescindível»

III Sessão Legislativa (13/07/18)

Intervenção de Jerónimo de Sousa - «O Estado da Nação está marcado pelas consequências das opções feitas nestes dois anos e meio»

Intervenção de João Oliveira - «O caminho tem de ser do investimento, melhoria do serviço público e valorização dos trabalhadores»

Intervenção de Ana Mesquita - «A intervenção do PCP foi decisiva na defesa do direito constitucional do povo à criação e à fruição cultural»

Intervenção de Jerónimo de Sousa - «É preciso fazer escolhas que sirvam os trabalhadores, o povo e o País e isso exige romper com os constrangimentos que o inviabilizam»

Intervenção de António Filipe - «Os portugueses podem continuar a contar com o PCP na defesa dos seus Direitos fundamentais»

II Sessão Legislativa (12/07/17)

Intervenção de Jerónimo de Sousa – "O estado da Nação revela, com a força da realidade que o País precisa da política patriótica e de esquerda"

Intervenção de Jerónimo de Sousa – "Somos nós e não outros que temos de determinar da nossa vida e do nosso devir coletivo"

Intervenção de João Oliveira – "Valorizamos o que foi alcançado, mas é preciso ir muito mais longe"

Intervenção de Paula Santos – "É preciso contratar os profissionais de saúde em falta"

Intervenção de Carla Cruz – "Décadas de política de direita marcam ainda a grave situação na área da saúde"

I Sessão Legislativa (07/07/16)

Intervenção de Jerónimo de Sousa - "Viver de pé numa Nação que queremos soberana com um povo que tem o direito a determinar o seu futuro!"

Intervenção de Jerónimo de Sousa - "Afirmar a soberania e a necessidade de nos libertarmos dos constrangimentos da UE"

Intervenção de Bruno Dias - "O investimento público é um fator de crescimento económico e de criação de emprego"

Intervenção de João Oliveira - "O que custa a PSD e CDS é a devolução ao povo do que lhes foi roubado"

7. Debates Quinzenais com o Primeiro-Ministro

Data	Tema
18/06/19	«Há um conjunto de medidas de reforço do SNS que devem ser tomadas e que não estão dependentes da discussão da Lei de Bases da Saúde»
06/06/19	«O aumento dos salários é uma emergência para garantir a dignidade de quem trabalha»
13/05/19	«A luta vai continuar para que a reposição de direitos seja concretizada»
02/05/19	«O PCP defende o aumento geral dos salários e um aumento significativo do Salário Mínimo Nacional para os 850 euros mensais»
17/04/19	«O caminho do progresso não é o da privatização, é o da defesa da Segurança Social pública, universal e solidária»
04/04/19	«Com o contributo do PCP houve redução dos impostos para quem trabalha com mais justiça fiscal»
19/03/19	«A melhoria da condição económica é resultado da reposição de salários, reformas e direitos»
07/03/19	«Se o Estado paga o Banco, o Estado deve gerir o Banco ao serviço do País»
06/02/19	«É necessária a valorização geral dos salários em Portugal»
25/01/19	PCP questiona Primeiro-Ministro sobre o atraso dos aumentos do abono de família
11/01/19	«É avançando, indo mais longe que melhoraremos a vida dos portugueses e combateremos a pobreza»
11/12/18	«Trabalhadores e reformados voltaram, este ano, a receber o subsídio de Natal por inteiro e na data devida»
10/10/18	«A vida mostrou que a política de reposição de rendimentos e direitos foram fatores de crescimento económico e do emprego»
26/09/18	«É preciso assegurar o aumento do salário mínimo para 650 euros em Janeiro de 2019»
20/06/18	«São muitos os problemas que se arrastam no tempo sem que o Governo tome as medidas necessárias»
05/06/18	«Não se defende a contratação coletiva mantendo a sua caducidade e acentuando as condições para a eliminação de Direitos»
23/05/18	«É necessário fazer concursos públicos e integrar os trabalhadores nos quadros»
09/05/18	«Enquanto os salários reais subiam umas décimas, a riqueza dos 25 mais ricos de Portugal crescia 26.9%»
18/04/18	«Em nome da crise exigiam sacrifícios ao povo, agora é o sucesso que serve a continuação dos sacrifícios»
05/04/18	«As dificuldades que estão criadas no apoio às artes contrastam com a disponibilidade que continua a existir para a banca»
15/03/18	«Os trabalhadores são os principais atores de conquistas, lutando durante décadas, para ter o direito à greve, à contratação e a horários justos»
28/02/18	«A valorização do trabalho é um elemento central da política alternativa que o país precisa»
14/02/18	«O progresso tecnológico exige ser acompanhado pelo progresso social»
01/02/18	«A defesa dos direitos dos trabalhadores vai muito para lá da alteração da legislação laboral»
09/01/18	«Não foram poucas as vezes que estivemos praticamente sozinhos na luta contra as privatizações»
20/12/17	«O PCP propôs o aumento para 600 euros em Janeiro de 2018 e o PS recusou»
06/12/17	«Onde sobram promessas, faltam trabalhadores, faltam medidas»
18/10/17	«Está disposto a gastar na Floresta tanto como o Estado gastou na salvação do Banif?
04/10/17	«Sem a luta dos trabalhadores não há direitos que possam ser defendidos»
28/06/17	«Está o governo disponível para acudir à floresta portuguesa como se fosse um banco a precisar de resgate?»

08/06/17	«São os consumidores a suportar os milhões de lucros das grandes empresas de energia»
10/05/17	«O emprego e os direitos laborais são essenciais para o desenvolvimento do país»
26/04/17	«É do futuro de uma geração que estamos aqui a falar»
12/04/17	«Há um mar de problemas que precisam de respostas»
22/03/17	«Os donos da UE só aceitam os que se submetem à sua visão e seus interesses»
08/03/17	«Um crescimento económico sustentável exige uma rutura com o poder do capital monopolista»
22/02/17	«A culpa da fuga dos 10 mil milhões de euros não pode morrer solteira»
08/02/17	"O combate à precariedade deve ser assumido como uma política de Estado"
27/01/17	«O Estado tem sido promotor e estimulador da precariedade laboral»
17/01/17	«A valorização dos salários não pode estar atrelada à descida da TSU»
22/12/16	«É necessário ir às causas e aos causadores das desigualdades e pobreza»
07/12/16	«Valorizamos avanços, mas não iludimos limitações e insuficiências»
19/10/16	"É tempo de lembrar aos senhores da UE que quem manda em Portugal são os portugueses"
14/10/16	"Quem trabalhou uma vida inteira tem o direito a ter a sua reforma aumentada"
22/09/16	"O que tivemos não foi austeridade, foi uma política de exploração e de empobrecimento"
27/05/16	"É preciso corrigir as injustiças concretizadas nos últimos anos"
13/05/16	"O Tratado Transatlântico encerra sérias ameaças"
28/04/16	"Romper com a submissão às imposições da União Europeia"
15/04/16	"Há milhões de portugueses que precisam de respostas concretas aos problemas das suas vidas"
30/03/16	"A solução na defesa dos interesses nacionais é a da nacionalização do Novo Banco"
16/03/16	"A União Europeia está lançada numa deriva reacionária e xenófoba extremamente perigosa face ao drama dos refugiados"
12/02/16	"Devolver a esperança aos portugueses, é isso que o governo tem de concretizar"
29/01/16	"Para haver um Estado moderno, os trabalhadores têm de ser respeitados"
15/01/16	"Não estamos a inventar direitos novos, estamos a repor o que pertence aos trabalhadores e ao povo"
16/12/15	Recuperar o que foi roubado e colocar o país a produzir
15/06/15	"Muitos dos problemas da Caixa resultam das opções das administrações e de sucessivos governos"

8. Declarações Políticas

Data	Deputado	Tema
02/07/19	Ana Mesquita	A gratuitidade dos manuais escolares tem de ser para todos e não pode ser alvo de sabotagem
29/05/19	Bruno Dias	«Sempre dissemos e repetimos: é indispensável reforçar a capacidade de resposta das empresas de transportes»
08/05/19	João Oliveira	«A cinco meses de eleições legislativas o que o País precisa é de avançar com uma política alternativa que faz falta para resolver os problemas nacionais»
25/04/19	Diana Ferreira	«Abril pertence ao povo – foi a sua força que o construiu, será a sua força que o consolidará»
10/04/19	João Dias	A seca e as suas consequências na produção agrícola e pecuária
13/03/19	Paula Santos	Desvincular Portugal do Tratado Orçamental
30/01/19	Ana Mesquita	«Estamos ainda longe do reconhecimento pleno e efetivo do trabalho com direitos aos trabalhadores científicos e do superior»
16/01/18	Bruno Dias	«Os CTT são um instrumento insubstituível para a coesão social, económica e territorial»
19/12/18	Rita Rato	«É urgente combater a desregulação do horário de trabalho, a revogação dos bancos de horas, adaptabilidades, horários concentrados»
03/10/18	António Filipe	Declaração Política sobre as Jornadas Parlamentares do PCP em Santarém
20/09/18	Diana Ferreira	«Quem trabalhou durante 40 ou mais anos tem o direito de se poder reformar sem ser penalizado por isso»
02/05/18	Rita Rato	O PCP bater-se-á pelo aumento geral dos salários e a fixação do SMN em 650€ em Janeiro de 2019
25/04/18	Paulo Sá	«Exercendo as conquistas de Abril, o povo afirmou-se como protagonista na construção de uma nova e mais justa sociedade»
21/03/18	Ana Mesquita	PCP anuncia a entrega de Projetos que visam uma nova Lei do Financiamento e uma Lei-Quadro da Ação Social Escolar
21/02/18	Diana Ferreira	«O capital estrangeiro controla a maior operadora de telecomunicações do país»
07/02/18	João Ramos	«Foram anos de desinvestimento e abandono de vastos territórios do interior do país»
04/01/18	Bruno Dias	Dos CTT ao sector dos transportes, a degradação dos Serviços Públicos tem que ser travada!
11/10/17	Jorge Machado	«Atacar o problema das florestas passa desde logo por garantir o cumprimento da legislação florestal»
21/06/17	Jerónimo de Sousa	«Quando se apagarem os holofotes mediáticos não permitamos que se volte a cair no esquecimento»
18/05/17	Rita Rato	«O aumento do horário de trabalho é diretamente proporcional ao aumento dos lucros dos grupos económicos»
25/04/17	Jorge Machado	«Inspirados em Abril e no tempo em que vivemos temos presente a força do povo»
29/03/17	António Filipe	«É preciso dizer basta às ameaças, à chantagem e às ingerências que nos chegam da União Europeia»
15/03/17	João Ramos	«No SNS não pode haver profissionais de primeira e profissionais de segunda»
15/02/17	Paula Santos	"Descentralizar implica o poder de executar mas também, e indispensavelmente, o poder de decidir"
01/02/17	Ana Mesquita	«A luta em geral contra a precariedade é também a luta pela defesa da Escola Pública»
05/01/17	Carla Cruz	«São precisas medidas imediatas para dar resposta os graves problemas do SNS»
14/12/16	Bruno Dias	A degradação do serviço público postal e o ataque aos direitos dos trabalhadores dos Correios
29/09/16	Miguel Tiago	"A União Europeia continua a prolongar a chantagem sobre os portugueses"

15/09/16	João Oliveira	"Este caminho só pode fazer-se com o envolvimento dos trabalhadores e do povo e a força da sua luta"
25/04/16	Rita Rato	"Aqui estamos, com os nossos sonhos, as nossas aspirações e a nossa luta a projetar Abril"
20/04/16	Paulo Sá	"Manobras de pressão, chantagem e ingerência por parte das instituições da União Europeia"
06/04/16	Diana Ferreira	"Vida autónoma, independente e digna – direito inalienável de todos e de cada um"
22/03/16	João Ramos	"Não poupar esforços para defender a produção nacional e a soberania alimentar"
03/02/16	Ana Mesquita	"Cultura é trabalho. E trabalho tem de ser trabalho com direitos"
06/01/16	João Ramos	"É necessário fazer investimento no Serviço Nacional de Saúde"
18/11/15	António Filipe	"A responsabilidade da formação dos Governos não é presidencial, mas parlamentar"
21/06/15	Paulo Sá	"É escandaloso que os mais ricos entre os ricos não paguem os impostos devidos"

9. Jornadas Parlamentares

IV Sessão Legislativa

- **Jornadas Parlamentares, conjuntas com os Deputados do PCP no Parlamento Europeu, no Distrito de Braga, 18 e 19 de Fevereiro de 2019**

Portugal precisa de uma política patriótica e de esquerda para garantir o seu desenvolvimento soberano

Intervenção de abertura das Jornadas Parlamentares – João Oliveira

Intervenção de João Ferreira, Deputado do PCP no Parlamento Europeu - «Avançar na libertação do país, no aproveitamento das suas potencialidades, na melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo»

Intervenção de Jerónimo de Sousa – «Portugal precisa de concretizar uma política alternativa que inverta o progressivo agravamento dos problemas económicos e sociais»

Declaração de Carla Cruz sobre as visitas e encontros realizados durante as Jornadas Parlamentares

Intervenção de encerramento de João Ferreira, Deputado do PCP no Parlamento Europeu «O que faz falta são mais deputados comprometidos com a defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do país»

Apresentação das conclusões das Jornadas Parlamentares – João Oliveira

- **Jornadas Parlamentares no Distrito de Santarém, 1 e 2 de Outubro de 2018**

«Afirmar a Política Alternativa para o desenvolvimento do País»

Intervenção de abertura das Jornadas Parlamentares – João Oliveira

Intervenção de João Ferreira, Deputado do PCP no Parlamento Europeu - «A afirmação soberana do direito ao desenvolvimento é condição de defesa da própria democracia»

Intervenção de Jerónimo de Sousa - «Iniciamos as Jornadas Parlamentares visando aprofundar e afirmar propostas e os caminhos para um Portugal mais justo, mais solidário e mais desenvolvido»

Declaração de António Filipe sobre as visitas e encontros realizados durante as Jornadas Parlamentares

Apresentação das conclusões das Jornadas Parlamentares – João Oliveira

III Sessão Legislativa

- **Jornadas Parlamentares no Litoral Alentejano, 7 e 8 de junho de 2018**

Prosseguir a reposição de direitos e garantias, avançar na resposta aos problemas do País

Intervenção de abertura das Jornadas Parlamentares – João Oliveira

Intervenção de João Ferreira, Deputado do PCP no Parlamento Europeu - «Os fundos comunitários nunca compensaram os prejuízos que o país teve nos mais diversos domínios»

Intervenção de Jerónimo de Sousa – «Portugal precisa de concretizar uma política alternativa que inverta o progressivo agravamento dos problemas económicos e sociais»

Declaração de Paula Santos sobre as visitas e encontros realizados nas Jornadas Parlamentares

Intervenção de encerramento de João Ferreira, Deputado do PCP no Parlamento Europeu - «As "novas prioridades" do orçamento da União Europeia acentuam assimetrias, injustiças e desigualdades já hoje existentes»

Apresentação das conclusões das Jornadas Parlamentares – João Oliveira

- **Jornadas Parlamentares em Portalegre, 5 e 6 de fevereiro de 2018**

Investimento Público e Desenvolvimento do País

Intervenção de abertura das Jornadas Parlamentares – João Oliveira

Intervenção de Jerónimo de Sousa – «É necessário eliminar as normas gravosas do Código do Trabalho para repor direitos e rendimentos»

Declaração de João Ramos sobre as visitas e encontros realizados nas Jornadas Parlamentares

Apresentação das conclusões das Jornadas Parlamentares – João Oliveira

II Sessão Legislativa

- **Jornadas Parlamentares em Coimbra, 10 e 11 de Abril de 2017**

Libertar Portugal dos constrangimentos que o impedem de se desenvolver

Intervenção de abertura das Jornadas Parlamentares – João Oliveira

Intervenção de Jerónimo de Sousa – "Portugal precisa de afirmar a sua soberania e resistir ao rolo compressor da União Europeia e do euro"

Declaração de Ana Mesquita sobre as visitas e encontros realizados nas Jornadas Parlamentares

Apresentação das conclusões das Jornadas Parlamentares – João Oliveira

- **Jornadas Parlamentares no Porto, 10 e 11 de Outubro de 2016**

Defender a produção nacional, criar emprego, reforçar os direitos

Intervenção de abertura das Jornadas Parlamentares – João Oliveira

Intervenção de Jerónimo de Sousa - "Os portugueses podem contar com o PCP e com as suas propostas"

Declaração por ocasião da visita à exposição "Joan Miró: Materialidade e Metamorfose" patente na Fundação Serralves – João Oliveira

Declaração de Jorge Machado sobre as visitas e encontros realizados nas Jornadas Parlamentares

Apresentação das conclusões das Jornadas Parlamentares – João Oliveira

I Sessão Legislativa

- **Jornadas Parlamentares em Vila Real e Bragança, 11 e 12 de Abril e 2016**

Desenvolver o aparelho produtivo, criar emprego e melhorar as condições de vida

Intervenção de abertura das Jornadas Parlamentares – João Oliveira

Intervenção de Jerónimo de Sousa "Há outras soluções e outros caminhos capazes de garantir um Portugal mais soberano"

Declaração de Jorge Machado sobre as visitas e encontros realizados nas Jornadas Parlamentares

Apresentação das conclusões das Jornadas Parlamentares – João Oliveira

10. Comissões Eventuais

II Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco

Consultar trabalhos aqui

Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as consequências e responsabilidades políticas do furto do material militar ocorrido em Tancos

Consultar trabalhos aqui

Intervenção de Jorge Machado Sobre o relatório da CPI do furto do material militar ocorrido em Tancos

Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas

Consultar trabalhos aqui

Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030"

Consultar trabalhos aqui

Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade

Consultar trabalhos aqui

Intervenção de Bruno Dias sobre o relatório da CPI ao Pagamento de Rendas Excessivas de Eletricidade

Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do XXI Governo Constitucional no que se relaciona com a nomeação e a demissão da Administração do Dr. António Domingues

Consultar trabalhos aqui

Comissão Parlamentar de Inquérito ao processo que conduziu à venda e resolução do Banco Internacional do Funchal (BANIF)

Consultar trabalhos aqui

Página do PCP na Internet sobre a Comissão de Inquérito ao BANIF

Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco

Consultar trabalhos aqui

Declaração de voto do PCP sobre Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco

11. Projetos de Lei

http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/IniciativasLegislativas.aspx

Pjl	PCP	PS	PSD	CDS	BE	PEV	PAN
Apresentados	306	112	148	176	290	114	174
Aprovados VFG	*80*	*80*	*76*	*56*	*111*	*40*	*41*

(atualizado a25/07/19)

Tipo	Nº	Título	Área
Pjl	963	Condições de Saúde e Segurança no Trabalho nas Forças e Serviços de Segurança	Administração Interna
Pjl	881	Aprova o regime de regularização de cidadãos estrangeiros indocumentados (6.ª alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho)	Administração Interna
Pjl	837	Abre um período extraordinário de entrega voluntária de armas de fogo não manifestadas ou registadas	Administração Interna
Pjl	549	Altera o Estatuto da GNR repondo justiça no direito a férias (1.º alteração ao Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março)	Administração Interna
Pjl	547	Altera o Estatuto da GNR relativamente ao horário de referência semanal (1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março)	Administração Interna
Pjl	506	Programação de investimentos no sistema prisional	Administração Interna
Pjl	349	Aprova o estatuto da condição policial	Administração Interna
Pjl	347	Exclui a Polícia Judiciária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (4.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho)	Administração Interna
Pjl	343	Primeira alteração ao Decreto – Lei nº 233/2008, de 2 de dezembro que regulamenta o exercício do direito de associação pelos profissionais da Guarda Nacional Republicana (GNR)	Administração Interna
Pjl	1194	Fixa os critérios de atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (11ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas)	Administração Pública
Pjl	1193	Fixa o regime de atribuição e os montantes dos acréscimos em suplementos e outras compensações que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (11ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas)	Administração Pública
Pjl	845	Garante a atribuição do abono para falhas a todos os trabalhadores da Administração Pública que desempenhem funções de manuseamento de valores, numerário, títulos ou documentos (Terceira alteração ao Decreto-Lei nº 4/89, de 6 de janeiro)	Administração Pública
Pjl	712	Revoga a aplicação aos trabalhadores em funções públicas dos mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, procedendo à 5.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	Administração Pública
Pjl	608	Repõe o regime de férias na função pública, designadamente o direito a 25 dias de férias anuais e majorações de dias de férias em função da idade, procedendo à 8.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	Administração Pública
Pjl	591	Determina a aplicação do Acordo de Empresa da EPAL a todos os trabalhadores das empresas criadas no âmbito do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de Março	Administração Pública
Pjl	590	Regularização de pessoal contratado a título precário na Administração Autárquica e no Setor Empresarial Local	Administração Pública
Pjl	475	Estabelece condições de igualdade entre trabalhadores em matéria de progressão na carreira por opção gestionária	Administração Pública
Pjl	303	Repõe direitos e rendimentos e assegura o direito à contratação coletiva no setor público empresarial revogando as normas gravosas do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	Administração Pública
Pjl	215	Repõe o regime de férias na função pública, designadamente o direito a 25 dias de férias anuais e majorações de dias de férias em função da idade, procedendo à 3.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	Administração Pública

Pjl	135	Combate a precariedade, impedindo o recurso a medidas públicas ativas de emprego, para responder a necessidades permanentes dos serviços públicos, empresas e outras entidades	Administração Pública
Pjl	133	Programa Urgente de Combate à Precariedade Laboral na Administração Pública	Administração Pública
Pjl	74	Revoga o regime jurídico da Requalificação de Trabalhadores em Funções Públicas	Administração Pública
Pjl	7	Repõe as 35 horas por semana como período normal de trabalho na função pública, procedendo à 3ª alteração à Lei n.º35/2014, de 20 de junho	Administração Pública
Pjl	1219	Prorrogação da vigência do observatório técnico independente para análise, acompanhamento e avaliação dos incêndios florestais e rurais que ocorram no território nacional, criado pela Lei n.º 56/2018, de 20 de agosto	Agricultura e Pescas
Pjl	960	Alteração ao Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir no âmbito da formação de condutores de veículos agrícolas	Agricultura e Pescas
Pjl	938	Regula o cultivo de variedades agrícolas geneticamente modificadas (OGM)	Agricultura e Pescas
Pjl	840	Aprova os Estatutos da Casa do Douro	Agricultura e Pescas
Pjl	812	Estabelece critérios de indemnização pela concretização das servidões administrativas para criação de faixas de gestão de combustível e determina a responsabilidade pela sua execução e manutenção, procedendo à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho.	Agricultura e Pescas
Pjl	776	Regime excecional das redes secundárias de faixas de gestão de combustível	Agricultura e Pescas
Pjl	767	Estabelece os princípios gerais da carreira de médico veterinário municipal (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de maio)	Agricultura e Pescas
Pjl	758	Prorroga o mandato da Comissão Técnica Independente para a análise dos incêndios que ocorreram entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental	Agricultura e Pescas
Pjl	685	Cria a Comissão Técnica Independente para a análise dos incêndios que ocorreram entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental	Agricultura e Pescas
Pjl	668	Alarga a aplicação da Lei n.º 108/2017 de 23 de novembro, que Estabelece medidas de apoio às vítimas dos incêndios florestais ocorridos entre 17 e 24 de junho de 2017, bem como medidas urgentes de reforço da prevenção e combate a incêndios florestais, a todos os concelhos afetados por incêndios florestais em 2017	Agricultura e Pescas
Pjl	570	Estabelece um conjunto de medidas urgentes de apoio às vítimas dos incêndios florestais de Pedrógão Grande e de reforço da prevenção e combate aos incêndios	Agricultura e Pescas
Pjl	437	Institui um regime especial de defesa e valorização das embarcações tradicionais portuguesas	Agricultura e Pescas
Pjl	276	Revoga a Lei nº 68/93, de 4 de setembro, devolvendo os baldios aos povos	Agricultura e Pescas
Pjl	100	Regula o cultivo de variedades agrícolas geneticamente modificadas (OGM)	Agricultura e Pescas
Pjl	57	Altera o Decreto-lei n.º 152/2014, de 15 de outubro, relativo à Casa do Douro	Agricultura e Pescas
Pjl	54	Altera os prazos definidos na Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, que regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos	Agricultura e Pescas
Pjl	1180	Estrutura orgânica e a forma de gestão das Áreas Protegidas	Ambiente
Pjl	1067	Regime jurídico de embalagens fornecidas em superfícies comerciais	Ambiente
Pjl	1006	Plano de emergência para a criação e modernização da rede de centros de recolha oficial de animais	Ambiente
Pjl	754	Determina a obrigatoriedade de disponibilização aos consumidores de alternativa à distribuição de utensílios de refeição descartáveis em plástico em eventos comerciais abertos ao público e em estabelecimentos comerciais	Ambiente
Pjl	701	Reforça a proteção dos animais utilizados em circos	Ambiente
Pjl	698	Cria o Plano Nacional para a Prevenção Estrutural dos Efeitos da Seca e seu acompanhamento	Ambiente
Pjl	413	Estabelece as Bases da Política de Ambiente	Ambiente
Pjl	358	Proteção dos direitos individuais e comuns à água	Ambiente
Pjl	65	Aprova medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e para a modernização dos serviços municipais de veterinária	Ambiente
Pjl	1220	Regime de subsídios de apoio à atividade política dos Deputados (altera o Estatuto dos Deputados, aprovado pela Lei n.º 7/93, de 1 de março, e o Estatuto remuneratório dos titulares de cargos políticos, aprovado pela Lei n. 4/85, de 9 de abril)	Assuntos Constitucionais
Pjl	934	Proíbe o Estado de recorrer à arbitragem como forma de resolução de litígios em matéria administrativa e fiscal	Assuntos Constitucionais

Pjl	769	Regula o acesso da Assembleia da República a documentos e informações classificados como segredo de Estado ao abrigo da Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa	Assuntos Constitucionais
Pjl	708	8ª Alteração à Lei n.º 28/82, de 15 de novembro (Lei da Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional), 2.ª alteração à Lei Orgânica n.º 2/2003, de 22 de agosto (Lei dos Partidos Políticos), 7.ª alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho (Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais), e 1.º alteração à Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro (Lei de Organização e Funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos)	Assuntos Constitucionais
Pjl	528	Lei Orgânica do Regime do Referendo (Sexta alteração à Lei n.º 15-A/98, de 3 de abril)	Assuntos Constitucionais
Pjl	527	Terceira alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho (Iniciativa Legislativa de Cidadãos)	Assuntos Constitucionais
Pjl	526	Exercício do direito de petição (Quarta alteração à Lei n.º 43/90, de 10 de agosto)	Assuntos Constitucionais
Pjl	336	Reduz o financiamento público aos partidos políticos e às campanhas eleitorais	Assuntos Constitucionais
Pjl	957	Aprova os Estatutos do Centro para a Promoção e Valorização do Tapete de Arraiolos	Cultura
Pjl	880	Valorização do Movimento Associativo Popular (primeira alteração à Lei n.º 20/2004, de 5 de junho, que estabelece o regime de apoio aos dirigentes associativos voluntários na prossecução das suas atividades de carácter associativo)	Cultura
Pjl	768	Cria o Arquivo Sonoro Nacional	Cultura
Pjl	124	Regime Jurídico da Partilha de Dados Informáticos	Cultura
Pjl	77	Cria o Estatuto do Bailarino Profissional da Companhia Nacional de Bailado e a Escola de Dança da Companhia Nacional de Bailado	Cultura
Pjl	340	Altera o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR)	Defesa
Pjl	238	Autoridade Marítima Nacional	Defesa
Pjl	237	Aprova a orgânica da Polícia Marítima	Defesa
Pjl	125	Extingue o Arsenal do Alfeite, S.A. e determina a reintegração do Arsenal do Alfeite na orgânica da Marinha	Defesa
Pjl	959	Estabelece impedimentos na decisão sobre processos de institucionalização de crianças e jovens em risco	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	833	Assegura medidas de promoção da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens no exercício de cargos dirigentes procedendo à 7.ª alteração da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração pública.	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	700	Cria a Comissão Nacional dos Direitos das Crianças e Jovens	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	429	Aprova o regime de regularização de cidadãos estrangeiros indocumentados	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	428	Nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade)	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	350	Altera a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo alargando o período de proteção até aos 25 anos (Terceira alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pelas Leis n.º 142/2015, de 8 de setembro e n.º 31/2003, de 22 de agosto)	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	291	Condições de Saúde e Segurança no Trabalho nas Forças e Serviços de Segurança	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	277	Lei de Segurança Interna	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	240	Reposição de limites à expulsão de cidadãos estrangeiros do território nacional (Quarta alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional)	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	221	Enriquecimento Injustificado, 35.ª alteração ao Código Penal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, 4.ª alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho e 6.ª alteração à Lei n.º 4/83, de 2 de abril	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	177	Reforço dos Direitos de Maternidade e de Paternidade	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	142	Altera o Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos (8.ª alteração à Lei n.º 64/93, de 26 de agosto)	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	141	12.ª alteração ao Estatuto dos Deputados	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	136	Segunda alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho (Iniciativa Legislativa de Cidadãos)	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	10	Elimina mecanismos de coação e condicionamento sobre as mulheres no acesso à interrupção voluntária da gravidez, revoga a Lei n.º 136/2015, de 7 de setembro e repristina a Lei n.º 16/2007, de 17 de abril	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	806	Determina a redução de encargos e a reversão de Parcerias Público-Privadas	Economia
Pjl	780	Estabelece o regime de recuperação do controlo público dos CTT	Economia
Pjl	582	Estabelece um sistema de preços máximos para o Gás de Garrafa e o Gás Canalizado	Economia

Pjl	545	Determina a eliminação dos Custos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC) e dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE) com a EDP e outras empresas do sector electroprodutor	Economia
Pjl	482	Consagra a livre opção dos consumidores domésticos de eletricidade pelo regime de tarifas reguladas, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 75/2012, de 26 de janeiro	Economia
Pjl	460	Extingue a remuneração certa e permanente dos membros de conselhos de fiscalização cuja composição resulte total ou parcialmente de eleição da Assembleia da República	Economia
Pjl	400	Reduz o preço do gasóleo rodoviário através do nível de incorporação de biocombustíveis	Economia
Pjl	389	Determina o regime jurídico da utilização de embalagens fornecidas em superfícies comerciais	Economia
Pjl	356	Procede à primeira alteração ao Código Cooperativo assegurando o efetivo respeito pelos princípios cooperativos da Aliança Cooperativa Internacional	Economia
Pjl	1247	Define o regime de avaliação, certificação e adoção dos manuais escolares do ensino básico e secundário, garantindo a sua gratuitidade	Educação e Ciência
Pjl	1246	Regime jurídico da contratação do pessoal de investigação científica em formação	Educação e Ciência
Pjl	1216	Garante a gratuitidade dos manuais escolares na escolaridade obrigatória no ensino público	Educação e Ciência
Pjl	1202	Regime especial de contabilização do tempo de trabalho dos docentes em horário incompleto	Educação e Ciência
Pjl	1179	Efetiva o direito à progressão remuneratória dos professores do Ensino Superior Público	Educação e Ciência
Pjl	1145	Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (1.ª alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições do ensino superior)	Educação e Ciência
Pjl	1120	Plano extraordinário de alojamento temporário para estudantes no ensino superior público	Educação e Ciência
Pjl	1119	Eliminação faseada das propinas no Ensino Superior Público	Educação e Ciência
Pjl	1118	Eliminação das taxas e emolumentos nas Instituições do Ensino Superior Públicas	Educação e Ciência
Pjl	1117	Determina como única consequência pelo incumprimento do pagamento das propinas o não reconhecimento do ato académico	Educação e Ciência
Pjl	1116	Estabelece um regime transitório de isenção de propinas no ensino superior público	Educação e Ciência
Pjl	1115	Aumento do valor das bolsas de estudo no ensino superior público	Educação e Ciência
Pjl	1052	Reforço dos direitos dos docentes do Ensino Particular e Cooperativo procedendo à primeira alteração ao Estatuto do Ensino Particular Cooperativo de nível não superior	Educação e Ciência
Pjl	926	Gestão Pública das Cantinas Escolares	Educação e Ciência
Pjl	889	Conclusão das obras, extinção e transferência do património da «Parque Escolar, E.P.E.»	Educação e Ciência
Pjl	813	Requalificação e construção de residências universitárias	Educação e Ciência
Pjl	811	Financiamento do Ensino Superior Público	Educação e Ciência
Pjl	810	Aprova a Lei-Quadro da Ação Social Escolar no Ensino Superior e define apoios específicos aos estudantes	Educação e Ciência
Pjl	798	Renovação e prorrogação das bolsas de pós-doutoramento até ao cumprimento do previsto no Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho	Educação e Ciência
Pjl	702	Atualização extraordinária das bolsas de investigação e mecanismo de atualização anual das bolsas de investigação científica (5.ª alteração à Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto)	Educação e Ciência
Pjl	607	Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, que estabelece o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário	Educação e Ciência
Pjl	546	Cria os Gabinetes Pedagógicos de Integração Escolar	Educação e Ciência
Pjl	476	Suspende o regime de atualização do valor das refeições e do complemento de alojamento nas Instituições do Ensino Superior Público	Educação e Ciência
Pjl	468	Define o Regime jurídico da psicologia em contexto escolar e a contratação e colocação de psicólogos nos estabelecimentos públicos de ensino	Educação e Ciência
Pjl	363	Gestão democrática dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário	Educação e Ciência
Pjl	357	Regime Jurídico da Educação Especial	Educação e Ciência
Pjl	278	Propõe um regime de vinculação dos docentes na carreira	Educação e Ciência
Pjl	148	Estabelece medidas de redução do número de alunos por turma visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem	Educação e Ciência
Pjl	131	Regime jurídico da contratação do pessoal de investigação científica em formação	Educação e Ciência

Pjl	130	Estabelece um regime de suficiência do formato digital para a entrega de trabalhos, teses e dissertações	Educação e Ciência
Pjl	128	Determina como única consequência pelo incumprimento do pagamento da propina o não reconhecimento do ato académico	Educação e Ciência
Pjl	127	Congelamento do valor da propina do Ensino Superior Público	Educação e Ciência
Pjl	126	Estabelece um regime transitório de isenção de propinas no ensino superior público	Educação e Ciência
Pjl	59	Revoga o Regime de Requalificação Docente	Educação e Ciência
Pjl	46	Estabelece os requisitos para o acesso à profissão docente e garante a anulação dos efeitos da Prova de Avaliação de Capacidades e Conhecimentos	Educação e Ciência
Pjl	45	Elimina os exames de 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico	Educação e Ciência
Pjl	44	Elimina as provas finais de 1.º ciclo do Ensino Básico	Educação e Ciência
Pjl	1234	Altera o Código do Processo Civil estabelecendo um regime de impenhorabilidade da habitação própria e permanente e fixando restrições à penhora e à execução de hipoteca	Habitação
Pjl	1203	Cria um regime autónomo de arrendamento para as atividades económicas, associativas e culturais	Habitação
Pjl	1189	Procede à interpretação autêntica do n.º 7 do artigo 1041.º do Código Civil, aditado pelo artigo 2.º da Lei n.º 13/2019, de 12 de fevereiro, que estabelece medidas destinadas a corrigir situações de desequilíbrio entre arrendatários e senhorios, a reforçar a segurança e a estabilidade do arrendamento urbano e a proteger arrendatários em situação de especial fragilidade	Habitação
Pjl	1023	Lei de Bases da Habitação	Habitação
Pjl	771	Alteração ao Regime do Arrendamento Apoiado para Habitação	Habitação
Pjl	770	Revoga a revisão do regime jurídico do arrendamento urbano aprovado pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto	Habitação
Pjl	313	Reforça a proteção dos arrendatários em caso de cessação de contrato de arrendamento (Terceira alteração à Lei n.º 6/2006, de 27 fevereiro, alterada pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto e pela Lei n.º 79/2014, de 19 de dezembro-Novo Regime de Arrendamento Urbano)	Habitação
Pjl	312	Garante o realojamento em caso de obras em prédios arrendados (4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto - Regime Jurídico das obras em prédios arrendados e 70.ª alteração ao Código Civil)	Habitação
Pjl	311	Extingue o Balcão Nacional do Arrendamento e repõe o procedimento especial de despejo por via judicial	Habitação
Pjl	310	Prorroga por 10 anos o prazo de aplicação do Novo Regime de Arrendamento Urbano para os arrendatários com Rendimento Anual Bruto Corrigido (RABC) inferior a cinco Retribuições Mínimas Nacionais Anuais (RMNA), para os arrendatários com idade igual ou superior a 65 anos ou com deficiência igual ou superior a 60% e para o Arrendamento não habitacional	Habitação
Pjl	309	Alarga o regime de transmissão por morte do arrendamento para habitação e garante a transmissão por morte no realojamento para habitação por obras ou demolição	Habitação
Pjl	109	Altera o regime de Renda Apoiada, garantindo um valor de renda mais justo e acessível	Habitação
Pjl	108	Suspende a aplicação do Regime do Arrendamento Apoiado (Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro)	Habitação
Pjl	89	Suspende as penhoras e vendas de habitação própria e permanente em processos de execução fiscal e determina a aplicação de um regime de impenhorabilidade desses imóveis	Habitação
Pjl	88	Estabelece um regime de impenhorabilidade da habitação própria e permanente fixando restrições à penhora e à execução de hipoteca	Habitação
Pjl	1241	Elimina as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas regiões autónomas (2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro)	Justiça
Pjl	1235	Altera o regime jurídico do processo de inventário reforçando os poderes gerais de controlo do juiz	Justiça
Pjl	1233	Garante o acesso ao direito e aos tribunais	Justiça
Pjl	1152	Reforça os mecanismos legais de proteção das vítimas de violência	Justiça
Pjl	1089	Altera o Código de Processo Penal prevendo a imposição de condutas ou a proibição de contacto quando há fortes indícios de prática de crime de perseguição (Procede à 39.ª alteração ao Código de Processo Penal)	Justiça

Pjl	814	Garante a existência de serviços próprios de prestação dos cuidados médicos, de enfermagem e de psicologia nos estabelecimento prisionais (5.ª alteração à Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro que aprova o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade)	Justiça
Pjl	794	Determina o alargamento da rede nacional e altera o regime de competência, organização e funcionamento dos julgados de paz (2.ª alteração à Lei n.º n.º 78/2001, de 13 de julho na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 54/2013, de 31 de julho)	Justiça
Pjl	399	Cria a unidade de missão para a revisão do regime das custas judiciais	Justiça
Pjl	374	Determina a atualização anual dos honorários dos serviços jurídicos prestados pelos advogados no âmbito do apoio judiciário (2.ª alteração à Lei n.º 34/2004, de 29 de julho)	Justiça
Pjl	274	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março Regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais	Justiça
Pjl	64	Altera o Código de Processo Penal limitando a aplicação do processo sumário aos crimes de menor gravidade (Procede à 24.ª alteração ao Código de Processo Penal)	Justiça
Pjl	492	Pela criação de um Plano Nacional de Incentivo ao Associativismo Estudantil e implementação de medidas de apoio e isenção de custos na constituição e reconhecimento de associações juvenis	Juventude
Pjl	541	Procede à segunda alteração ao regime jurídico-laboral dos trabalhadores periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo os trabalhadores das residências oficiais do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjl	267	Revoga a propina do Ensino de Português no Estrangeiro (Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de Agosto)	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjl	101	Estabelece um prazo excecional para regularização da situação dos funcionários e agentes do Estado e dos corpos administrativos, bem como dos trabalhadores contratados ou assalariados, que exerceram funções Timor-Leste	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjl	1244	Estabelece o regime de financiamento permanente do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	1242	Modernização do regime de atividade do sector do Táxi (9.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto)	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	1227	Reversão da privatização dos CTT	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	1154	Aprova o Estatuto da Rádio e Televisão de Portugal (3.ª alteração à Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro, que procede à reestruturação da concessionária do serviço público de rádio e televisão, bem como os novos estatutos da Rádio e Televisão de Portugal)	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	1080	Estabelece o regime de recuperação do controlo público dos CTT	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	994	Revoga a Lei n.º 45/2018 de 1 de agosto - «Regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica»	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	964	Alarga o quadro de competências reconhecido aos arquitetos na direção de obra e direção de fiscalização de obra, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 31/2009, de 3 de julho	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	846	Organização do tempo de trabalho, garantia de condições de segurança e criação de carreira dos trabalhadores da segurança da aviação civil / APA - Aeroportos	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	828	Reposição do termo de validade das cartas de condução das categorias CE, D1, D1E, D, DE para os 65 anos de idade (2.ª alteração ao Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 40/2016, de 29 de julho)	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	807	Consagra o "Andante", passe social intermodal da Área Metropolitana do Porto, como título em todos os transportes coletivos de passageiros e atualiza o âmbito geográfico do respetivo zonamento	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	505	Procede à 1.ª alteração do Decreto-Lei n.º 237/2007 de 19 de Junho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/15/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março, relativa à organização do tempo de trabalho das pessoas que exercem atividades móveis de transporte rodoviário.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	339	1.ª alteração à Lei n.º 33/2016, de 24 de agosto, clarificando as disposições relativas à realização de estudos financeiros, técnicos e jurídicos sobre o desenvolvimento futuro da TDT	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	286	Consagra o "Andante", passe social intermodal da Área Metropolitana do Porto, como título em todos os transportes coletivos de passageiros e atualiza o âmbito geográfico do respetivo zonamento	Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Pjl	250	Confirma o Passe Social Intermodal como título em todos os transportes coletivos de passageiros e atualiza o âmbito geográfico das respetivas coroas na Área Metropolitana de Lisboa	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	249	Altera o Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	233	Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto, reforçando as medidas dissuasoras da atividade ilegal no transporte em táxi	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	185	Garante o acesso universal e a emissão de todos os canais de serviço público de televisão através da Televisão Digital Terrestre (TDT)	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	115	Retoma a concessão de serviço público no regime jurídico das Estradas Nacionais (Primeira alteração à Lei n.º 34/2015, de 27 de abril)	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	30	Altera a Lei das Comunicações Eletrónicas. Estabelece limites à oneração dos utentes pela resolução de contrato no período de fidelização (12.ª alteração à Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro)	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	26	Determina o cancelamento e a reversão do processo de reprivatização indireta do capital social da TAP, SGPS, S. A., revogando o decreto-lei n.º 181-A/2014, de 24 de dezembro, e o decreto-lei n.º 210/2012, de 21 de setembro	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	25	Determina o cancelamento e a reversão do ajuste direto e do processo de "subconcessão" a privados da STCP e Metro do Porto	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	24	Determina o cancelamento e a reversão do processo de fusão da Rede Ferroviária Nacional - REFER, E. P. E., com a EP - Estradas de Portugal, S. A., e sua transformação na sociedade anónima com a denominação Infraestruturas de Portugal, S. A.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	23	Determina o cancelamento e a reversão do processo de privatização da CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A., revogando o Decreto-Lei n.º 69/2015, de 6 de maio	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	22	Determina o cancelamento e a reversão do processo de fusão, reestruturação e subconcessão do serviço público de transporte público coletivo da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, SA, e do Metropolitano de Lisboa, EPE	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	1199	Procede à sexta alteração ao regime de serviços mínimos bancários, tornando-o mais adequado às necessidades dos clientes bancários	Orçamento e Finanças
Pjl	876	Estabelece regras para a divulgação de informação relativa à concessão de créditos de valor elevado	Orçamento e Finanças
Pjl	875	Cria a Unidade Técnica para a Recuperação do Património resultante dos créditos que lesaram a banca nacional	Orçamento e Finanças
Pjl	808	Norma transitória relativa à aplicação do n.º 2 do Artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto	Orçamento e Finanças
Pjl	638	Assegura a divulgação pública da utilização de cativações nos orçamentos das entidades que integram a administração direta e indireta do Estado (Primeira alteração à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro – Lei de Enquadramento Orçamental).	Orçamento e Finanças
Pjl	637	Altera o regime de serviços mínimos bancários, tornando-o mais adequado às necessidades dos clientes bancários	Orçamento e Finanças
Pjl	504	Determina a integração do Novo Banco no setor público bancário e define as suas condições	Orçamento e Finanças
Pjl	494	Reforça as obrigações de supervisão pelo Banco de Portugal e a transparência na realização de auditorias a instituições de crédito e sociedades financeiras (36.ª alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras)	Orçamento e Finanças
Pjl	405	Assegura o direito de declaração de guarda conjunta de menores para efeitos de IRS	Orçamento e Finanças
Pjl	404	Clarifica que o encargo do imposto de selo sobre as comissões cobradas aos comerciantes recai sobre o sistema financeiro	Orçamento e Finanças
Pjl	403	Alarga o número de empresas abrangidas pelo regime do IVA de caixa	Orçamento e Finanças
Pjl	402	Cria as condições para a substituição do Pagamento Especial por Conta por um regime simplificado baseado em coeficientes técnico-económicos por sector de atividade	Orçamento e Finanças
Pjl	401	Alarga o regime de reembolso de ISP a empresas dos sectores produtivos	Orçamento e Finanças
Pjl	260	Altera as condições em que um país, região ou território pode ser considerado regime fiscal claramente mais favorável	Orçamento e finanças
Pjl	259	Agrava as taxas de tributação de rendimentos e transferências para entidades sujeitas a regimes fiscais claramente mais favoráveis no âmbito do IRS	Orçamento e finanças
Pjl	258	Agrava as taxas de tributação de rendimentos e transferências para entidades sujeitas a regimes fiscais claramente mais favoráveis no âmbito do IRC	Orçamento e finanças

Pjl	257	Agrava as taxas de tributação de operações financeiras dirigidas a entidades sujeitas a regime fiscal claramente mais favorável no âmbito do Imposto do Selo	Orçamento e finanças
Pjl	256	Define os termos em que qualquer sociedade é considerada residente para efeitos tributários, assegurando que os seus rendimentos são tributados em Portugal	Orçamento e finanças
Pjl	255	Estabelece medidas de reforço ao combate à criminalidade económica e financeira, proibindo ou limitando relações comerciais ou profissionais ou transações ocasionais com entidades sedeadas em centros offshore ou centros offshore não cooperantes	Orçamento e finanças
Pjl	254	Retira à Autoridade Tributária a competência para a cobrança coerciva de taxas moderadoras	Orçamento e finanças
Pjl	239	Alarga o prazo de conservação dos documentos relativos à aplicação dos regimes extraordinários de regularização tributária	Orçamento e finanças
Pjl	92	Determina a obrigatoriedade de as instituições de crédito disponibilizarem uma conta de depósito à ordem padronizada, designada de "conta base", e proíbe a cobrança de comissões, despesas ou outros encargos pelos serviços prestados no âmbito dessa conta	Orçamento e finanças
Pjl	52	Proíbe os bancos de alterar unilateralmente taxas de juro e outras condições contratuais	Orçamento e finanças
Pjl	775	Altera os limites administrativos territoriais da Freguesia de Palmela e da União de Freguesias de Poceirão e Marateca, no concelho de Palmela	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	611	Estabelece o Regime para a Reposição de Freguesias	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	583	Assegura que a taxa municipal de direitos de passagem e a taxa de ocupação do subsolo não são repercutidas na fatura dos consumidores	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	574	Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 63/2015, de 23 de abril que estabelece o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	562	Regularização excecional da situação dos trabalhadores sem vínculo jurídico com funções permanentes nas autarquias locais	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	551	Lei das Finanças Locais	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	513	Altera a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo (Primeira alteração à Lei n.º 31/2014, de 30 de maio)	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	493	Alargamento dos beneficiários e dos apoios do Programa Porta 65 Jovem -terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de setembro que cria e regula o programa de apoio financeiro Porta 65 - Arrendamento por Jovens	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	442	Lei - Quadro que estabelece as condições e requisitos de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	441	Estabelece o Regime Jurídico das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e regula as atribuições, competências e funcionamento dos respetivos órgãos	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	433	Alteração à Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, e alterada pelas Leis Orgânicas n.º 5-A/2001, de 26 de novembro, n.º 3/2005, de 29 de agosto, n.º 3/2010, de 15 de dezembro, e n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	419	Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (1.ª alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o "Regime jurídico das instituições do ensino superior")	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	298	Proíbe o aumento da propina do Ensino Superior Público	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	231	Estabelece o Regime para a Reposição de Freguesias	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	223	Interdita o uso do território incluído na REN e RAN a projetos imobiliários dos Projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN) que não respeitem os critérios e fins da sua classificação	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	116	Impede a mercantilização do abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1245	Atribui o transporte não urgente aos doentes encaminhados para outros hospitais do SNS no âmbito do plano de ação para combater as listas de espera	Saúde
Pjl	1243	Cria o Estatuto de Doente Crónico	Saúde
Pjl	1231	Procede à 11.ª alteração ao Decreto Lei nº 113/2011, de 29 de novembro que Isenta do pagamento de taxas moderadoras os doentes crónicos, nos cuidados de saúde primários e na referenciação a partir destes cuidados	Saúde
Pjl	1230	Regula a dispensa gratuita dos medicamentos a cidadãos maiores de 65 anos	Saúde
Pjl	1229	Estabelece o regime de dispensa dos medicamentos antipsicóticos no Serviço Nacional de Saúde	Saúde

Pjl	1170	Atribui ao Laboratório Militar a produção e dispensa de medicamentos	Saúde
Pjl	1114	Integra o Hospital de Braga no Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Pjl	1110	Integra o Hospital de Braga na esfera / gestão pública	Saúde
Pjl	1083	Lei de programação plurianual de investimento para os estabelecimentos do SNS	Saúde
Pjl	1082	Elimina as Unidades de Saúde Familiar de modelo C - 2ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 298/2007 de 22 de agosto que, estabelece o regime jurídico da organização e do funcionamento das unidades de saúde familiar (USF) e o regime de incentivos a atribuir a todos os elementos que as constituem, bem como a remuneração a atribuir aos elementos que integrem as USF de modelo	Saúde
Pjl	1081	Cria um regime excecional para o Serviço Nacional de Saúde no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atrasos (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro)	Saúde
Pjl	1068	Atribuição aos técnicos de saúde ambiental das unidades de saúde pública a colheita de amostras de água no âmbito da investigação ambiental na identificação de fontes de contaminação e disseminação de Legionella (Procede à primeira Alteração à Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto - Estabelece o regime de prevenção e controlo da doença dos legionários)	Saúde
Pjl	1031	Estabelece o regime de confidencialidade nos tratamentos de procriação medicamente assistida (5ª alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, que regula a utilização das técnicas de procriação medicamente assistida)	Saúde
Pjl	1029	Lei de Bases da Política de Saúde	Saúde
Pjl	974	Regula o regime jurídico e os estatutos aplicáveis às unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde integradas no setor público administrativo, procedendo à revogação dos Decretos-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro e nº 284/99, de 26 de julho	Saúde
Pjl	952	Exceciona de notificação os condutores de veículos em prestação de socorro (22.ª alteração ao Código da Estrada aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio	Saúde
Pjl	942	Institui o Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos como Laboratório Nacional do Medicamento	Saúde
Pjl	831	Revogação das Taxas Moderadoras	Saúde
Pjl	829	Estabelece os critérios de atribuição de transporte não urgente de doentes	Saúde
Pjl	766	Estabelece a obrigatoriedade de procedimento concursal para recrutamento dos médicos internos que concluíram com aproveitamento a formação específica	Saúde
Pjl	733	Primeira alteração ao Decreto-Lei nº 86/2015, de 21 de maio, que procede à definição do regime jurídico da formação médica especializada com vista à obtenção do grau de especialista e estabelece os princípios gerais a que deve obedecer o respetivo processo	Saúde
Pjl	680	Estabelece as condições para a criação do Programa de Prevenção Primária e Controlo da Bactéria Legionella	Saúde
Pjl	462	Cria a licença específica de prematuridade ou de internamento hospitalar de recém-nascido	Saúde
Pjl	230	Estabelece o regime de atribuição de incentivos e apoio à fixação de médicos nas zonas carenciadas no Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Pjl	117	Primeira alteração ao Decreto-Lei nº 86/2015, de 21 de maio, que procede à definição do regime jurídico da formação médica especializada com vista à obtenção do grau de especialista e estabelece os princípios gerais a que deve obedecer o respetivo processo	Saúde
Pjl	85	Reversão do Hospital Conde de São Bento - Santo Tirso para o Ministério da Saúde	Saúde
Pjl	84	Reversão do Hospital de S. Paulo, em Serpa, para o Ministério da Saúde	Saúde
Pjl	82	Reversão do Hospital de S. José de Fafe para o Ministério da Saúde	Saúde
Pjl	81	Reversão do Hospital José Luciano de Castro – Anadia para o Ministério da Saúde	Saúde
Pjl	80	Revoga o Decreto-lei nº 138/2013, de 9 de outubro que "define as formas de articulação do Ministério da Saúde e os estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com as instituições particulares de solidariedade social, bem como estabelece o regime de devolução às Misericórdias dos hospitais objeto das medidas previstas nos Decretos-Leis n.ºs 704/74, de 7 de dezembro, e 618/75, de 11 de novembro, atualmente geridos por estabelecimentos ou serviços do SNS"	Saúde
Pjl	79	Manutenção do Hospital do Fundão sob gestão pública	Saúde
Pjl	78	Reversão do Hospital Distrital de São João da Madeira para o Ministério da Saúde	Saúde
Pjl	1131	Estratégia Nacional de Combate e Erradicação da Pobreza e da Exclusão Social	Segurança Social
Pjl	993	Prestação social de apoio aos desempregados de longa duração	Segurança Social
Pjl	908	Reposição dos escalões do abono de família para crianças e jovens, com vista à sua universalidade	Segurança Social
Pjl	907	Reforço de direitos e condições de acompanhamento a filho	Segurança Social

Pjl	830	Regime jurídico do mecanismo nacional de monitorização da implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	Segurança Social
Pjl	827	Valoriza as longas carreiras contributivas, garantindo o acesso à pensão sem penalizações e independentemente da idade, aos trabalhadores que completem 40 anos de descontos	Segurança Social
Pjl	826	Eliminação de penalizações a trabalhadores que já tenham acedido à pensão antecipada	Segurança Social
Pjl	825	Revoga o fator de sustentabilidade e repõe a idade legal de reforma aos 65 anos	Segurança Social
Pjl	824	Eliminação da aplicação do fator de sustentabilidade às pensões por desemprego involuntário de longa duração e prevê a revisão dos regimes e medidas especiais de antecipação da idade de acesso à pensão de velhice	Segurança Social
Pjl	809	Amplia as Fontes de Financiamento da Segurança Social	Segurança Social
Pjl	804	Reforça o apoio aos cuidadores informais e às pessoas em situação de dependência	Segurança Social
Pjl	782	Programa especial de apoio social para a Ilha do Pico	Segurança Social
Pjl	779	Repõe a possibilidade de acumulação das prestações por incapacidade permanente com a parcela da remuneração correspondente à percentagem de redução permanente da capacidade geral de ganho do trabalhador	Segurança Social
Pjl	647	Repõe montantes e regras de cálculo nas compensações por cessação do contrato de trabalho e despedimento	Segurança Social
Pjl	646	Altera as regras de funcionamento e acesso ao Fundo de Garantia Salarial e reforça os direitos dos trabalhadores	Segurança Social
Pjl	610	Revoga o corte de 10% do montante do subsídio de desemprego após 180 dias da sua concessão procedendo à 10.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro	Segurança Social
Pjl	514	Revê o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro	Segurança Social
Pjl	510	Recálculo das prestações suplementares para assistência a terceira pessoa atribuídas aos sinistrados do trabalho ao abrigo da Lei n.º 2127/65, de 3 agosto	Segurança Social
Pjl	509	Adita a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho como entidade beneficiária de 1% do montante das coimas aplicadas por violação das regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho, procedendo à 12.ª alteração do Código do Trabalho e à 1.ª alteração da Lei n.º 98/2009, 4 de setembro	Segurança Social
Pjl	481	Estabelece um regime especial de acesso à pensão de invalidez e de velhice para os trabalhadores das pedreiras	Segurança Social
Pjl	423	Medidas de apoio social a mães e pais estudantes (1.ª alteração à Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto)	Segurança Social
Pjl	398	Revoga o corte de 10% do montante do subsídio de desemprego após 180 dias da sua concessão (2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro)	Segurança Social
Pjl	53	Altera o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio S.A., contemplando o direito a indemnizações por morte ou doença	Segurança Social
Pjl	9	Repõe os complementos de pensão nas empresas do sector empresarial do estado	Segurança Social
Pjl	1025	Repõe o princípio do tratamento mais favorável e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho, procedendo à 14 ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	Trabalho
Pjl	912	Altera o regime de trabalho temporário limitando a sua utilização e reforçando os direitos dos trabalhadores (14.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)	Trabalho
Pjl	886	Revoga o despedimento por inadaptação e altera o regime do despedimento coletivo e do despedimento por extinção do posto de trabalho, reforçando os direitos dos trabalhadores	Trabalho
Pjl	797	Revoga as normas de celebração do contrato a termo certo nas situações de trabalhadores à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração. (13.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprovou o Código do Trabalho)	Trabalho
Pjl	716	Promove a participação dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde no trabalho (1.ª alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro que estabelece o Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho)	Trabalho
Pjl	715	Repõe o princípio do tratamento mais favorável e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho, procedendo à 12.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	Trabalho

Pjl	714	Altera o quadro dos deveres do empregador, garantindo o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade individual e do banco de horas individual, procedendo à 13.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho	Trabalho
Pjl	713	Altera o quadro dos deveres do empregador, garantindo o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, nas modalidades grupal e por regulamentação coletiva, procedendo à 13.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho	Trabalho
Pjl	687	Repõe os valores de pagamento do trabalho suplementar, para todos os trabalhadores, procedendo à 13.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho e da 7.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	Trabalho
Pjl	609	Atribui o direito a 25 dias de férias anuais, procedendo à 13.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho	Trabalho
Pjl	561	Fixa o regime de atribuição e os montantes dos acréscimos em suplementos e outras compensações que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (6.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas)	Trabalho
Pjl	508	Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos	Trabalho
Pjl	458	Confere natureza de título executivo às decisões condenatórias da ACT e altera o regime processual aplicável às contraordenações laborais e de segurança social, procedendo à 2.ª alteração à Lei n.º 107/2009, de 14 de Setembro.	Trabalho
Pjl	375	Previne e combate o assédio no local de trabalho (12.ª alteração ao Código do Trabalho e 5.ª alteração ao Código do Processo do Trabalho)	Trabalho
Pjl	354	Reforça a proteção das trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes e de trabalhadores no gozo de licença parental e procede à alteração do Código do Trabalho e da Lei do Trabalho em Funções Públicas	Trabalho
Pjl	330	Altera o regime de trabalho temporário limitando a sua utilização e reforçando os direitos dos trabalhadores (12.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)	Trabalho
Pjl	216	Atribui o direito a 25 dias de férias anuais, procedendo à 11.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho	Trabalho
Pjl	211	Revoga os mecanismos de adaptabilidade individual e do banco de horas individual, procedendo à 11.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho	Trabalho
Pjl	187	Revoga a aplicação aos trabalhadores em funções públicas dos mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, procedendo à 3.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	Trabalho
Pjl	186	Revoga os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, nas modalidades grupal e por regulamentação coletiva, procedendo à 11.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho,	Trabalho
Pjl	170	Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores, procedendo à 10.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho	Trabalho
Pjl	169	Repõe o princípio do tratamento mais favorável e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho, procedendo à 9.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	Trabalho
Pjl	140	Valoriza as longas carreiras contributivas, garantindo a antecipação da pensão sem penalizações aos beneficiários que completem 40 anos de descontos	Trabalho
Pjl	137	Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores	Trabalho
Pjl	134	Institui o Plano Nacional de Combate à Precariedade Laboral e à Contratação Ilegal	Trabalho
Pjl	8	Reposição dos feriados nacionais retirados	Trabalho

12. Projetos de Resolução

http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/IniciativasLegislativas.aspx

Pjr	PCP	PS	PSD	CDS	BE	PEV	PAN
Apresentados	458	182	345	361	513	209	169
Aprovados	*201*	*137*	*171*	*165*	*240*	*95*	*66*

(atualizado a 25/07/19)

Tipo	Nº	Título	Área
PjR	2170	Recomenda ao Governo a adoção de medidas que garantam a modernização e o controlo público da rede de comunicações de emergência do Estado	Administração Interna
PjR	1621	Recomenda ao Governo medidas para a prevenção e segurança de edifícios associativos	Administração Interna
PjR	1448	Para uma nova política de proteção civil	Administração Interna
PjR	697	Recomenda ao Governo que tome medidas para maior valorização da participação das mulheres nas Forças e Serviços de Segurança.	Administração Interna
PjR	69	Pela requalificação do atual e construção de novo edifício do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada	Administração Interna
PjR	1962	Reposição, criação e valorização das carreiras na Administração Pública	Administração Pública
PjR	1700	Recomenda ao Governo que assegure a gestão dos equipamentos sociais da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, e garanta o vínculo público dos respetivos trabalhadores	Administração Pública
PjR	1656	Pela Reabertura do Processo Negocial com as Estruturas Representativas dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica	Administração Pública
PjR	1545	Combate a precariedade e assegura a integração efetiva dos trabalhadores das diferentes Sociedades Polis na Agência Portuguesa do Ambiente	Administração Pública
PjR	1485	Recomenda ao Governo que tome medidas para garantir o direito dos trabalhadores em funções públicas a uma justa reparação em caso de acidente de trabalho ou doença profissional e que estude os mecanismos adequados a assegurar uma efetiva e eficaz tutela jurisdicional	Administração Pública
PjR	364	Recomenda ao Governo que assegure a aplicação das 35 horas semanais a todos os trabalhadores na Administração Pública	Administração Pública
PjR	2251	Consulta a entidades representativas dos profissionais da pesca no âmbito do desenvolvimento de programas, planos e projetos com incidência sobre zonas costeiras	Agricultura e Pescas
PjR	2212	Disponibilidade de meios necessários para a operação dos navios de investigação	Agricultura e Pescas
PjR	2202	Recomenda ao Governo o desenvolvimento de um regime de ordenamento e gestão das áreas de produção agrícola em regime intensivo e superintensivo	Agricultura e Pescas
PjR	2201	Pela Criação de um Plano Nacional de Forragens	Agricultura e Pescas
PjR	2192	Harmonização e aplicação dos direitos no acesso à reforma para os profissionais da pesca	Agricultura e Pescas
PjR	2184	Recomenda ao Governo o desenvolvimento de um programa nacional de produção de sementes certificadas	Agricultura e Pescas
PjR	2159	Recomenda ao Governo a tomada de medidas para o incremento do programa de hortícolas e de frutas e simplificação dos procedimentos no que respeita ao regime escolar	Agricultura e Pescas
PjR	2142	Contribuição para a valorização da produção florestal	Agricultura e Pescas
PjR	2141	Simplificação do acesso ao Título de Reconhecimento do Estatuto da Agricultura Familiar	Agricultura e Pescas
PjR	2093	Recomenda a implementação de medidas em defesa da produção leiteira nacional	Agricultura e Pescas
PjR	2088	Recomenda ao Governo a criação da Empresa Nacional de Dragagens, E.P.E.	Agricultura e Pescas
PjR	2065	Recomenda ao Governo que disponibilize e divulgue regularmente a informação relacionada com as respostas criadas no âmbito da prevenção, contingência, regulação e apoio aos agricultores e produtores pecuários em situações de seca	Agricultura e Pescas
PjR	2020	Recomenda ao Governo a divulgação dos estudos sobre as populações de javalis no território nacional e prejuízos causados aos agricultores e o desenvolvimento de um plano de medidas para controlo das populações desta espécie	Agricultura e Pescas

PjR	1772	Recomenda ao Governo o desenvolvimento de um programa de produção de variedades autóctones de cereais – nomeadamente de trigo – contrariando o cenário de agudização da dependência externa alimentar	Agricultura e Pescas
PjR	1768	Recomenda ao Governo a adoção de medidas e incentivos que promovam o acesso à água para fins agrícolas em condições mais favoráveis e a utilização de recursos hídricos superficiais para rega e produção pecuária	Agricultura e Pescas
PjR	1685	Recomenda ao Governo o apoio aos viticultores e outros agricultores afetados pelas intempéries na região do Douro	Agricultura e Pescas
PjR	1684	Recomenda a criação e operacionalização pelo Governo de um programa centralizado para a recuperação de segundas habitações nos concelhos afetados pelos incêndios florestais de 2017	Agricultura e Pescas
PjR	1637	Recomenda ao Governo a criação de medidas que permitam o acesso universal e em condições mais favoráveis ao SIRCA e a garantia de Sanidade Animal adequada no território nacional	Agricultura e Pescas
PjR	1503	Recomenda ao Governo a monitorização ambiental, socioeconómica e demográfica das áreas sujeitas a processos de intensificação da produção agrícola, nomeadamente por olival intensivo	Agricultura e Pescas
PjR	1483	Pela defesa e valorização dos produtos regionais, designadamente do Queijo de São Jorge (Região Autónoma dos Açores)	Agricultura e Pescas
PjR	1447	Propõe medidas de apoio à agricultura familiar como opção estrutural para a defesa e desenvolvimento do mundo rural, em especial nas zonas atingidas pelos incêndios	Agricultura e Pescas
PjR	1446	Recomenda ao Governo a reabertura das candidaturas para apoio às vítimas dos incêndios florestais de 2017, o estabelecimento de um calendário adequado para pagamento dos apoios e a clarificação e extensão dos critérios utilizados para efeito de apoio	Agricultura e Pescas
PjR	1352	Recomenda ao Governo a reposição da Mata Nacional da Ribeira do Freixo (Idanha-a-Nova), através do retorno da Herdade da Ribeira do Freixo ao regime florestal total	Agricultura e Pescas
PjR	1338	Recomenda ao Governo que tome medidas de apoio e valorização da produção de castanha	Agricultura e Pescas
PjR	1337	Recomenda ao Governo que tome medidas de reforço da investigação, experimentação, apoio, acompanhamento e aconselhamento agrícola	Agricultura e Pescas
PjR	1253	Pela valorização e reforço dos meios humanos, financeiros e técnicos do Banco Português de Germoplasma Vegetal	Agricultura e Pescas
PjR	1247	Recomenda ao Governo que crie, disponibilize e mantenha atualizado um portal eletrónico onde seja divulgada informação relacionada com as respostas criadas na sequência dos incêndios florestais de 2017	Agricultura e Pescas
PjR	1199	Recomenda ao Governo que promova estratégias de resposta à condição hidrológica do país	Agricultura e Pescas
PjR	1198	Recomenda ao Governo que tome medidas de apoio aos agricultores e produtores pecuários afetados pela seca	Agricultura e Pescas
PjR	1132	Recomenda o apoio à recuperação de segundas habitações nos concelhos afetados pelos incêndios florestais de 2017	Agricultura e Pescas
PjR	1131	Recomenda ao Governo a uniformização dos processos de apoio às vítimas dos incêndios florestais de 2017, alargando o processo simplificado de apoios até aos 10 mil euros e garantindo apoio à perda de rendimentos.	Agricultura e Pescas
PjR	1104	Reflorestação, valorização e defesa do Pinhal de Leiria	Agricultura e Pescas
PjR	994	Criação de um Programa para a redução e controlo da biomassa florestal	Agricultura e Pescas
PjR	993	Propõe soluções para os problemas da produção lenhosa	Agricultura e Pescas
PjR	971	Recomenda ao Governo que promova o desenvolvimento de campanhas de valorização e estímulo ao consumo de arroz carolino produzido em Portugal	Agricultura e Pescas
PjR	970	Recomenda ao Governo a tomada de medidas para valorização do pescado de baixo valor comercial	Agricultura e Pescas
PjR	923	Recomenda ao Governo o reforço dos serviços de apoio, acompanhamento e aconselhamento agrícola do ministério da agricultura	Agricultura e Pescas
PjR	922	Recomenda ao Governo o reforço dos laboratórios de Estado dos ministérios da agricultura e do mar	Agricultura e Pescas
PjR	897	Pela construção de um matadouro público regional no Algarve	Agricultura e Pescas
PjR	863	Valorização do leite dos pequenos ruminantes	Agricultura e Pescas
PjR	856	Recomenda ao Governo a tomada de medidas para promoção da produção de leite de pequenos ruminantes	Agricultura e Pescas

PjR	849	Recomenda ao Governo a realização de uma ampla reflexão sobre a situação da atividade cinegética em Portugal como base para adequações legislativas em matéria de caça	Agricultura e Pescas
PjR	757	Recomenda ao Governo o apoio à produção leiteira nacional, o combate à especulação da grande distribuição e a concertação de posições para reposição de um regime de regulação	Agricultura e Pescas
PjR	513	Recomenda ao Governo a adoção de medidas para concretização do cadastro rústico em Portugal	Agricultura e Pescas
PjR	478	Recomenda ao Governo a promoção de medidas que salvaguardem a produção leiteira nacional	Agricultura e Pescas
PjR	419	Recomenda ao Governo que dê execução à Resolução da Assembleia da República nº 139/2010 sobre acidentes com tratores agrícolas e elabore um relatório sobre o respetivo cumprimento	Agricultura e Pescas
PjR	403	Pela garantia da navegabilidade e segurança do porto de pesca da Póvoa de Varzim e a realização de um estudo técnico que resolva o problema estrutural do assoreamento	Agricultura e Pescas
PjR	401	Recomenda a inclusão do Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato (barragem do Pisão) nas prioridades de investimento em regadio	Agricultura e Pescas
PjR	390	Pela manutenção da isenção de imposto à aguardente de figo destinada ao consumo próprio dos pequenos produtores	Agricultura e Pescas
PjR	381	Recomenda a promoção de uma estratégia nacional para o setor das plantas e flores ornamentais	Agricultura e Pescas
PjR	325	Recomenda ao Governo a promoção de medidas para melhorar o controlo dos fitofármacos e promover a sua aplicação de forma sustentável	Agricultura e Pescas
PjR	208	Recomenda a promoção de medidas para fazer frente aos problemas que a suinicultura atravessa	Agricultura e Pescas
PjR	193	Recomenda a valorização da produção e transformação de medronho	Agricultura e Pescas
PjR	183	Recomenda ao Governo a resolução dos problemas e constrangimentos existentes e que promova a defesa e valorização da comunidade piscatória de Apúlia	Agricultura e Pescas
PjR	141	Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 165/2015, de 17 de agosto, que "procede à regulamentação da Lei dos Baldios (aprovada pela Lei n.º 68/93 de 4 de setembro, alteradas pelas Leis n.º 89/97, de 30 de julho e 72/2014, de 2 de setembro) "	Agricultura e Pescas
PjR	88	Pela promoção da fileira do figo-da-índia	Agricultura e Pescas
PjR	83	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 182/2015, de 31 de agosto, que "Define os procedimentos para a regularização das dívidas da extinta Casa do Douro com a natureza de associação pública"	Agricultura e Pescas
PjR	74	Recomenda ao Governo a construção da Barra de Esposende	Agricultura e Pescas
PjR	59	Recomenda a promoção de medidas de defesa da produção leiteira nacional	Agricultura e Pescas
PjR	10	Recomenda a definição de um conjunto de prioridades para a Agricultura Familiar, tendentes ao estabelecimento de um Estatuto da Agricultura Familiar Portuguesa	Agricultura e Pescas
PjR	2209	Recomenda ao Governo a adoção de medidas de salvaguarda das populações de cavalos-marinhos na Ria Formosa	Ambiente
PjR	2021	Adota medidas com vista à melhoria da eficiência energética de edifícios e equipamentos públicos	Ambiente
PjR	2013	Recomenda ao Governo que intensifique o controlo das espécies invasoras no Parque Nacional da Peneda-Gerês	Ambiente
PjR	1715	Avaliação do impacto da aplicação da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto que proíbe o abate de animais errantes como forma de controlo da população, privilegiando a esterilização	Ambiente
PjR	1707	Recomenda a contratação de Vigilantes da Natureza e a valorização da carreira, cessando a indefinição existente quanto ao seu futuro	Ambiente
PjR	1691	Recomenda ao Governo a implementação de medidas que melhorem a qualidade de vida da população de Fortes, no concelho de Ferreira do Alentejo, eliminando a poluição causada pela empresa de extração de bagaço de azeitona	Ambiente
PjR	1520	Recomenda ao Governo que promova, com caráter de urgência, uma intervenção na Ria Formosa na zona de Cacela Velha e da Fábrica com vista à preservação do património ambiental e cultural e das atividades económicas que aí se desenvolvem	Ambiente
PjR	1473	Sobre o combate à poluição no mar por hidrocarbonetos	Ambiente
PjR	1294	Pela avaliação dos riscos ambientais e do impacto nas atividades económicas resultantes da eventual concessão de exploração mineira na Argemela, no distrito de Castelo Branco	Ambiente

PjR	1207	Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Tejo	Ambiente
PjR	1197	Pela suspensão da pesquisa e prospeção de hidrocarbonetos ao largo de Aljezur	Ambiente
PjR	1161	Recomenda ao Governo que tome as diligências para a revisão da Convenção de Albufeira	Ambiente
PjR	1058	Intervenção urgente no Rio Torto e Ribeira de Panoias	Ambiente
PjR	1025	Recomenda ao Governo que tome medidas eficazes para resolver os problemas ambientais causados pela SN Seixal – Siderurgia Nacional, S.A., na Aldeia de Paio Pires, no concelho do Seixal	Ambiente
PjR	1003	Contra a poluição no rio Almonda	Ambiente
PjR	805	Recomenda ao Governo a revisão dos instrumentos de gestão territorial do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, compatibilizando a proteção da natureza e a salvaguarda dos valores naturais com o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações	Ambiente
PjR	789	Regulamentação e Relatório de Avaliação da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, que aprova medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e estabelece a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população	Ambiente
PjR	652	Recomenda ao Governo a tomada de medidas urgentes e integradas de despoluição do Rio Vizela	Ambiente
PjR	614	Recomenda ao Governo a implementação de medidas no âmbito da utilização de animais em investigação científica	Ambiente
PjR	552	Recomenda ao Governo que se criem as condições para garantir a coexistência entre a salvaguarda dos valores naturais na ZPE Mourão/Moura/Barrancos e Sítio Moura/Barrancos, da Rede Natura 2000 e a atividade humana, nomeadamente agropecuária	Ambiente
PjR	411	Recomenda a contratação de Vigilantes da Natureza e a valorização da carreira, cessando a indefinição existente quanto ao seu futuro	Ambiente
PjR	410	Promoção, valorização e dinamização dos Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional	Ambiente
PjR	307	Pela avaliação dos riscos ambientais e do impacto noutras atividades económicas resultantes da prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo e/ou gás natural no Algarve e na Costa Alentejana	Ambiente
PjR	30	Resolução urgente dos problemas ambientais em São Pedro da Cova	Ambiente
PjR	2239	Princípios gerais de atribuição de abonos para apoio à atividade política dos Deputados	Assuntos Constitucionais
PjR	1351	Sexta alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de fevereiro, que aprova a estrutura e competências dos serviços da Assembleia da República	Assuntos Constitucionais
PjR	888	Regime do Canal Parlamento,do portal da Assembleia da República e da presença institucional nas redes sociais	Assuntos Constitucionais
PjR	2049	Recomenda ao Governo que inicie o processo de desvinculação de Portugal do Tratado Orçamental	Assuntos Europeus
PjR	2262	Recomenda a classificação da obra de José Afonso como de interesse nacional	Cultura
PjR	2248	Declaração da atribuição de 1% do Orçamento do Estado para a Cultura como meta a atingir no sentido da democratização cultural	Cultura
PjR	2242	Recomenda ao Governo que adote o procedimento necessário para a classificação das Salinas de Rio Maior como imóvel de interesse nacional	Cultura
PjR	2241	Recomenda ao Governo que adote o procedimento necessário para a classificação do conjunto edificado composto pela fábrica de briquetes e plano inclinado da Mina do Espadanal, em Rio Maior, enquanto património de interesse público	Cultura
PjR	2237	Recomenda ao governo a rápida conclusão do processo de classificação do Edifício da Fábrica Confiança	Cultura
PjR	2137	Recomenda ao Governo a deslocalização do Museu Militar do Porto para, no Edifício do Heroísmo, implementar o "Do Heroísmo à Firmeza – Museu da Resistência Antifascista do Porto"	Cultura
PjR	2023	Recomenda ao Governo a realização de um programa de emergência para a valorização dos museus, palácios, monumentos e sítios arqueológicos	Cultura
PjR	1472	Propõe medidas para correção dos resultados do concurso de apoios às artes, reforço do seu financiamento e revisão do respetivo modelo de apoio	Cultura
PjR	1372	Recomenda a valorização, estudo, salvaguarda e divulgação do conjunto arqueológico das ruínas romanas de Ammaia, em Marvão	Cultura

PjR	1340	Recomenda o recesso de Portugal do Acordo Ortográfico de 1990, acautelando medidas de acompanhamento e transição, a realização de um relatório de balanço da aplicação do novo Acordo Ortográfico da língua portuguesa e uma nova negociação das bases e termos de um eventual Acordo Ortográfico	Cultura
PjR	1276	Propõe medidas para a valorização e promoção da Cestaria de Gonçalo	Cultura
PjR	1196	Valorização da Calçada Portuguesa e da profissão de Calceteiro	Cultura
PjR	1129	Recomenda a salvaguarda, valorização e dinamização da antiga Fábrica Robinson, em Portalegre, e do seu património industrial corticeiro	Cultura
PjR	1023	Valorização do Movimento Associativo Popular	Cultura
PjR	1021	Pela preservação e musealização do Recolhimento de Santa Maria Madalena ou das "Convertidas"	Cultura
PjR	942	Pela preservação das ruínas da antiga cidade romana de Balsa	Cultura
PjR	850	Recomenda a inventariação e classificação das obras do espólio de Arte do Banco Espírito Santo, atualmente do Novo Banco	Cultura
PjR	790	Recuperação, requalificação e valorização do Forte de Peniche	Cultura
PjR	683	Proteção do património azulejar português	Cultura
PjR	675	Recomenda o reforço de meios de funcionamento do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática	Cultura
PjR	534	Musealização e pleno funcionamento do Museu do Mosteiro do Lorvão	Cultura
PjR	370	Propõe medidas para a instalação e funcionamento do Centro para a Promoção e Valorização do Tapete de Arraiolos	Cultura
PjR	318	Passagem da gestão do património do Vale do Côa para o Ministério da Cultura e extinção da Fundação Côa Parque	Cultura
PjR	45	Recomenda a adoção de medidas urgentes para o financiamento às escolas do Ensino Artístico Especializado de música e de dança que assegurem a sua estabilidade	Cultura
PjR	2265	Recomenda ao Governo que diligencie no sentido de proceder a um estudo sobre a forma como poderão vir a ser atribuídos os benefícios constantes na Lei n.º 3/2009, de 13 de janeiro, aos ex-militares do recrutamento local sem registos de carreira contributiva nos regimes previstos no n.º 2 da referida lei	Defesa
PjR	1946	Consagra o dia 31 de janeiro como Dia Nacional do Sargento	Defesa
PjR	1568	Suspensão da eficácia e reavaliação do Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas	Defesa
PjR	1353	Recomenda ao Governo a transferência da titularidade dos imóveis anexos ao Farol de São Jorge para a Região Autónoma da Madeira	Defesa
PjR	1130	Rejeita a associação de Portugal ao Mecanismo Europeu de Cooperação Estruturada Permanente	Defesa
PjR	477	Uma Política de Defesa da Natureza ao serviço do Povo e do País	Defesa
PjR	100	Consagra o dia 31 de Janeiro como Dia Nacional do Sargento	Defesa
PjR	2193	Institui o dia 22 de junho como Dia Nacional da Liberdade Religiosa e do Diálogo Inter-religioso	Direitos, Liberdades e Garantias
PjR	355	Propõe medidas de reforço das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens visando a eficácia da sua intervenção	Direitos, Liberdades e Garantias
PjR	354	Propõe o alargamento da rede de creches e equipamentos de apoio à infância	Direitos, Liberdades e Garantias
PjR	353	Propõe medidas de combate à pobreza infantil	Direitos, Liberdades e Garantias
PjR	281	Adoção de Medidas Integradas de Incentivo à Natalidade	Direitos, Liberdades e Garantias
PjR	1	Constituição de uma Comissão Eventual de Verificação de poderes dos Deputados eleitos	Direitos, Liberdades e Garantias
PjR	2098	Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para defesa do setor têxtil e do vestuário nas regiões do Ave e Cávado	Economia
PjR	1963	Investimento, infraestruturas, produção nacional – opções por um Portugal com Futuro	Economia
PjR	1567	Recomenda ao Governo que utilize todos os mecanismos disponíveis para impedir a compra do Grupo Media Capital pela Altice	Economia
PjR	1514	Pela afirmação do direito soberano de Portugal decidir do seu futuro - Pela resposta aos problemas do País	Economia
PjR	1346	Em defesa das pequenas empresas de rent-a-car e de transfer que desenvolvem a sua atividade no Aeroporto de Faro	Economia
PjR	1022	Travar a liquidação da PT, defender os trabalhadores e o interesse nacional	Economia
PjR	846	Pela suspensão da pesquisa e prospeção de hidrocarbonetos ao largo de Aljezur e reavaliação, no plano nacional, dos demais contratos de concessão	Economia
PjR	829	Propõe a concretização de um programa de desburocratização e apoio às micro, pequenas e médias empresas	Economia

PjR	781	Recomenda ao Governo o apoio e valorização da ourivesaria e o reforço das Contrastarias e da Imprensa Nacional - Casa da Moeda	Economia
PjR	780	Pela eliminação do sobrecusto do investimento nas redes de energia e pelo controlo público da Central de Despacho da REN	Economia
PjR	428	Recomenda ao Governo a assunção de compromissos com a calendarização das construção e qualificação da rede viária do distrito de Beja, em função das necessidades das populações e dos agentes económicos da região	Economia
PjR	426	Recomenda ao Governo a valorização do aeroporto de Beja enquanto instrumento para o desenvolvimento da região	Economia
PjR	380	Propõe medidas que contribuam para a diminuição dos custos com os combustíveis	Economia
PjR	120	Defender e promover a produção da alheira	Economia
PjR	2250	Requalificação do Parque Escolar	Educação e Ciência
PjR	2249	Respeito pelos direitos dos docentes do ensino artístico especializado	Educação e Ciência
PjR	2247	Recomenda a integração dos leitores das instituições do ensino superior público	Educação e Ciência
PjR	2245	Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da Escola Básica e Secundária Francisco Simões, concelho de Almada	Educação e Ciência
PjR	2244	Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da Escola Básica da Alembrança, no concelho de Almada	Educação e Ciência
PjR	2158	Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da Escola Secundária Manuel Cargaleiro	Educação e Ciência
PjR	2150	Pela urgente requalificação da Escola Secundária André de Gouveia em Évora	Educação e Ciência
PjR	2140	Recomenda ao Governo que lance o processo de construção da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal	Educação e Ciência
PjR	2116	Recomenda ao Governo que se uniformize o sistema de avaliação docente no ensino superior salvaguardando o princípio do tratamento mais favorável	Educação e Ciência
PjR	2097	Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da Escola Básica Dr. António Augusto Louro, no concelho do Seixal	Educação e Ciência
PjR	2084	Recomenda ao Governo que crie o Grupo de Recrutamento nas áreas da Expressão Dramática e do Teatro	Educação e Ciência
PjR	1936	Recomenda ao Governo que promova um amplo e profundo debate nacional sobre a reorganização dos ciclos de ensino e a realização de uma profunda reorganização curricular	Educação e Ciência
PjR	1818	Medidas de valorização da Educação e dos trabalhadores da Escola Pública	Educação e Ciência
PjR	1778	Respeito pelo tempo efetivo de trabalho dos docentes em horário incompleto	Educação e Ciência
PjR	1741	Recomenda ao Governo que assegure a existência dos trabalhadores da Escola Pública em número necessário e com o vínculo adequado para o arranque do ano letivo 2018/2019	Educação e Ciência
PjR	1727	Propõe a manutenção do curso profissional de artes do espetáculo na Escola Secundária André de Gouveia em Évora	Educação e Ciência
PjR	1683	Recomenda ao Governo que intervenha para a requalificação da Escola Secundária de Esmoriz	Educação e Ciência
PjR	1666	Pela fiscalização da efetiva aplicação do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho (Emprego Científico)	Educação e Ciência
PjR	1649	Conclusão das obras, extinção e transferência do património da «Parque Escolar, E.P.E.»	Educação e Ciência
PjR	1578	Requalificação e realização urgente de obras na Escola Secundária de Barcelinhos	Educação e Ciência
PjR	1576	Urgente requalificação da Escola Básica 2/3 Frei Caetano Brandão	Educação e Ciência
PjR	1575	Urgente requalificação da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado	Educação e Ciência
PjR	1574	Requalificação e realização urgente de obras em escolas do Agrupamento de Escolas Santos Simões, Guimarães	Educação e Ciência
PjR	1573	Requalificação e realização urgente de obras na Escola Secundária de Amares	Educação e Ciência
PjR	1572	Urgente requalificação na Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso	Educação e Ciência
PjR	1546	Concurso extraordinário de recrutamento e colocação de inspetores na área da Educação e Ciência	Educação e Ciência
PjR	1523	Requalificação e realização urgente de obras em escolas públicas do distrito de Lisboa	Educação e Ciência
PjR	1466	Recomenda ao Governo a requalificação urgente da Escola Básica de Vallis Longus, em Valongo	Educação e Ciência
PjR	1449	Propõe medidas para o combate à precariedade laboral nas instituições de ensino superior	Educação e Ciência
PjR	1421	Recomenda ao Governo medidas urgentes para a requalificação da Escola Básica e Secundária de Rebordosa (Paredes)	Educação e Ciência

PjR	1373	Recomenda a valorização do ensino profissional, com a garantia da igualdade de oportunidades de todos os estudantes	Educação e Ciência
PjR	1358	Contratação e integração dos Bolseiros de Gestão de Ciência e Tecnologia	Educação e Ciência
PjR	1324	Recomenda ao Governo a reposição da carga letiva da disciplina de Educação Física e a valorização do desporto escolar	Educação e Ciência
PjR	1312	Recomenda a realização de um concurso geral de professores em 2018 e a alteração do regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário	Educação e Ciência
PjR	1173	Recomenda a criação dos Grupos de Recrutamento que correspondam às funções de docência dos Técnicos Especializados	Educação e Ciência
PjR	1172	Propõe medidas de combate à precariedade e contratação efetiva dos técnicos especializados na Escola Pública	Educação e Ciência
PjR	1171	Recomenda a valorização dos Trabalhadores não Docentes da Escola Pública	Educação e Ciência
PjR	1170	Recomenda a contagem de todo o tempo de serviço para efeitos da valorização remuneratória que resulta da progressão na carreira	Educação e Ciência
PjR	1162	Pela gestão pública das cantinas escolares	Educação e Ciência
PjR	1088	Recomenda ao Governo a adoção de medidas que visem a diminuição do peso das mochilas escolares	Educação e Ciência
PjR	1057	Renovação dos contratos dos Técnicos Especializados no ano letivo 2017/2018	Educação e Ciência
PjR	939	Concretização das obras na Escola Básica 2,3 Avelar Brotero, em Odivelas	Educação e Ciência
PjR	931	Requalificação e ampliação urgente da Escola Básica de 2º e 3º ciclos El-Rei D. Manuel I em Alcochete	Educação e Ciência
PjR	873	Propõe medidas de valorização dos professores e educadores e melhoria das suas condições de trabalho	Educação e Ciência
PjR	816	Defende a conclusão da construção da Escola Básica Diogo Lopes de Sequeira - Alandroal	Educação e Ciência
PjR	756	Propõe a universalização de educação pré-escolar a partir dos três anos de idade	Educação e Ciência
PjR	696	Recomenda ao Governo a adoção de medidas para combater o abandono escolar no Ensino Superior	Educação e Ciência
PjR	692	Recomenda o fim das propinas no ensino superior público	Educação e Ciência
PjR	682	Recomenda a urgente requalificação da Escola Secundária José Falcão (Coimbra)	Educação e Ciência
PjR	578	Defesa e valorização da Escola Pública	Educação e Ciência
PjR	575	Recomenda ao Governo a uniformização do calendário escolar no ensino pré-escolar e no ensino básico	Educação e Ciência
PjR	561	Pela valorização da Língua Gestual Portuguesa	Educação e Ciência
PjR	550	Recomenda ao Governo que desencadeie os mecanismos necessários para a construção da nova escola EB2/3 do Alto do Lumiar	Educação e Ciência
PjR	538	Propõe o reforço dos assistentes operacionais das escolas e a sua adequação às necessidades, nomeadamente revendo os critérios que constam da Portaria n.º 29/2015, de 12 de fevereiro	Educação e Ciência
PjR	511	Por um ensino público e inclusivo no Ensino Superior	Educação e Ciência
PjR	475	Início das obras de requalificação na Escola Secundária de Camões no ano letivo 2016/2017	Educação e Ciência
PjR	449	Recomenda a urgente requalificação da Escola Secundária Alexandre Herculano (Porto)	Educação e Ciência
PjR	441	Recomenda ao Governo a possibilidade de aposentação aos 40 anos de descontos sem penalizações e a aplicação de regimes de aposentação relativos a situações específicas	Educação e Ciência
PjR	429	Propõe a alteração dos procedimentos do mecanismo de mobilidade por motivo de doença e a conversão da componente letiva em não letiva sem agravamento do horário dos educadores de infância e professores do Ensino Básico e Secundário	Educação e Ciência
PjR	415	Recomenda ao Governo que sejam tomadas medidas urgentes para a contratação e vinculação de pessoal docente nas Instituições do Ensino Superior Público	Educação e Ciência
PjR	356	Pela construção de uma residência para estudantes na Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Educação e Ciência
PjR	352	Propõe a universalização de educação pré-escolar a partir dos três anos de idade	Educação e Ciência
PjR	303	Por uma Escola Pública e inclusiva em toda a escolaridade obrigatória	Educação e Ciência
PjR	146	Propõe a criação de um novo regime transitório para a conclusão da obtenção do grau de doutor e contratação efetiva com vínculo público dos docentes do ensino superior público	Educação e Ciência
PjR	107	Pela valorização da avaliação contínua no processo pedagógico e no regime de acesso ao ensino superior, pela não discriminação dos alunos do ensino artístico especializado	Educação e Ciência

PjR	62	Suspensão das metas curriculares e abertura de um processo de debate para a definição de objetivos para uma real e profunda reforma curricular	Educação e Ciência
PjR	61	Por uma Escola Pública que cubra as necessidades de toda a população	Educação e Ciência
PjR	19	Construção Urgente da Escola Secundária na Quinta do Conde, Concelho de Sesimbra, Distrito de Setúbal	Educação e Ciência
PjR	2118	Programa Extraordinário de Apoio à Região Autónoma da Madeira de Promoção de Habitação	Habitação
PjR	1823	Pelo fim das demolições de habitações nas ilhas-barreira da Ria Formosa	Habitação
PjR	1454	Recomenda ao Governo que tome diligências para assegurar a suspensão imediata dos despejos nas torres da Fidelidade Seguros em Santo António dos Cavaleiros (Loures) e a garantia do direito à habitação	Habitação
PjR	1335	Pelo fim das demolições nas ilhas-barreira da Ria Formosa	Habitação
PjR	1301	Adoção de medidas excecionais para solucionar a situação de incumprimento dos moradores nos bairros sociais de propriedade do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana	Habitação
PjR	1027	Pelo realojamento dos moradores em Vale de Chícharos, no Concelho do Seixal	Habitação
PjR	982	Reabilitação dos agrupamentos habitacionais designados por ILHAS na Cidade do Porto	Habitação
PjR	950	Acesso dos habitantes de bairros ou núcleos de habitações precárias a serviços e bens essenciais	Habitação
PjR	600	Recomenda medidas urgentes de suspensão de demolições e despejos sem alternativa, atualização das necessidades habitacionais e respostas de garantia do direito à habitação e à proteção social adequadas	Habitação
PjR	186	Recomenda a definição de um conjunto de medidas tendentes a realizar obras de requalificação nos bairros sociais de Guimarães e Barcelos	Habitação
PjR	1617	Criação de uma Escola de Formação para os Serviços Prisionais	Justiça
PjR	1394	Recomenda ao Governo que acelere o processo de construção do novo estabelecimento prisional do Algarve	Justiça
PjR	940	Recomenda a construção urgente do novo edifício do Palácio da Justiça, em Coimbra	Justiça
PjR	551	Curso extraordinário do CEJ para magistrados do Ministério Público	Justiça
PjR	1460	Propõe medidas de valorização do exercício de funções do Ensino Português no Estrangeiro	Negócios Estrangeiros e Comunidades
PjR	1457	Propõe o acesso gratuito à plataforma eletrónica "Escola Virtual" para o Ensino do Português no Estrangeiro (EPE)	Negócios Estrangeiros e Comunidades
PjR	1456	Propõe medidas de apoio aos familiares de cidadãos portugueses falecidos no estrangeiro para efeitos da trasladação para território nacional	Negócios Estrangeiros e Comunidades
PjR	1405	Recomenda ao Governo que no âmbito do "Protocolo de atuação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha a aplicar às avaliações ambientais de planos, programas e projetos com efeitos transfronteiriços" adote as medidas necessárias junto do Estado espanhol com vista à suspensão de qualquer decisão final da implantação do projeto de fábrica de urânio processado e de mineração em Retortillo-Santidad (Salamanca)	Negócios Estrangeiros e Comunidades
PjR	1252	Reforço dos meios de apoio aos cidadãos portugueses que regressem ao País	Negócios Estrangeiros e Comunidades
PjR	1081	Recomenda ao Governo que submeta à aprovação da Assembleia da República para ratificação o Tratado de Proibição das Armas Nucleares adotado pela Organização das Nações Unidas em 7 de julho de 2017	Negócios Estrangeiros e Comunidades
PjR	949	Recomenda ao Governo o reforço do apoio ao UNFPA – Fundo das Nações Unidas para a População	Negócios Estrangeiros e Comunidades
PjR	728	Rejeita a entrada em vigor de forma parcial e provisória do Acordo Económico e Comercial Global (CETA) entre a União Europeia e o Canadá	Negócios Estrangeiros e Comunidades
PjR	603	Pela rejeição dos Acordos de Livre Comércio e Serviços, designadamente do Acordo Económico e Comercial Global (CETA) entre a União Europeia e o Canadá	Negócios Estrangeiros e Comunidades
PjR	586	Pronuncia-se pela Ratificação pelo Estado Português da Convenção Internacional da Organização das Nações Unidas sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e membros das suas famílias (adotada pela Resolução n.º 45/158, da Assembleia-geral, de 18 de dezembro de 1990)	Negócios Estrangeiros e Comunidades
PjR	2259	Por condições dignas e seguras de repouso e descanso dos motoristas do sector rodoviário	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	2063	Potenciar a redução tarifária para uma aposta estratégica na promoção dos transportes Públicos	Obras Públicas, Transportes e Comunicações

PjR	2028	Pela melhoria do transporte ferroviário no Distrito de Braga e a concretização da ligação direta Braga/Guimarães	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1987	Recomenda ao Governo que proceda à requalificação urgente da EN 225	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1982	Contratação efetiva e integração no quadro de pessoal da RTP dos trabalhadores que respondem a necessidades permanentes na RTP Madeira	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1974	Por uma expansão da Rede do Metropolitano de Lisboa articulada com as necessidades de mobilidade da Área Metropolitana	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1952	Pela defesa, qualificação e promoção do serviço público de transporte fluvial nas empresas Transtejo e Soflusa	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1943	Pela articulação tarifária e promoção da redução de preços dos transportes nas ligações entre áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais limítrofes	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1837	Eliminação das portagens na A23	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1836	Eliminação das portagens na A24	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1835	Eliminação das portagens na A28, A41/A42 e A29	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1834	Eliminação das portagens na A25	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1833	Pela abolição das portagens na Via do Infante	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1821	Propõe a adequação do horário de recolha pelos CTT em Évora das publicações impressas para defesa da atividade da imprensa local e regional	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1820	Em defesa do serviço público postal no distrito de Évora	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1771	Pelo fim da concessão da Fertagus e a integração do serviço ferroviário Lisboa/Setúbal na CP	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1763	Pelo cumprimento do Plano Rodoviário Nacional e plena conclusão do IP 8 nos distritos de Setúbal e Beja	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1752	Pela ampliação e melhoria da capacidade operacional da pista do Aeroporto da Horta	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1703	Propõe a redução imediata do ISP e a sua adequação face ao aumento do preço do petróleo	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1652	Propõe medidas para o pleno aproveitamento do investimento na construção da ligação ferroviária Sines-Elvas (Caia) no âmbito do transporte de passageiros	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1651	Propõe medidas para o pleno aproveitamento do investimento na construção da ligação ferroviária Sines-Elvas (Caia) no âmbito do transporte de mercadorias	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1553	Modernização do sector do táxi	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1544	Recomenda ao Governo que proceda, com caráter de urgência, à requalificação da EN 124 entre Silves e Porto de Lagos	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1486	Recomenda a requalificação do IP3, a sua manutenção sem portagens e em condições de segurança	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1475	Pela melhoria da acessibilidade rodoviária ao concelho de Vila Verde	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1443	Por um Plano Nacional de Material Circulante Ferroviário	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1442	Pela integração da EMEF na CP - defender o futuro da empresa e do sector ferroviário	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1348	Pela abolição das portagens na Via do Infante e rápida conclusão das obras de requalificação na EN 125	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1347	Pela criação da Administração dos Portos do Algarve, integrando todos os portos comerciais, de pesca e de recreio da região algarvia	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1345	Pelo aproveitamento pleno das potencialidades do Porto Comercial de Portimão	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1344	Pela melhoria do transporte ferroviário no Algarve	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1343	Pela preservação e valorização do Porto Comercial de Faro	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1113	Pela segurança na circulação ferroviária	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1061	Pelo investimento e modernização das redes de transportes e infraestruturas	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	1024	Eliminação das portagens na A23	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	983	Pela Garantia da Ligação Ferroviária à Cidade de Viseu	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	943	Pela construção da Ponte Internacional do Guadiana entre Alcoutim e Sanlúcar	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	938	Alargamento da rede de metro do Porto - Porto (Campo Alegre), Matosinhos e Vila Nova de Gaia	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	839	Garantia de Mobilidade na região de Vale do Sousa e Baixo Tâmega	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	838	Pela reabertura do serviço ferroviário de passageiros entre Leixões e Ermesinde e a sua ligação a Campanhã	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	818	Recomenda ao Governo o acompanhamento do processo de reposição urgente da circulação na estrada de acesso a El Granado (Província de Huelva – Espanha), que faz a ligação a Portugal através da ponte sobre o Rio Chança junto à localidade de Pomarão, no Concelho de Mértola	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	776	Plano de Requalificação e Modernização da Linha do Vale do Vouga	Obras Públicas, Transportes e Comunicações

PjR	674	Pela abolição das portagens na Via do Infante	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	635	Início das obras de reposição, modernização e eletrificação do Ramal da Lousã	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	594	Pela defesa e valorização da estação de São Bento (Porto)	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	444	Travar a destruição da IP Engenharia, defender e promover a engenharia ferroviária nacional	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	431	Defende a valorização da linha ferroviária do Alentejo e a promoção da mobilidade ferroviária no distrito de Beja	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	402	Pela fiscalização e garantia do cumprimento das obrigações de prestação do serviço público por parte da empresa TST Transportes Sul do Tejo	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	267	Em defesa da requalificação do transporte ferroviário na Linha do Oeste como fator de desenvolvimento regional	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	212	Pela intervenção urgente na recuperação do IC1 – troço Alcácer do Sal/Grândola	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	207	Recomenda ao Governo a recuperação, salvaguarda e divulgação pública do arquivo e espólio histórico da RTP-Madeira e do Posto Emissor do Funchal	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	187	Pela intervenção urgente na recuperação da Estrada Nacional 4	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	167	Prolongamento da Linha do Metro do Porto até à Trofa, Gondomar e Vila D'Este (Vila Nova de Gaia)	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	166	Eliminação das portagens na A28, A41 e A29	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	165	Eliminação das portagens no troço da ex-SCUT da A17	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	90	Assistência em Escala em Portugal: combater a precariedade, promover a segurança, a qualidade e a fiabilidade do transporte aéreo	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	86	Extinção da Empresa Metro Mondego e reposição, modernização e eletrificação do Ramal da Lousã	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	72	Conclusão das obras de requalificação da Estrada Nacional 125	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	43	Eliminação das portagens na A25	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	35	Pela abolição da cobrança de portagens na Via do Infante	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	34	Eliminação das portagens existentes e a não introdução de novos pórticos nas ex-SCUT da autoestrada transmontana (A4)	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	33	Eliminação das portagens na A24	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	25	Eliminação das portagens na A23	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	22	Urgente construção integral do IC35	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	2125	Pela afirmação do direito soberano de Portugal decidir do seu futuro, pela resposta aos problemas do país	Orçamento e Finanças
PjR	2115	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 19/2019, de 28 de janeiro, "Aprova o Regime das Sociedades de Investimento e Gestão Imobiliária (SIGI)"	Orçamento e Finanças
PjR	2046	Em defesa da plena soberania nacional em matérias de política fiscal	Orçamento e Finanças
PjR	1259	Recomenda ao Governo a rápida conclusão do processo de revisão do calendário fiscal, reorganizando os prazos de entrega das diferentes declarações tributárias e definindo condições adequadas de disponibilização das aplicações de preenchimento e submissão dessas declarações	Orçamento e Finanças
PjR	804	Determina a integração do Novo Banco no sector público bancário	Orçamento e Finanças
PjR	227	Constituição de uma unidade técnica para o apuramento dos beneficiários dos fluxos financeiros que lesaram a banca nacional	Orçamento e finanças
PjR	226	Propõe a adoção pelo Estado português de um Plano de Ação Nacional e Internacional para a Extinção dos Centros offshore	Orçamento e finanças
PjR	171	Determina a manutenção do Novo Banco na esfera pública, assegurando a sua propriedade e gestão públicas ao serviço dos interesses do povo e do país.	Orçamento e finanças
PjR	2272	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro, "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos"	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	2234	Recomenda ao Governo a integração de Poceirão e Marateca no concelho de Palmela como zonas desfavorecidas	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	1902	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro, "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo"	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	1901	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro, "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários"	Poder Local e Ordenamento do Território

PjR	1900	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro, "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação"	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	1899	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público"	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	1898	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro, "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão"	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	1897	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres"	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	1896	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro, "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça"	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	1895	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 99/2018, de 28 de novembro, "Concretiza o quadro de transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da promoção turística"	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	1894	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro, "Concretiza o quadro de transferência de competência para os órgãos municipais no domínio da habitação"	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	1893	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29 de novembro, "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento"	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	1892	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro, "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliários público sem utilização"	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	1339	Recomenda ao Governo a criação da Zona Especial de Proteção (ZEP) do Centro Histórico do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	1248	Pela eliminação das dificuldades de circulação entre os concelhos da Chamusca e da Golegã através da Ponte João Joaquim Isidro dos Reis	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	1193	Recomenda ao Governo que assegure sem restrições o acesso de todos os municípios aos fundos comunitários para investimento no Ciclo Urbano da Água	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	1026	Recomenda ao Governo que crie um Grupo de Trabalho no âmbito da viabilização do processo de reconversão urbanística, na área abrangida pela servidão militar do Depósito de Munições da NATO de Lisboa, na Quinta da Lobateira e Pinhal das Freiras e no Pinhal da Palmeira em Fernão Ferro, no Concelho do Seixal	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	972	Recomenda a assunção de uma calendarização para a conclusão da Obra Hidroagrícola do Baixo Mondego	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	957	Aprofundar o Estatuto de Ultraperiferia	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	823	Estabelece o calendário para a instituição em concreto das Regiões Administrativas durante o ano de 2019	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	521	Pelo fim do processo de demolições nas ilhas-barreira da Ria Formosa	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	493	Melhore o acesso dos cidadãos aos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento e resíduos	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	476	Recomenda ao Governo a adoção de medidas visando reforçar os mecanismos de apoio ao combate a incêndios na Região Autónoma da Madeira e às populações afetadas pela catástrofe de agosto de 2016	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	32	Pelo reconhecimento do valor social, económico e cultural dos núcleos urbanos das ilhas-barreira da Ria Formosa e pelo fim das demolições de habitações nessas ilhas-barreira	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	4	Recomenda ao Governo a anulação do processo de privatização da Empresa Geral do Fomento, S.A. (EGF)	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	2260	Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para reforçar a resposta pública na saúde no distrito de Beja	Saúde
PjR	2258	Reconhece a importância estratégica do Novo Hospital Central Público do Alentejo e do compromisso político para a adjudicação da obra de construção logo que esteja concluído o respetivo concurso	Saúde
PjR	2246	Assegurar os cuidados de saúde mental nos locais de trabalho	Saúde

PjR	2211	Recomenda ao Governo que alargue a comparticipação do sistema de perfusão contínua de insulina (SPCI para controlo da Diabetes Mellitus para os maiores de 18 anos	Saúde
PjR	2139	Recomenda ao Governo que estude a criação de uma estratégia nacional sobre a Anemia	Saúde
PjR	2114	Recomenda ao Governo a elaboração de um plano de Investimento nas Farmácias hospitalares do Serviço Nacional de Saúde	Saúde
PjR	2022	Recomenda ao Governo o reforço das medidas de apoio aos doentes com doença inflamatória do intestino	Saúde
PjR	1951	Plano de capacitação em ressuscitação cardiopulmonar	Saúde
PjR	1889	Criação de uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados e de Reabilitação nas instalações do antigo Hospital Psiquiátrico de Lorvão	Saúde
PjR	1813	Recomenda ao Governo a criação de um registo nacional sobre a Esclerose Múltipla	Saúde
PjR	1760	Recomenda ao Governo o reforço na resposta do Serviço Nacional de Saúde ao nível dos cuidados continuados	Saúde
PjR	1759	Propõe medidas de reforço dos cuidados paliativos	Saúde
PjR	1742	Recomenda a adoção de medidas urgentes para a criação de vagas adicionais ao concurso de internato médico 2018	Saúde
PjR	1725	Pela melhoria dos cuidados de saúde hospitalares públicos no Algarve	Saúde
PjR	1713	Recomenda a agilização por parte do Governo dos processos de recrutamento de profissionais de saúde para o Serviço Nacional de Saúde	Saúde
PjR	1702	Recomenda ao Governo que desbloqueie a construção da nova Ala Pediátrica do Hospital São João (Porto)	Saúde
PjR	1701	Recomenda o reforço do investimento no Hospital São João (Porto)	Saúde
PjR	1677	Propõe medidas para que se iniciem os procedimentos para a remodelação e ampliação do Hospital de Beja	Saúde
PjR	1674	Pelo reforço de respostas na área da saúde infantil nos Cuidados de Saúde Primários	Saúde
PjR	1655	Pela célere construção do novo Hospital de Lagos	Saúde
PjR	1638	Pela célere construção do Hospital Central do Algarve	Saúde
PjR	1602	Construção do novo Hospital de Barcelos	Saúde
PjR	1595	Propõe medidas para que se iniciem em 2018 os procedimentos para a construção do novo hospital central público do Alentejo em Évora	Saúde
PjR	1580	Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para reforço de meios e intervenção nas Maternidades Daniel de Matos e Bissaya Barreto	Saúde
PjR	1552	Recomenda ao Governo que reforce a acessibilidade à saúde aos doentes de Huntington	Saúde
PjR	1484	Recomenda ao Governo que reforce os meios humanos e materiais no Instituto Nacional de Emergência Médica	Saúde
PjR	1461	Recomenda ao Governo que reforce a acessibilidade à saúde aos doentes com Esclerodermia	Saúde
PjR	1439	Recomenda ao Governo medidas de reforço de meios para o Centro Hospitalar do Tâmega e do Sousa	Saúde
PjR	1426	Recomenda ao Governo que disponibilize aos doentes com atrofia muscular espinhal os tratamentos mais adequados, incluindo o farmacológico	Saúde
PjR	1361	Pelo Reforço dos Cuidados de Saúde Primários de Proximidade às Populações	Saúde
PjR	1317	Plano de Emergência para o Serviço Nacional de Saúde	Saúde
PjR	1300	Recomenda ao Governo a contratação de profissionais de saúde e a integração dos profissionais de saúde contratados ao abrigo dos planos de contingência no quadro de pessoal das instituições de saúde	Saúde
PjR	1298	Recomenda ao Governo que desenvolva uma campanha nacional de promoção e valorização da Dieta Mediterrânica	Saúde
PjR	1222	Recomenda ao Governo Reforço da capacidade das respostas públicas na área da toxicodependência e alcoolismo.	Saúde
PjR	1221	Recomenda ao Governo que analise a evolução dos impactos na saúde do consumo de cannabis e da sua utilização adequada para fins terapêuticos e tome as medidas necessárias à prevenção do consumo desta substância psicoativa	Saúde
PjR	1220	Recomenda ao Governo que agilize os processos de avaliação de dispositivos e equipamentos para controlo da Diabetes Mellitus	Saúde
PjR	1094	Reforço de medidas na área da oncologia pediátrica e de apoio às crianças e adolescentes com cancro e suas famílias	Saúde
PjR	1089	Pela valorização do Hospital Dr. Francisco Zagalo (Ovar)	Saúde
PjR	1004	Reforço das respostas do SNS na área da Saúde Mental em Portugal	Saúde
PjR	958	Pela reabertura do Serviço de Urgência Básica no Hospital de Espinho	Saúde

PjR	941	Recomenda que sejam tomadas medidas que permitam aumentar as vagas para o internato de especialidade	Saúde
PjR	934	Reforça as medidas de acompanhamento da grávida e puérpera no Serviço Nacional de Saúde	Saúde
PjR	906	Recomenda ao Governo a tomada de medidas urgentes que permitam o cumprimento da lei no que respeita à redução do número de infeções hospitalares	Saúde
PjR	848	Recomenda ao Governo a tomada de medidas que promovam a sensibilização para a importância da vacinação	Saúde
PjR	834	Recomenda ao Governo a contratação de profissionais de saúde e a integração dos profissionais de saúde contratados ao abrigo dos planos de contingência no quadro de pessoal das instituições de saúde	Saúde
PjR	815	Recomenda ao Governo que garanta a gestão pública do Centro de Medicina Física e de Reabilitação do Sul, dotando-o de meios humanos, materiais e financeiros adequados à prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade	Saúde
PjR	649	Recomenda a adoção de medidas urgentes para debelar os problemas com que as unidades dos cuidados de saúde se defrontam decorrentes do subfinanciamento do Serviço Nacional de Saúde	Saúde
PjR	595	Recomenda ao Governo a tomada de medidas que resolvam os problemas com que estão confrontados os Serviços de Urgência	Saúde
PjR	592	Pela gestão pública do Centro de Reabilitação do Norte – Joaquim Ferreira Alves	Saúde
PjR	574	Pela construção urgente de um Hospital público no concelho de Sintra e em defesa da melhoria dos cuidados de saúde	Saúde
PjR	535	Recomenda a realização de um estudo sobre a atual capacidade hospitalar instalada em Lisboa e do impacto da alteração da resposta do Centro Hospitalar Lisboa Central nas diferentes especialidades em todo o país	Saúde
PjR	443	Pela Valorização e Reforço da Prestação de Cuidados de Saúde no Hospital da Senhora da Oliveira, Guimarães	Saúde
PjR	442	Pela melhoria da prestação de cuidados de saúde na Lezíria do Tejo	Saúde
PjR	434	Em defesa da melhoria dos cuidados de saúde no distrito de Coimbra e pela reversão do processo de fusão dos hospitais do CHUC	Saúde
PjR	404	Recomenda a requalificação e consolidação da prestação de cuidados de saúde no hospital de Santa Luzia em Elvas	Saúde
PjR	375	Pela criação de uma entidade pública responsável pelo planeamento, investigação, definição das linhas estratégias e operacionalização da resposta pública de combate à toxicodependência e alcoolismo	Saúde
PjR	301	Pelo efetivo cumprimento do reconhecimento da fibromialgia e dos direitos dos doentes fibromiálgicos	Saúde
PjR	254	Recomenda ao Governo o reforço do Programa Nacional de Vacinação	Saúde
PjR	233	Considera a construção do novo Hospital da Madeira como projeto de interesse comum	Saúde
PjR	232	Reforço das respostas públicas na área da Diabetes	Saúde
PjR	204	Recomenda que sejam definidos os princípios para a Reorganização Hospitalar e a Revogação da Portaria nº 82/2014, de 10 de abril	Saúde
PjR	203	Revoga o Despacho nº13427/2015, de 20 de novembro e procede ao reforço dos meios humanos e materiais da rede de serviço de urgência	Saúde
PjR	138	Pela melhoria da qualidade do serviço prestado pelo Centro Hospitalar do Médio Tejo	Saúde
PjR	97	Defende a construção do novo Hospital Central Público de Évora	Saúde
PjR	89	Manutenção do Hospital de Cantanhede sob gestão pública e contratação efetiva dos profissionais que respondem às necessidades permanentes do seu funcionamento	Saúde
PjR	70	Reversão do processo de fusão dos hospitais algarvios num único centro hospitalar	Saúde
PjR	58	Recomenda ao Governo a realização da identificação das consequências dos cortes no Serviço Nacional de Saúde	Saúde
PjR	53	Recomenda a adoção de medidas urgentes para a criação de vagas adicionais ao concurso de internato médico 2015	Saúde
PjR	42	Construção Urgente do Hospital no Concelho do Seixal	Saúde
PjR	27	Pela resolução urgente dos problemas do Hospital de S. João de Deus e em defesa da melhoria dos cuidados de saúde no concelho de Vila Nova de Famalicão	Saúde
PjR	20	Pela Reabertura do Pólo de Saúde de Caldelas da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Viver Mais	Saúde
PjR	2263	Plano de Emergência Social para o Porto Santo	Segurança Social

PjR	1673	Recomenda ao Governo que estude a possibilidade de introdução da sesta na Educação Pré-Escolar	Segurança Social
PjR	1606	Existência de nutricionistas/dietistas e farmacêuticos nas IPSS	Segurança Social
PjR	1570	Promoção do emprego público para as pessoas com deficiência e medidas para acesso à formação profissional e emprego com direitos	Segurança Social
PjR	1512	Apoio social aos trabalhadores da COFACO na Ilha do Pico	Segurança Social
PjR	1407	Valorização das longas carreiras contributivas e consideração de regimes de aposentação relativos a situações específicas, incluindo a docência	Segurança Social
PjR	1404	Recomenda ao Governo que seja prestada informação detalhada aos reformados e pensionistas sobre os valores das suas pensões e reformas	Segurança Social
PjR	1308	Recomenda ao Governo medidas para a promoção do envelhecimento com direitos	Segurança Social
PjR	1275	Por melhores condições de acesso da população surda a emissões televisivas	Segurança Social
PjR	760	Reforço das respostas do Sistema Nacional de Intervenção Precoce	Segurança Social
PjR	759	Valorização da formação profissional para as pessoas com deficiência	Segurança Social
PjR	758	Alargamento do atendimento dos Balcões da Inclusão e reconhecimento de todos os documentos comprovativos de deficiência e incapacidade, melhorando as condições de acesso aos mesmos	Segurança Social
PjR	745	Recomenda ao Governo que assegure o acesso dos reformados da indústria de lanifícios ao direito à comparticipação dos medicamentos	Segurança Social
PjR	644	Garantia de estacionamento reservado para pessoas com deficiência	Segurança Social
PjR	619	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 11-A/2017, de 17 de Janeiro, que "Cria uma medida excecional de apoio ao emprego através da redução da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora."	Segurança Social
PjR	520	Pelo direito à reforma sem penalizações para as profissões com limite de idade para o seu exercício	Segurança Social
PjR	357	Propõe medidas com vista ao cumprimento da eliminação das barreiras arquitetónicas prevista no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto	Segurança Social
PjR	304	Pelo Reforço dos apoios aos cuidadores informais	Segurança Social
PjR	234	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 11/2016, de 8 de março, que "Cria uma medida excecional de apoio ao emprego através da redução da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora, em 0,75 pontos percentuais, relativa às contribuições referentes às remunerações devidas nos meses de fevereiro de 2016 a janeiro de 2017"	Segurança Social
PjR	182	Assegura a atribuição do subsídio de educação especial e garante os apoios clínicos a todas as crianças e jovens com deficiência	Segurança Social
PjR	60	Construção de um Lar de Idosos na Freguesia da Quinta do Conde, Concelho de Sesimbra, Distrito de Setúbal	Segurança Social
PjR	31	Recomenda ao Governo a revogação do Decreto Regulamentar nº 1-A/2011, de 3 de janeiro, relativo à regulamentação do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social	Segurança Social
PjR	24	Pela reposição do direito dos ferroviários às concessões de transportes	Segurança Social
PjR	2123	Pela viabilidade da empresa, salvaguarda de todos os postos de trabalho e o cumprimento dos direitos dos trabalhadores da DURA Automotive Portuguesa, Lda. (Guarda)	Trabalho
PjR	1949	Recomenda ao Governo a criação e regulamentação da profissão de operador de centros de contacto, reforço dos direitos de pausa, descanso, higiene, saúde e segurança no trabalho	Trabalho
PjR	1888	Combate a precariedade laboral no sistema de Metro do Porto	Trabalho
PjR	1808	Aumento do salário mínimo nacional	Trabalho
PjR	1189	Contra o encerramento, pela manutenção da empresa, salvaguarda de todos os postos de trabalho e o cumprimento dos direitos dos trabalhadores da Têxtil Gramax Internacional (antiga Triumph)	Trabalho
PjR	1085	Recomenda ao Governo a adoção de medidas que garantam o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar	Trabalho
PjR	1056	Aumento do Salário Mínimo Nacional	Trabalho
PjR	1005	Recomenda ao Governo que assegure igualdade de direitos entre trabalhadores com Contrato Individual de Trabalho e trabalhadores com Contrato de Trabalho em Funções Públicas	Trabalho
PjR	826	Recomenda ao Governo a elaboração de um Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	Trabalho
PjR	654	Combate a precariedade laboral no sistema de Metro do Porto	Trabalho

PjR	549	Aumento do salário mínimo nacional	Trabalho
PjR	423	Suspensão do processo despedimento coletivo no Novo Banco e salvaguarda dos direitos e dos postos de trabalho	Trabalho
PjR	316	Pelo combate à precariedade na estiva	Trabalho
PjR	194	Visa o reforço dos meios e competências da Autoridade para as Condições de Trabalho e a garantia da eficácia da sua intervenção	Trabalho
PjR	51	Revisão da suspensão dos feriados religiosos	Trabalho
PjR	44	Contra a deslocalização da Triumph International, pela salvaguarda de todos os postos de trabalho e o cumprimento dos direitos dos trabalhadores	Trabalho
PjR	36	Aumento do salário mínimo nacional	Trabalho

13. Apreciações Parlamentares

http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/IniciativasLegislativas.aspx

APs	PCP	PS	PSD	CDS	BE	PEV	PAN
Apresentadas	67	0	14	26	40	0	0
Aprovadas VFG	*11*	*0*	*2*	*2*	*9*	*0*	*0*

(atualizado a 25/07/19)

Tipo	Nº	Título	Área
Aprl	133	Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril que "Aprova a Orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)"	Administração Interna
Aprl	38	Decreto-Lei n.º 49/2017, de 24 de maio, que cria o ponto único de contacto para a cooperação policial internacional	Administração Interna
Aprl	147	Decreto-Lei n.º 65/2019 de 20 de maio, que "Mitiga os efeitos do congelamento ocorrido entre 2011 e 2017 nas carreiras, cargos ou categorias em que a progressão depende do decurso de determinado período de prestação de serviço"	Administração Pública
Aprl	121	Decreto-Lei n.º 15/2019, de 21 de janeiro, que estabelece o procedimento de identificação e reconhecimento da situação de prédio rústico ou misto sem dono conhecido e o respetivo registo	Agricultura e Pescas
Aprl	41	Decreto-lei nº 64/2017, de 12 de junho – Aprova regime para novas centrais de biomassa florestal	Agricultura e Pescas
Aprl	41	Decreto-lei nº 64/2017, de 12 de junho – Aprova regime para novas centrais de biomassa florestal	Agricultura e Pescas
Aprl	5	Decreto-Lei n.º 182/2015, de 31 de agosto - Define os procedimentos para a regularização das dívidas da extinta Casa do Douro com a natureza de associação pública	Agricultura e Pescas
Aprl	3	Decreto-Lei n.º 165/2015, de 17 de agosto - Procede à regulamentação da Lei dos Baldios	Agricultura e Pescas
Aprl	62	Decreto-Lei n.º 25/2018, de 24 de abril, que regulamenta a Lei do Cinema no que respeita às medidas de apoio ao desenvolvimento e proteção das atividades cinematográficas e audiovisuais	Cultura
Aprl	16	Decreto-Lei n.º 35/2016, de 29 de junho que "Altera as missões e atribuições do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P., eliminando a possibilidade de este Instituto conceder empréstimos aos seus beneficiários, bem como a composição do conselho diretivo, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 193/2012, de 23 de agosto, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro"	Defesa
Aprl	90	Decreto-Lei n.º 93/2018, de 13 de novembro, que "Aprova o novo Regime Jurídico da Náutica de Recreio"	Economia
Aprl	61	Decreto-Lei n.º 17/2018, de 8 de março, que "Estabelece o regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens e turismo, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2302"	Economia
Aprl	49	Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto, que "Estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios"	Economia
Aprl	48	Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto, que "Estabelece o regime das instalações elétricas particulares"	Economia
Aprl	58	Decreto-Lei n.º 15/2018, de 7 de março, que "Aprova o regime específico de seleção e recrutamento de docentes do ensino artístico especializado da música e da dança".	Educação
Aprl	146	Decreto-Lei n.º 63/2019, de 16 de maio, que estabelece o regime jurídico das instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento	Educação e Ciência
Aprl	127	Decreto-Lei n.º 36/2019 de 15 de março, que "mitiga os efeitos do congelamento ocorrido entre 2011 e 2017 na carreira docente"	Educação e Ciência
Aprl	70	Decreto-Lei n.º 80/2018, de 15 de outubro "Estabelece os princípios e regras aplicáveis à composição, constituição, competências e funcionamento das comissões de ética que funcionam integradas em instituições de saúde dos setores público, privado e social, assim como em instituições de ensino superior que realizam investigação clínica e centros de investigação biomédica que desenvolvam investigação clínica"	Educação e Ciência
Aprl	68	Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que "Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva"	Educação e Ciência

Aprl	33	Decreto-Lei n.º 28/2017, de 15 de março, que "procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 83 -A/2014, de 23 de maio, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 9/2016, de 7 de março, e pela Lei n.º 12/2016, de 28 de abril, que estabelece o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário"	Educação e Ciência
Aprl	25	Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, que "Aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento"	Educação e Ciência
Aprl	24	Decreto-Lei n.º 45/2016, de 17 de agosto, que "Aprova um conjunto de regras complementares do processo de transição dos docentes do ensino superior politécnico regulado pele Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio"	Educação e Ciência
Aprl	12	Decreto-Lei n.º 4/2016, de 13 de janeiro que "Institui uma fundação pública com regime de direito privado, denominada Universidade do Minho"	Educação e Ciência
Aprl	6	Decreto-Lei n.º 158/2015, de 10 de agosto - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 117/2009, de 18 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 14/2012, de 20 de janeiro, estabelecendo normas sobre o recrutamento para as equipas de zona de vigilância nas escolas	Educação e Ciência
Aprl	2	Decreto-Lei n.º 169/2015, de 24 de agosto - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, permitindo aos municípios a constituição de parcerias para a concretização das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)	Educação e Ciência
Aprl	27	Decreto-Lei n.º 65-A/2016, de 25 de outubro, que "Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 234/2012, de 30 de outubro, que estabelece o regime jurídico do ensino português no estrangeiro"	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Aprl	110	Decreto-Lei n.º 3/2019, de 11 de janeiro: oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 251/98, de 1 agosto - acesso à atividade e ao mercado dos transportes em táxi	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	103	Decreto-Lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro – altera o regime jurídico aplicável ao contrato de transporte ferroviário de passageiros, o regime jurídico aplicável à CP - Comboios de Portugal, E. P. E., e o regime de gestão e utilização da infraestrutura ferroviária nacional, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2370	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	47	Decreto-Lei n.º 117/2017, de 12 de setembro, que "Altera o regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes coletivos de passageiros"	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	36	Decreto-Lei n.º 36/2017, de 28 de março, que "Cria o Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários e extingue, por fusão, o Gabinete de Investigação de Segurança e de Acidentes Ferroviários e o Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves"	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	31	Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, que "transfere para o Município de Lisboa a titularidade e a gestão da Carris"	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	28	Decreto-Lei n.º 82/2016, de 28 de novembro, que "Determina a descentralização, parcial e temporária, de competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto, relativas ao serviço de transporte público de passageiros operado pela Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S. A. (STCP), e a descentralização, parcial e temporária, da gestão operacional da STCP"	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	26	Decreto-Lei n.º 40/2016, de 29 de julho, que "Altera o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, o Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho, e o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho, transpondo as Diretivas 2014/85/UE da Comissão, de 1 de julho, e 2015/653/UE da Comissão, de 24 de abril, que alteram os anexos I, II e III da Diretiva 2006/126/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro, relativa à carta de condução"	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	14	Decreto-Lei n.º 15/2016, de 9 de março, que "estabelece a coordenação estratégica da Administração do Porto de Lisboa, S.A., e da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A."	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	122	Decreto-Lei n.º 19/2019, de 28 de janeiro, que "Aprova o Regime das Sociedades de Investimento e Gestão Imobiliária (SIGI)"	Orçamento e Finanças

Aprl	71	Decreto-Lei n.º 87/2018, de 31 de outubro, que "procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro, estabelecendo que o preenchimento da Informação Empresarial Simplificada (IES), bem como da Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal (DA), passe a ser efetuado após prévia submissão do ficheiro normalizado de auditoria tributária, designado de SAF-T (PT), relativo à contabilidade, à Autoridade Tributária e Aduaneira e respetiva validação."	Orçamento e Finanças
Aprl	145	Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio, que "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária"	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	141	Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril "Concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias"	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	136	Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril que "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do transporte turístico de passageiros e do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores"	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	130	Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril que "Concretiza o quadro de transferências de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção civil"	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	124	Decreto-Lei n.º 32/2019, de 4 de março que "Alarga a competência dos órgãos municipais no domínio do policiamento de proximidade"	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	116	Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro "Estabelece os procedimentos necessários à regularização das dívidas das autarquias locais no âmbito do setor da água e do saneamento de águas residuais"	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	107	Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro que "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde"	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	106	Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro que "Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios no domínio da cultura"	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	105	Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação"	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	104	Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro, que "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos"	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	82	Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, que "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres"	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	81	Decreto-Lei n.º 101 /2018, de 29 de novembro, que "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça"	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	80	Decreto-Lei n.º 99/2018, de 28 de novembro, que "Concretiza o quadro de transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da promoção turística"	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	79	Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro, que "Concretiza o quadro de transferência de competência para os órgãos municipais no domínio da habitação"	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	78	Decreto-Lei n.º 102 /2018, de 29 de novembro, que "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento"	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	77	Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro, que ""Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo""	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	76	Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro, que "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização"	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	75	Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro, que "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários"	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	74	Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro, que "Concretiza o quadro transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação"	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	73	Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público"	Poder Local e Ordenamento do Território

Aprl	72	Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão"	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	137	Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio que "Altera o regime da carreira especial de enfermagem, bem como o regime da carreira de enfermagem nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde"	Saúde
Aprl	123	Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11de fevereiro que "Estabelece o número de posições remuneratórias das categorias da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica e identifica os respetivos níveis da tabela remuneratória única. Define ainda as regras de transição dos trabalhadores integrados na carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, prevista no Decreto-Lei nº 564/96, de 21 de dezembro, para a carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica"	Saúde
Aprl	55	Decreto-Lei n.º 13/2018, de 26 de fevereiro que "Define o regime jurídico da formação médica pós-graduada, designada de internato médico, e estabelece os princípios gerais a que deve obedecer o respetivo processo."	Saúde
Aprl	32	Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, que "Regula o Regime Jurídico e os Estatutos aplicáveis às unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde com a natureza de Entidades Públicas Empresariais, bem como as integradas no Setor Público Administrativo".	Saúde
Aprl	15	Decreto-Lei n.º 19/2016, de 15 de abril, que "Procede à revisão da carreira de técnicos de ambulância de emergência do Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P. (INEM, I.P), e cria e define o regime de carreira especial de técnicos de emergência pré-hospitalar "	Saúde
Aprl	4	Decreto-Lei nº 223/2015, de 8 de outubro - Cria um incentivo a atribuir, pelo aumento da lista de utentes, aos trabalhadores médicos especialistas de medicina geral e familiar a exercer funções nas unidades de saúde familiar (USF) de modelo A e nas unidades de cuidados de saúde personalizados (UCSP), em zonas geográficas qualificadas como carenciadas	Saúde
Aprl	1	Decreto-Lei n.º 239/2015, de 14 de outubro - Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, que estabelece o regime de criação, estruturação e funcionamento dos agrupamentos dos centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Aprl	53	Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro Institui a Prestação Social para a Inclusão	Segurança Social
Aprl	46	Decreto-Lei n.º 95/2017, de 10 de agosto, que "Regula a transferência para a Caixa Geral de Aposentações, I. P., do encargo financeiro com os complementos de pensão dos trabalhadores da Carris"	Segurança Social
Aprl	29	Decreto-Lei n.º 11-A/2017, de 17 de janeiro que "Cria uma medida excecional de apoio ao emprego através da redução da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora"	Segurança Social
Aprl	8	Decreto-Lei n.º 246/2015, de 20 de Outubro, que procede à primeira alteração à Lei n.º 90/2009, de 31 de agosto, que institui o regime especial de proteção na invalidez, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 265/99, de 14 de julho, alterado pelos Decretos-Leis 309-A/2000, de 30 de novembro e 13/2013, de 25 de janeiro, que cria o complemento por dependência	Segurança social

14. Votos apresentados pelo PCP

Tipo	Nº	Data	Título
Voto	869	17/07/2019	De condenação pela atitude discriminatória e xenófoba assumida por uma representante do PAN
Voto	863	16/07/2019	De saudação pela conquista do título Mundial pela seleção portuguesa de Hóquei em Patins
Voto	855	05/07/2019	De louvor pela participação e resultados alcançados pelos atletas paralímpicos nos Jogos Europeus da Juventude
Voto	851	26/06/2019	De condenação da repressão de manifestantes na Ponte 25 Abril ordenada pelo Governo autoritário do PSD e de solidariedade com as suas vítimas
Voto	845	18/06/2019	De pesar pelo falecimento de Isaura Assunção Silva Borges Coelho
Voto	844	12/06/2019	De pesar pelo falecimento de Ruben de Carvalho
Voto	842	05/06/2019	De pesar pelo falecimento de Agustina Bessa-Luís
Voto	833	13/05/2019	De louvor à Universidade do Algarve
Voto	813	16/04/2019	De solidariedade para com os presos políticos palestinianos nas cadeias de Israel
Voto	794	27/03/2019	De saudação ao Dia Mundial do Teatro
Voto	781	19/03/2019	De condenação da operação de ingerência e desestabilização golpista contra a República Bolivariana da Venezuela e de solidariedade com o povo venezuelano e com a comunidade portuguesa
Voto	779	19/03/2019	De saudação da luta das novas gerações pela solução dos problemas ambientais
Voto	778	19/03/2019	De pesar e solidariedade pelas consequências do Ciclone IDAI, na região centro de Moçambique
Voto	768	15/03/2019	De pesar pelo falecimento de Fernando Midões
Voto	767	15/03/2019	De pesar pelo falecimento do ator e encenador Armando Caldas
Voto	765	13/03/2019	De condenação da provocação e ataques contra a República Bolivariana da Venezuela e de solidariedade com o povo venezuelano e com a comunidade portuguesa
Voto	758	07/03/2019	De saudação ao Dia Internacional da Mulher
Voto	755	06/03/2019	De congratulação pela comemoração do dia internacional da mulher
Voto	745	20/02/2019	De solidariedade com a operária corticeira Cristina Tavares e trabalhadores alvo de repressão, assédio e violação de direitos
Voto	744	20/02/2019	De condenação das ameaças proferidas por Donald Trump de recrudescimento da ingerência e da agressão contra a República Bolivariana da Venezuela e o povo venezuelano
Voto	743	20/02/2019	De louvor pela participação da Seleção Feminina de Futsal e resultados alcançados no Campeonato da Europa de Futsal
Voto	739	14/02/2019	De pesar pela morte do mineiro Joaquim Guerreiro
Voto	734	07/02/2019	De condenação e pesar para com as vítimas de violência de género e suas famílias
Voto	728	06/02/2019	De solidariedade com povo venezuelano e a comunidade portuguesa na Venezuela e de condenação da posição assumida pelo Governo português de apoio ao golpe de Estado em curso contra a República Bolivariana da Venezuela
Voto	727	06/02/2019	De congratulação do Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina
Voto	723	30/01/2019	De condenação da nova operação golpista e da campanha de desestabilização e de agressão contra a Venezuela que atinge o seu povo e a comunidade portuguesa neste país
Voto	716	29/01/2019	De pesar pelo Falecimento do Comendador José Arruda
Voto	678	27/11/2018	De solidariedade assinalando o Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino
Voto	677	27/11/2018	De solidariedade para com os estivadores do porto de Setúbal

Voto	674	27/11/2018	De condenação da guerra no Iémen
Voto	663	22/11/2018	De pesar pelo trágico acidente ocorrido na estrada 255 entre Borba e Vila Viçosa
Voto	647	25/10/2018	De condenação pelo anúncio da decisão dos EUA de desrespeitar o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermédio
Voto	646	24/10/2018	De congratulação pelos esforços encetados pelas Nações Unidas para o reinício das negociações entre o Reino de Marrocos e a Frente Polisário
Voto	634	10/10/2018	De saudação pelo 20.º aniversário da atribuição do Nobel da Literatura a José Saramago
Voto	632	03/10/2018	De pesar pelo falecimento de Manuel Beja
Voto	631	03/10/2018	De pesar pelo falecimento de Alves Barbosa
Voto	630	03/10/2018	De pesar pelo falecimento de Fernando Fernandes
Voto	628	27/09/2018	De condenação da campanha de desestabilização e de ameaças contra a Venezuela e em defesa dos interesses da comunidade portuguesa
Voto	623	26/09/2018	De condenação da ordem de expulsão dos habitantes de Khan al-Ahmar por parte das autoridades de Israel
Voto	605	18/07/2018	Voto de Condenação da decisão de Israel de expulsar a comunidade palestina beduína de Khan al-Ahmar e demolir as suas estruturas
Voto	593	04/07/2018	Voto de Condenação das agressões e insultos racistas de que foi vítima a cidadã Nicol Quinayas
Voto	578	20/06/2018	Voto de Condenação pelas políticas de violação de direitos dos migrantes
Dec. Voto	---	15/06/2018	Regula a utilização de medicamentos, preparações e substâncias à base da planta da canábis, para fins medicinais
Voto	569	14/06/2018	Voto de Congratulação tendo em conta as iniciativas e esforços com vista a assegurar uma paz estável e douradora na Península da Coreia
Voto	567	14/06/2018	Voto de condenação das políticas que desrespeitam os direitos dos imigrantes e dos refugiados
Voto	560	06/06/2018	Voto de pesar pelas mortes em naufrágios no Mar Mediterrâneo
Voto	547	23/05/2018	Voto de louvor pelos resultados desportivos alcançados na taça do mundo de canoagem
Voto	541	16/05/2018	Voto de condenação e pesar pela violenta e letal repressão de Israel contra o povo palestiniano
Dec. Voto	---	11/05/2018	«Demos um pequeno passo na luta dos bolseiros de pós-doutoramento na defesa dos seus direitos»
Voto	538	10/05/2018	Voto de condenação da decisão dos EUA de reconhecerem Jerusalém como capital de Israel
Voto	537	10/05/2018	Voto de solidariedade com o povo saraui pelo respeito e concretização do seu direito à autodeterminação
Voto	536	10/05/2018	Voto de repúdio pela decisão dos EUA de não cumprir o acordo nuclear relativo ao Irão
Voto	530	03/05/2018	Voto de saudação pelo Dia Mundial da Liberdade de Imprensa
Voto	529	03/05/2018	Voto de congratulação pela ocasião da «Declaração de Panmunjom para a paz, a prosperidade e a unificação da Península da Coreia»
Voto	526	19/04/2018	Voto de condenação pelo bombardeamento dos EUA, Reino Unido e França contra a República Árabe Síria
Voto	524	12/04/2018	Voto de condenação e pesar pelos 15 anos da agressão ao Iraque
Voto	522	12/04/2018	Voto de condenação pela atual escalada de ameaças contra a Síria
Voto	519	12/04/2018	Voto de pesar e solidariedade prlas vítimas da queda de um avião militar na Argélia
Voto	515	05/04/2018	Voto de condenação do massacre da população palestiniana pelas autoridades israelitas
Voto	502	28/03/2018	Voto de condenação pela prisão de dirigentes de forças políticas, de membros do Parlamento e de ex-membros do Governo da Catalunha
Dec. Voto	---	16/03/2018	Regime jurídico de elaboração de projetos de arquitetura
Voto	496	15/03/2018	Voto de Pesar e Condenação pela morte de Marielle Franco e Anderson Pedro Gomes

Voto	495	15/03/2018	Voto de Pesar pelo falecimento de Stephen Hawking
Dec. Voto	---	14/03/2018	«A luta dos trabalhadores há de obrigar a iniciar um caminho de desenvolvimento e respeito pela vida das pessoas, das suas famílias e da sua dignidade»
Voto	492	07/03/2018	Voto de Congratulação pela comemoração do Dia Internacional da Mulher
Voto	491	01/03/2018	Voto de Pesar pela morte de João Varela Gomes
Voto	483	14/02/2018	Voto de Congratulação pela participação conjunta da República da Coreia e da República Popular Democrática da Coreia nos Jogos Olímpicos de Inverno
Voto	477	08/02/2018	Voto de Saudação pelo dia da Tolerância zero à Mutilação Genital Feminina - 6 de fevereiro
Voto	466	17/01/2018	Voto de Congratulação dos 700 Anos da Marinha Portuguesa
Voto	459	03/01/2018	Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Antónia da Silva Figueiredo
Voto	453	07/12/2017	Voto de Congratulação pela inscrição da Produção de Figurado em Barro de Estremoz, conhecido por "Bonecos de Estremoz", na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da UNESCO
Voto	449	07/12/2017	Voto de condenação da agressão à Líbia, do tráfico de seres humanos e da escravatura
Voto	451	06/12/2017	Voto de condenação do reconhecimento pelos EUA de Jerusalém como capital de Israel
Voto	443	28/11/2017	Voto de Condenação e Pesar pelo atentado no Egito
Voto	442	28/11/2017	Voto de Pesar pelo falecimento de João Ricardo
Voto	436	27/11/2017	Voto de Pesar pelo falecimento de Pedro Rolo Duarte
Voto	435	24/11/2017	Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo António de Freitas Valadão
Voto	426	02/11/2017	Voto de Congratulação pela inclusão de Amarante, Barcelos e Braga na rede de cidades criativas da UNESCO
Voto	410	03/10/2017	Pela atribuição do Prémio Nobel da Paz à causa da proibição das armas nucleares
Voto	408	03/10/2017	Voto de Saudação pela celebração do Dia Mundial do Professor
Voto	361	06/07/2017	Voto de Condenação dos atos de violência contra a República Bolivariana da Venezuelana e do povo venezuelano
Voto	358	06/07/2017	Voto de Solidariedade pela libertação de Khaleda Jarrar e de outros deputados do Conselho Legislativo Palestino
Voto	355	05/07/2017	Voto de Pesar pelo falecimento de Augusto Pólvora
Voto	348	22/06/2017	Voto de Congratulação pela Classificação do Concelho de Castro Verde como reserva da Biosfera
Voto	341	21/06/2017	Voto de Pesar pelas vítimas dos incêndios que atingiram o País
Voto	336	09/06/2017	Voto de Saudação a Manuel Alegre, pela atribuição do Prémio Camões
Voto	334	09/06/2017	Voto de Condenação pelo abandono dos Estados Unidos da América do Acordo de Paris
Voto	333	08/06/2017	Voto de Condenação e Pesar pelos atentados de Londres e Teerão
Voto	327	08/06/2017	Voto de Pesar pelo falecimento de José Alberto Pires
Voto	324	01/06/2017	Voto de Pesar pelo falecimento de Armando Silva Carvalho
Voto	323	01/06/2017	Voto de Condenação e Pesar pelos atentados no Egito e no Afeganistão
Voto	322	31/05/2017	Voto de Pesar pelo falecimento de Miguel Urbano Rodrigues
Voto	316	23/05/2017	Voto de Condenação e Pesar pelo atentado em Manchester
Voto	302	10/05/2017	Voto de Solidariedade para com os presos políticos palestinos nas prisões israelitas
Voto	301	10/05/2017	Voto de Pesar pelo falecimento de Armando Baptista-Bastos
Voto	296	04/05/2017	Voto de Saudação ao 1.º de Maio - Jornada maior na luta dos trabalhadores
Voto	295	04/05/2017	Voto de Pesar pelo falecimento de Nuno Brederode Santos
Voto	291	24/04/2017	Voto de Louvor pelos resultados desportivos alcançados pelo atleta paralímpico português Lenine Cunha
Voto	289	21/04/2017	Voto de pesar pelo falecimento de Maria Helena Rocha Pereira
Voto	285	20/04/2017	Voto de condenação do atentado terrorista perpetrado em Alepo
Voto	284	20/04/2017	Voto de repúdio pelo agravamento da situação internacional e de apelo à defesa da paz

Voto	283	20/04/2017	Voto de repúdio pelas ações de ingerência e desestabilização contra a República Bolivariana da Venezuela e de solidariedade com o povo venezuelano
Voto	282	19/04/2017	Voto de Pesar pelo falecimento de Alberto Carneiro
Voto	279	12/04/2017	Voto de Condenação e Pesar pelos atentados em Estocolmo, no Egito e na Alemanha
Voto	277	07/04/2017	Voto de Condenação e Pesar pelo atentado de São Petersburgo
Voto	273	06/04/2017	Voto de Condenação do prosseguimento da agressão contra o povo da Síria e a das operações de desestabilização visando sabotar as negociações de paz
Voto	269	06/04/2017	Voto de Repúdio pelas ações de ingerência e desestabilização contra a República Bolivariana da Venezuela e de solidariedade com o povo venezuelano
Voto	264	28/03/2017	Voto de Louvor pelo Dia Mundial do Teatro
Voto	262	23/03/2017	Voto de Saudação pela Comemoração do Dia do Estudante
Voto	257	23/03/2017	Voto de Protesto e Repúdio pelas palavras insultuosas do presidente do Eurogrupo e a nova ameaça de sanções a Portugal por parte do Banco Central Europeu
Voto	251	16/03/2017	Voto de Louvor pelos resultados alcançados pela Seleção Nacional de Atletismo da Associação Nacional de Desporto para o Desenvolvimento Intelectual no 8.º Campeonato Europeu de Atletismo de Pista Coberta, realizado em Praga
Voto	250	16/03/2017	Voto de Congratulação pela distinção do Prof. David Rodrigues com o Distinguished International Leader Award de 2017
Voto	247	09/03/2017	Voto de Solidariedade sobre os presos políticos saharauís detidos em Marrocos
Voto	240	09/03/2017	Voto de Congratulação pela comemoração do Dia Internacional da Mulher
Voto	237	09/03/2017	Voto de Congratulação pelos resultados obtidos pelos atletas Patrícia Mamona e Nélson Évora nos Europeus de Belgrado
Voto	236	08/03/2017	Voto de Congratulação pela comemoração dos 10 anos da aprovação da despenalização da interrupção voluntária da gravidez
Voto	234	02/03/2017	Voto de Saudação pelo reconhecimento do Carnaval dos Caretos de Podence como Património Cultural Imaterial Nacional e manifestação de apoio à candidatura destinada à sua classificação como Património Cultural Imaterial da Humanidade
Voto	231	23/02/2017	Voto de Pesar pelo falecimento do Embaixador José Fernandes Fafe
Voto	229	16/02/2017	Voto de Condenação pela operação de desestabilização e agressão contra a República Árabe da Síria
Voto	224	16/02/2017	Voto de Condenação pelo processo de ilegalização do Partido Comunista da Ucrânia
Voto	223	16/02/2017	Voto de Condenação pela tensão na península da Coreia
Voto	218	09/02/2017	Voto de saudação pelo Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina (MGF)
Voto	215	09/02/2017	Voto de Condenação pelas ações e decisões do Estado de Israel de alargamento da política de colonatos
Voto	214	09/02/2017	Voto de Pesar pelo falecimento de Georgette Ferreira
Voto	213	09/02/2017	Voto de Pesar pelo falecimento de Artur Trindade
Voto	208	02/02/2017	Voto de Pesar pelo falecimento de Alberto Santos Pereira
Voto	207	02/02/2017	Voto de Condenação das políticas que desrespeitam os direitos dos refugiados e migrantes
Voto	204	27/01/2017	Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Ruivo
Voto	203	26/01/2017	Voto de Pesar pelo Dia Internacional de Memória das vítimas do Holocausto
Voto	201	26/01/2017	Voto de Saudação para manter as promessas às mulheres e às raparigas
Voto	193	05/01/2017	Voto de condenação da escalada de tensão na península da Coreia
Voto	192	05/01/2017	Voto de Congratulação pela aprovação da Resolução 2334(2016) do Conselho de Segurança das Nações Unidas que condena os colonatos israelitas no território da Palestina
Voto	173	15/12/2016	Voto de Saudação pelos 40 Anos das Primeiras Eleições Autárquicas
Voto	167	06/12/2016	Voto de Saudação pelo Dia Internacional das Pessoas com Deficiência

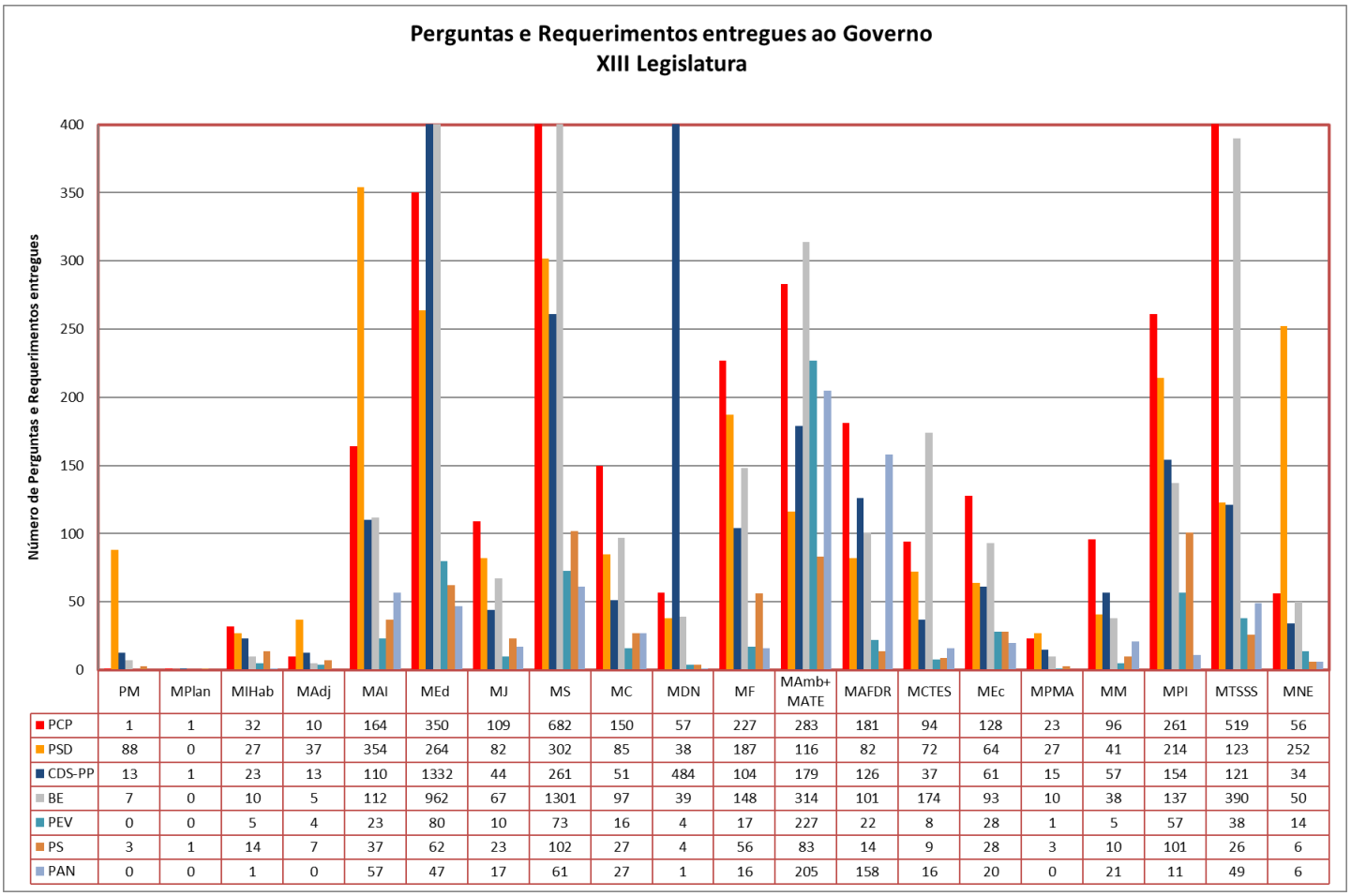
Voto	166	06/12/2016	Voto de Congratulação - Reconhecimento, pela UNESCO, do processo de fabrico do Barro Preto de Bisalhães – Vila Real
Voto	165	05/12/2016	Voto de Congratulação pelo reconhecimento da arte da falcoaria em Portugal como património cultural imaterial da humanidade pela UNESCO
Voto	158	28/11/2016	Voto de Pesar pelo falecimento de Fidel de Castro
Voto	155	03/11/2016	Voto de Protesto e Repúdio pelas recorrentes intromissões e pressões externas sobre Portugal e o povo português
Voto	148	27/10/2016	Voto de Pesar pelo falecimento de Jaime Fernandes
Voto	146	26/10/2016	Voto de Saudação à Seleção Nacional Feminina de Futebol, pelo apuramento para a fase final do Campeonato Europeu de 2017
Voto	143	20/10/2016	Voto de Solidariedade sobre a necessidade de pôr fim ao bloqueio dos Estados Unidos da América à República de Cuba
Voto	140	19/10/2016	Voto de Saudação pelo Dia Europeu de Combate ao Tráfico de Seres Humanos
Voto	139	13/10/2016	Voto de Saudação pelo processo de paz na Colômbia
Voto	137	06/10/2016	Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Wilson
Voto	136	06/10/2016	Voto de Congratulação pela indicação à Assembleia Geral, pelo Conselho de Segurança, de António Guterres para o cargo de Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas
Voto	134	29/09/2016	Voto de Protesto e Repúdio pela eventual aplicação de sanções a Portugal através da cativação de fundos comunitários
Voto	130	23/09/2016	Voto de saudação às Missões Portuguesas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio 2016
Voto	128	22/09/2016	Voto de Congratulação pela consagração da erradicação do Sarampo e da Rubéola em Portugal
Voto	125	16/09/2016	Voto de Pesar pelo falecimento de José Rodrigues
Voto	123	15/09/2016	Voto de Pesar pela morte de Maria Isabel Barreno
Voto	102	17/06/2016	Voto de Condenação e Pesar pelo atentado cometido contra a Deputada Jo Cox, do Partido Trabalhista britânico
Voto	100	17/06/2016	Voto de Condenação e Pesar pelo atentado de Orlando, Estados Unidos da América
Voto	99	17/06/2016	Voto de Pesar pelo falecimento de José Manuel Paquete de Oliveira
Voto	97	16/06/2016	Voto de Congratulação pelo reconhecimento da capacidade demonstrada pelo SNS
Voto	92	08/06/2016	Voto em relação às eventuais sanções por incumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento
Voto	83	20/05/2016	Voto de Pesar e Solidariedade pelas vítimas da queda do avião da Linha Aérea do Egito
Voto	81	19/05/2016	Dia Internacional e Nacional contra a Homofobia e Transfobia
Voto	80	19/05/2016	Voto de Solidariedade com os povos da América Latina e Caraíbas vítimas de ações de ingerência e desestabilização
Voto	76	05/05/2016	Voto pela rejeição da denominada Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)
Voto	75	05/05/2016	Voto de Protesto contra a atitude do Banco Central Europeu de recusar à Assembleia da República o acesso a informações fundamentais para a realização do Inquérito Parlamentar à resolução e venda do BANIF
Voto	72	05/05/2016	voto de Pesar pelo falecimento de Querubim Lapa
Voto	71	05/05/2016	Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo Varela Gomes
Voto	63	14/04/2016	Voto de Congratulação ao atleta João Garcia Pereira de Oliveira
Voto	62	14/04/2016	Voto de Pesar pelo falecimento de Francisco Nicholson
Voto	59	07/04/2016	Voto de Condenação sobre a política da União Europeia para os refugiados e imigrantes
Voto	57	31/03/2016	Voto de Condenação e Pesar pelo trágico atentado suicida em Lahore, Paquistão
Voto	52	31/03/2016	Voto de Pesar pelo falecimento de 12 portugueses num acidente nas estradas de França
Voto	51	22/03/2016	Voto de Solidariedade sobre os presos políticos saharauís detidos em Marrocos e em greve de fome

Voto	43	16/03/2016	Voto de Pesar pelo falecimento de Nicolau Breyner
Voto	40	10/02/2016	Voto de Saudação pelo Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina (MGF)
Voto	37	28/01/2016	Voto de Pesar que assinala o "Dia Internacional de Memória das Vítimas do Holocausto"
Voto	35	28/01/2016	Voto de Condenação pela aprovação de certas disposições sobre imigração e asilo pelo Parlamento do Reino da Dinamarca
Voto	32	20/01/2016	Voto de Pesar pelo falecimento de Nuno Teotónio Pereira
Voto	31	20/01/2016	Voto de condenação e pesar pelo atentado no Burkina Faso
Voto	30	20/01/2016	Voto de Pesar pelo falecimento de António Almeida Santos, antigo Presidente da Assembleia da República
Voto	26	08/01/2016	Voto de Condenação pela execução de 47 pessoas na Arábia Saudita
Voto	25	08/01/2016	Voto de Condenação e Preocupação pela escalada de tensão na Península da Coreia
Voto	11	11/12/2015	Voto de Congratulação pela "Arte chocalheira Património Cultural Imaterial"
Voto	9	26/11/2015	Voto de Condenação e Pesar pelo atentado em Tunes
Voto	8	26/11/2015	Voto de Congratulação do dia internacional pela eliminação da violência contra as mulheres
Voto	3	18/11/2015	Voto de Condenação e Pesar pelos atentados terroristas em Paris

15. Perguntas e Requerimentos

(atualizado a 23 de julho de 2019)

http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/PerguntasRequerimentos.aspx



	PM	MPlan	MIHab	MAdj	MAI	MEd	MJ	MS	MC	MDN	MF	MAmb+ MATE	MAFDR	MCTES	MEc	MPMA	MM	MPI	MTSSS	MNE
PCP	1	1	32	10	164	350	109	682	150	57	227	283	181	94	128	23	96	261	519	56
PSD	88	0	27	37	354	264	82	302	85	38	187	116	82	72	64	27	41	214	123	252
CDS-PP	13	1	23	13	110	1332	44	261	51	484	104	179	126	37	61	15	57	154	121	34
BE	7	0	10	5	112	962	67	1301	97	39	148	314	101	174	93	10	38	137	390	50
PEV	0	0	5	4	23	80	10	73	16	4	17	227	22	8	28	1	5	57	38	14
PS	3	1	14	7	37	62	23	102	27	4	56	83	14	9	28	3	10	101	26	6
PAN	0	0	1	0	57	47	17	61	27	1	16	205	158	16	20	0	21	11	49	6

Total de Perguntas e Requerimentos entregues na XIII Legislatura

	Governo	Outras	Total
PCP	3424	30	3454
PSD	2455	738	3193
CDS-PP	3220	1445	4665
BE	4055	4535	8590
PS	616	334	950
PEV	632	319	951
PAN	713	628	1341